

Remom Matheus Bortolozzi

**O SENTIDO DO TRABALHO PARA JOVENS TRABALHADORES DA
ECONOMIA DA DROGA: EXAME RETROSPECTIVO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília para a obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Orientador: Profa. Dra. Elizabeth Tunes

Brasília
2014

Remom Matheus Bortolozzi

**O SENTIDO DO TRABALHO PARA JOVENS TRABALHADORES DA
ECONOMIA DA DROGA: EXAME RETROSPECTIVO**

Banca Examinadora:

Professora Doutora Elizabeth Tunes – Orientadora
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Professora Doutora Patrícia Lima Martins Pederiva - Titular
Faculdade de Educação – Universidade de Brasília

Professora Doutora Ingrid Lilian Fuhr Raad – Titular
Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Professora Doutora Zoia Ribeiro Prestes –Suplente
Faculdade Educação – Universidade Federal Fluminense

Este trabalho é dedicado às meninas e aos meninos trabalhadores do tráfico – aos assassinados e aos que lutam para sobreviver.

AGRADECIMENTOS

Às crianças, adolescentes e jovens trabalhadores do tráfico de drogas, em especial àqueles e àquelas que conheci em minha trajetória profissional na política de assistência social nas cidades do Varjão e Estrutural. Foi o contato com essas trajetórias que permitiram a aprendizagem que teceu esse trabalho. Mesmo sem poder inscrever seus nomes nesse agradecimento, manifesto profunda gratidão aos cinco jovens que compartilharam a narrativa de suas vidas e permitiram que meu texto pudesse nascer a partir do diálogo com suas palavras e lutas.

À professora Elizabeth Tunes, orientadora deste trabalho, pelo diálogo e pela paciência com meu atribulado e lento processo de escrita. Agradeço também por enfrentar minha cabeça-dura e possibilitar o diálogo com novas teorias e novos olhares.

Às professoras Patrícia Lima Martins Pederiva e Ingrid Lilian Fuhr Raad, pela leitura atenta, sugestões e correções do trabalho

Ao Coletivo da Cidade, pelo aprendizado da Educação Social, do encantamento de vidas, proliferação de luta e ocupação coletiva da cidade, em especial, à Ritinha, Dyarley, Jackeline, André, Pepê, Coracy, Natália e Libele.

À Maria Jesus e a todas as mulheres, mães e guerreiras da Cidade Estrutural e seu enfrentamento diário da máquina de destruição de vidas que é o capital.

À Iaponira, Sônia, Amanda e Monique e todas as trabalhadoras da Estrutural, parceiras de luta contra o trabalho infantil.

À Fernanda por ser um exemplo de Assistente Social comprometida com o mundo.

À Débora pelo importante apoio na degravação de entrevistas.

Ao Tomás pelas palavras carinhosas e olhar atento.

À Insurgência e à luta coletiva pelo Socialismo e Liberdade.

À Juliana, exemplo de Conselheira Tutelar e amiga pra vida.

À Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, pelos desafios e intensos aprendizados. Em especial, à Adriana Carvalho que me convidou para essa jornada.

Às equipes da DICON e da DAIF, em especial à Dani, Natália e às Patrícias pelo compartilhamento da paixão pela Assistência Social.

Às minhas e meus colegas do Centro de Convivência da Estrutural e Centro de Referência da Assistência Social do Varjão. Em especial, ao Cláudio pelo apoio fundamental na fase final desse trabalho.

À Flavia, companheira na luta por uma Psicologia revolucionária.

À Lígia Klein e à Graziela Lucchesi, pelo aprendizado de um pensamento revolucionário.

À educadora social e amiga Aline Costa pelo apoio no acesso aos interlocutores desse trabalho, por toda disponibilidade, pelo aprendizado diário de que uma luta socialista só é possível com o enfrentamento radical e imediato do racismo.

À Misty, Jasmim, Violeta e Margarida pela carinhosa companhia e pelo afeto felino nos momentos de exaustão.

À Deisi e Flávio, mãe e pai, parceira e parceiro, apoiadora e apoiador com carinho, conselho e encorajamento.

Aos meus irmãos Kyrlian, Madian e Flávio pela paciência com a distância, mas eterno apoio.

Às amigas trazidas pelo Cerrado Dani, Guta, Andréia, Vivi, Anne, Juliana, Gabi, Joyce, Ludymilla, Carol, Cyntia e Raiane.

Às minhas irmãs escolhidas pela vida Carla, Ariana, Rhayane, Renata, Júlia, Bela, Anne, Gabriela, Gabriel, Carol, Diega, Regis, Thisby, Liz, Bel. Meu amor eterno e carinho especial à Rodriga.

À Capes pela bolsa recebida em parte da execução desse trabalho.

Um agradecimento especial ao meu companheiro Felipe pela eterna paixão, cumplicidade e paciência. Com toda certeza este trabalho é fruto de nossa jornada, de nosso amor pelo mundo e do desejo de transformar o mundo pelo afeto.

Eu não sou da paz.
Não sou mesmo não. Não sou.
Paz é coisa de rico.

(Trecho do conto “Da Paz”,
Marcelino Freire, 2008)

RESUMO

O tráfico de drogas é segunda maior economia global. Após a reorganização produtiva do capital, em resposta a crise global do capitalismo dos anos 70, passa-se a empregar cada vez mais a força de trabalho de crianças e adolescentes, significando uma ampliação mundial do trabalho infantil. No narcotráfico especificamente, o aumento do emprego de força de trabalho infantojuvenil é associado às mudanças no comércio de drogas nos anos 80 com a chegada da cocaína no mercado de varejo e a generalização do tráfico de *crack*. Essas transformações, além de ampliarem o número de crianças e adolescentes vinculados a essa economia, implicaram na reestruturação das relações de trabalho delas e na vinculação dos trabalhadores com suas comunidades. Frente a essa realidade, às políticas sociais de enfrentamento ao trabalho infantil são inoperantes em relação tanto a proteção, quanto a educação desses jovens trabalhadores. Essas políticas tomam significados unilaterais e imagens cristalizadas sobre esse trabalho, dificultando o desenvolvimento de políticas de enfrentamento efetivas. Buscando contribuir com políticas reais de enfrentamento, esse trabalho analisa a estrutura e a dinâmica do sentido do trabalho no tráfico de drogas vivenciado por crianças e adolescentes que trabalham ou já trabalharam nesse mercado, apresentando conceitos-chave para propostas educacionais que abordem especificidades desse público. Esta pesquisa se ancora no método do materialismo histórico dialético e se utilizou para coleta de dados entrevista semi-estruturada com jovens moradores do Distrito Federal que tiveram vivência no tráfico quando crianças ou adolescentes. Também foi realizada pesquisa bibliográfica acerca da estrutura e dinâmica do narcotráfico e levantamento teórico-conceitual sobre as metamorfoses do trabalho na modernidade e suas relações com a educação. Para tratamento dos sentidos do trabalho, foi utilizado o método hermenêutico-dialético e para análise dos dados foi utilizada a técnica da triangulação de dados. A partir dessa investigação mostramos que a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho de forma exploradora gera um reflexo fragmentado dessa atividade no psiquismo e, especificamente no caso do narcotráfico, a fragmentação de sentido se relaciona com o próprio mascaramento dessa atividade como trabalho – seja por sua estrutura de organização produtiva no modelo da acumulação flexível operada por meio do tráfico fragmentado de *crack*, seja pela ideologia da marginalidade que reveste o tráfico de uma imagem contrainstitucional e isola o trabalhador. Assim, apontamos que para que se torne possível a constituição de espaços de aprendizagem, a educação precisa romper com o isolamento do trabalhador do mundo, a fragmentação da personalidade e a desagregação comunitária.

Palavras-chave: Narcotráfico. Trabalho Infantil. Sentido do Trabalho.

ABSTRACT

Drug trafficking is the second largest global economy. After the productive reorganization in response to the '70s capitalism global crisis, the children and teenagers workforce employment has increased, meaning a global child labor expansion. In drug trafficking specifically, children and teenagers workforce increased is associated with changes in the drug trade in the '80s with the cocaine arrival in the retail market and the crack cocaine traffic widespread. These transformations, as well as expand several children and teenagers from this economy, resulted in the labor relations restructuring in them and tying workers to their communities. Facing this reality, the social policies addressed for child labor are irrelevant about both protection and education of these young workers. These policies take unilateral meanings and candied images on this work, hindering an effective social policies development. Seeking to contribute to real confrontation social policies, this paper analyzes the labour sense structure and dynamics in drug trafficking experienced by children and adolescents who works or have worked in this market, presenting key concepts for educational proposals addressing specificities. This research is grounded in historical materialism dialectical method and for the data collection we used semi-structured interviews with young Federal District residents who had experience drug trafficking when children or teenagers. It was also done bibliographic research on the drug trafficking structure and dynamics and theoretical-conceptual survey of the works metamorphoses in modernity and its relationship with education. For the labour senses treatment, we used the hermeneutic-dialectic method and for data analysis we used the data triangulation technique. From this research, we show that early children and teenagers integration in the labor market in a exploitative way generates a fragmented reflection of this activity in the psyche and specifically in the drug trafficking case, the senses fragmentation relates to the masking itself as this activity work - either byproductive organization structure in the flexible accumulation model operated through fragmented trafficking crack, either by the marginality ideology that covers trafficking, that rejects institutional image and isolates the worker. Thus, we point out that to make possible a learning spaces creation, education needs to break the isolation between the world and the worker, the personality fragmentation and community breakdown.

Keywords: Drug Trafficking. Child Labour. Labour Sense.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1 JUSTIFICATIVA.....	20
1.2 OBJETIVOS	21
1.3 REFERENCIAL TEÓRICO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
2 O TRABALHO INFANTIL E O NARCOTRÁFICO	24
2.1 TRABALHO INFANTIL E REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA	25
2.2 O REORDENAMENTO MUNDIAL DO MERCADO DA DROGA: A HEGEMONIA DO CRACK NO NARCOTRÁFICO.....	28
2.3 O MERCADO DA DROGA NO BRASIL.....	34
2.4 O IMPACTO DO NARCOTRÁFICO NAS RELAÇÕES PESSOAIS: TRABALHADORES DO TRÁFICO E COMUNIDADE	38
2.5 HIERARQUIA E ESTRUTURA DE TRABALHO INFANTIL NO NARCOTRÁFICO.....	41
2.6 FLUXO DE ENTRADA NO TRÁFICO E A ESCOLHA DE SER ADULTO	43
3 TRABALHO E SOCIEDADE MODERNA	48
3.1 TRABALHO ONTOLÓGICO E PSIQUISMO.....	49
3.2 CAPITALISMO E TRABALHO ASSALARIADO	54
3.3 ALIENAÇÃO	56
3.4 PARA ALÉM DO TRABALHO E DO LABOR: A AÇÃO E O ESPAÇO PÚBLICO.....	58
3.5 MODERNIDADE: DA PERDA DO SENSO COMUM À SOCIEDADE DE MASSAS	61
3.6 A PSICOLOGIA DE UMA SOCIEDADE CENTRADA NO MERCADO	64
3.6.1 Indivíduo e Emprego	65
3.6.2 Síndrome Comportamentalista	66
3.7 A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO	69
4 EDUCAÇÃO, NATALIDADE E O VATICÍNIO DA MORTE	72
4.1 A CRISE NA EDUCAÇÃO MODERNA EM HANNAH ARENDT	75
4.2 VIGOTSKI, POLITECNIA E UNIDADE EDUCAÇÃO TRABALHO	79
4.3 EDUCAÇÃO E CONVIVENCIALIDADE.....	81
4.4 PROTEÇÃO SOCIAL E MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR.....	84
4.5 PROTEÇÃO SOCIAL, CONVÍVIO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	86
5 O SENTIDO DO TRABALHO NO NARCOTRÁFICO SEGUNDO OS JOVENS	91
5.1 COLETA DE DADOS / TRABALHO DE CAMPO.....	91
5.1.1 Sigilo e ética de pesquisa	93
5.1.2 Metodologia de análise de dados	93
5.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE	95
5.2.1 Motivos para entrada / permanência no narcotráfico	95
5.2.2 Elementos estruturais no narcotráfico	102
5.2.3 Trabalho e tráfico de drogas	107
5.2.4 Trabalho infantil no narcotráfico	110
5.2.4 Vida, Violência e Criminalidade	114
5.2.5 Relações humanas no narcotráfico	118
5.2.6 Relações humanas fora do tráfico	121
5.2.7 Saída do tráfico	125
5.2.8 Aprendizagem no tráfico	127
5.2.9 Sentido da Escola	129
5.2.10 Sentido da Educação	133
5.2.10 Auto percepção no Tráfico	135
5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SENTIDO DO TRABALHO NO NARCOTRÁFICO	136

5.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL NO NARCOTRÁFICO.....	143
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
	REFERÊNCIAS.....	154

INTRODUÇÃO

Estima-se que 215 milhões de crianças e adolescentes encontram-se em condição de exploração de seu trabalho (IPEC, 2011). Desse total, mais da metade – cerca de 115 milhões de crianças e adolescentes – executam trabalhos infantis perigosos, também chamados de Piores Formas de Trabalho Infantil. Essas Piores formas estão definidas pela *Convenção sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação* (nº 182) da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Essa Convenção foi ratificada pelo Brasil em 2 de fevereiro de 2000, e posteriormente, essas modalidades de trabalho infantil foram listadas pelo Decreto nº 6.481 de 2008. Assim, formou-se em nosso país um compromisso de total erradicação dessas Piores Formas de Trabalho Infantil até 2015. Dentre essas formas de trabalho infantil, destacam-se seis principais atividades, sendo as três primeiras, atividades ilícitas: tráfico de drogas, exploração sexual e trabalho análogo ao de escravo (com ênfase no trabalho infantil com lixo), trabalho em agricultura familiar, trabalho doméstico e trabalho de rua.

Embora o número total de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em trabalhos perigosos tenha diminuído entre 2004 e 2008, o número de adolescentes entre 15 e 17 anos nessas atividades teve um aumento real de 20% no mesmo período, passando de 52 milhões para 62 milhões, ressaltando-se que 60% dessas crianças em trabalhos perigosos são meninos (IPEC, 2011). Dentre essas Piores Formas, aquelas que se destacam por utilizarem majoritariamente a força de trabalho de adolescentes são o tráfico de drogas e a exploração sexual, sendo a primeira atividade exercida mais comumente por meninos (OIT, 2002). Devemos ressaltar que em ambas as atividades, por serem ilícitas, há uma dificuldade de um dimensionamento real do número de crianças e adolescentes envolvidos, possivelmente existindo um número mais elevado que este.¹

No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio de 2009, mais de 4,25 milhões de crianças e adolescentes, com idade entre 5 e 17 anos, trabalharam, nesse ano, estimando-se que mais que a metade executa atividades

¹ Destaca-se que o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (2011-2015), ao mesmo tempo em que aponta como meta a eliminação das piores formas de trabalho infantil no Brasil até 2015, reconhece como nó crítico a insuficiência do “conhecimento sobre alguns aspectos da realidade do trabalho infantil no Brasil, especialmente no que diz respeito às piores formas” (BRASIL, 2011, p. 36). Esse conceito de piores formas de trabalho infantil foi adotado e regulamentado pela legislação brasileira em 12 de junho de 2008, por meio do Decreto 6.481.

perigosas. Desse total, a grande maioria são adolescentes de 14 a 17 anos, representando cerca de 79%. Embora o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil tenha diminuído nacionalmente cerca de 2% quando comparado ao PNAD/2004, no Distrito Federal ocorreu um aumento, variando de 5,3% para 5,5% (OIT, 2012). Em 2012, obteve-se o registro de 29.619 situação de trabalho infantil com crianças e adolescentes de 10 a 17 anos, em 2010, no DF (CODEPLAN, 2012). Novamente pontuamos que o número real de crianças e adolescentes envolvidos com atividades ilícitas, como o narcotráfico e a exploração sexual, é possivelmente muito maior que esses apresentados. De forma a complementar esses dados, para compreender a extensão da problemática, em 2011 no DF, encontramos 1.656 casos de aplicação de medidas socioeducativas para crianças e adolescentes de 12 a 17 anos, possivelmente associados a alguma atividade dentro do narcotráfico (CODEPLAN, 2012).

Embora o trabalho infantil no narcotráfico seja tão difícil de ser dimensionado e por muitas vezes invisibilizado, ele não pode ser pensado como um fenômeno marginal. A economia das drogas é, hoje, o segundo item do comércio mundial, perdendo apenas para o tráfico de armamento, claramente associado ao narcotráfico (COGGIOLA, 1997). Esse mercado movimentava cerca de 300 a 500 bilhões de dólares ao ano e emprega cerca de 200 milhões de pessoas (KOPP, 1998). Existem diversos países como a Bolívia e o Marrocos que são dependentes da economia movimentada no tráfico de drogas, o que nos indica que não é possível ver esse mercado como marginal, mesmo sendo ilícito, e muito menos simplesmente utilizar discursos ideológicos para a retirada das crianças e adolescentes desse mercado. Frente a um número de 88 milhões de jovens desempregados, representando 47,3% dos desempregados do mundo (JANSEN, 2007), esse se torna um mercado atrativo, não só pela possibilidade de “empregabilidade”, possível retorno financeiro, mas também reconhecimento social dentro dos grupos do tráfico (DOWDNEY, 2004; OIT, 2002). Por outro lado, o Brasil é o país que mais tem mortes de jovens vinculadas ao narcotráfico e esse foi, em 2011, motivo de 24% das prisões no país (FOLHA DE S. PAULO, 2012).

O aumento do emprego de força de trabalho infantojuvenil está diretamente associado às mudanças no comércio das drogas nos anos de 1980, principalmente, a chegada da cocaína no mercado de varejo, aumentando a rentabilidade do comércio e, em consequência, reestruturando as relações de trabalho para as crianças e adolescentes (DOWDNEY, 2004). Essas mudanças na economia da droga tornam essa força de

trabalho essencial para a circulação da mercadoria e para a geração de mais valor, dificultando a simples retirada das crianças e adolescentes deste trabalho, pois por um lado o mercado demanda seu trabalho e, por outro, não há possibilidades reais de inserção em empregos e de auto-sustento e sustento de sua família.

Aqui reside uma pedra angular que dificulta a ação das políticas sociais que buscam enfrentar o trabalho infantil, proteger o adolescente trabalhador e promover o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes – a relação entre os sentidos do trabalho no narcotráfico e a realidade social. Encontramos diversas políticas públicas² voltadas à criança e ao adolescente que intervêm na relação entre educação e utilização da força de trabalho infantojuvenil. Essas políticas encontram-se tanto dentro das políticas educacionais quanto nas políticas de assistência social, direitos humanos e proteção à infância e adolescência, etc. A base comum dessas políticas está na concepção da criança e do adolescente como sujeito de direitos, e visam à Proteção Integral, expressada pelo artigo 227 da Constituição da República. Esse artigo estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar às crianças e aos adolescentes, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Por um lado, há programas que destacam a visão do trabalho como prejudicial à criança e ao adolescente em contraponto à educação, que é posta como a atividade exclusivamente voltada para ela. Exemplo dessa perspectiva é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Esse Programa “busca articular um conjunto de ações visando proteger e retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática de trabalho precoce [...]” (MDS, 2010, p.40).

Por outro lado, encontramos programas que enaltecem o trabalho enquanto medida de ressocialização, posicionando-o como fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Um exemplo é o Programa Aprendiz da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – PR, que busca, segundo seu manual (2007), garantir

²As políticas sociais operaram a dupla intervenção do estado burguês: promover a acumulação e a legitimação. As políticas sociais do Estado burguês, sob a lógica capitalista, são incapazes de atender aos seus objetivos. Entretanto, isso não significa que elas sejam desnecessárias, inúteis ou que devam ser menosprezadas. A luta por políticas sociais, universais, abrangentes e de qualidade deve ser feita com clareza da existência de limites (NETTO, 2006; SAES, 2006; ALVES, 2001).

a profissionalização de adolescentes com idade entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, através da aprendizagem, e a inclusão social de adolescentes submetidos a medidas socioeducativas ou beneficiados com a remissão, inserindo-os em atividades laborais.

Encontramos de forma geral uma naturalização do trabalho. Este é tomado de maneira genérica e contraditória. Apagam-se as particularidades dessas crianças e adolescentes e seus contextos para assim, se reproduzir a lógica do mercado, garantindo a reprodução do capital. Dessa forma, perde-se o enfrentamento do trabalho alienado que constitui o capitalismo. O trabalho, no plano ideológico, é contraditoriamente combatido e enaltecido ao mesmo tempo, adotando significados naturalizados e unilaterais fazendo que com não se questione as formas específicas expressas hoje.

A dificuldade de que padecem as políticas sociais para bem equacionar a íntima relação entre trabalho e formação humana advêm, por um lado, do problema real de sofrimento e alienação inerentes à forma do trabalho na sociedade contemporânea, negligenciado e tangenciado por meros critérios etários de limite de entrada para a esfera produtiva; por outro lado, da própria lógica do mercado de “mão de obra”/instrumentos de trabalho, que oscila sob ritmos não regulares de incremento e enxugamento - onde incidem, ainda, escolhas que consideram vantagens e/ou desvantagens relativas à absorção de trabalhadores sob critérios de gênero e de idade. A subordinação do trabalho à lógica do capitalismo limita o desenvolvimento humano, e se expressa e é balizada por um dos discursos ideológicos que a sustentam e a mascaram (KLEIN, 2009)

O significado do trabalho no narcotráfico escapa a esses conceitos de trabalho naturalizados e se torna invisível, pois não há como compreender o significado desse trabalho como simplesmente nocivo para a criança e ao adolescente, muito menos apenas como benéfico. À frente da real impossibilidade de retirada dessas crianças e adolescentes dessa exploração laboral, uma vez que o mercado demanda sua força de trabalho, residem os discursos ideológicos que mascaram e dificultam a compreensão desse fenômeno. Especificamente no narcotráfico, as crianças e adolescentes acabam sendo polarizadas enquanto criminosas que necessitam de punição, denotando uma simples responsabilização por seus atos, ou como vítimas, adoecidas por sua adicção, demandando reabilitação.

O que resta ao fundo dessas imagens são as crianças e adolescentes reais explorados e cada vez mais mutilados. Para Vigotski (1930), fundador da Psicologia

Histórico-Cultural, a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho de forma exploradora gera um reflexo fragmentado dessa atividade no psiquismo. A fragmentação do sentido do trabalho é ocasionada objetivamente pela divisão social do trabalho e da cisão entre classe. Essa quebra se reflete na constituição psicológica dos indivíduos, uma vez que os seres humanos são criados pela sociedade na qual vivem e ela representa o fator determinante na formação de suas personalidades (VYGOTSKY, 1930). Conforme o autor:

Tal qual um indivíduo só existe como um ser social – como um membro de algum grupo social, em cujo contexto ele segue o percurso do desenvolvimento histórico –, a composição de sua personalidade e a estrutura de seu comportamento acaba por se constituir como uma variável [‘quantum’] dependente da evolução social, cujos principais aspectos são determinados pela última. [...] Mas uma relação muito mais intrínseca entre esses dois fatores [consciência e modo de vida] pode ser observada em uma sociedade de desenvolvimento avançada, com uma complexa estrutura de classes. Aqui a influência da base [infra-estrutura] sobre a superestrutura psíquica do homem já não se dá de forma direta, mas mediada por um grande número de fatores materiais e espirituais, bastante complexos, mas até mesmo aqui a lei fundamental do desenvolvimento histórico humano – que proclama serem os seres humanos criados pela sociedade na qual vivem, e que a mesma representa o aspecto fundacional na formação de suas personalidades – conserva o vigor. Da mesma forma que a dinâmica de uma sociedade viva não representa uma totalidade simples e uniforme. E que a sociedade mesma é seccionada em diferentes classes sociais; assim, durante um período histórico determinado, não se pode dizer que a composição das personalidades humanas represente algo homogêneo, unívoco. A psicologia, ao levar em conta o fator elementar da tese geral aqui recém-enunciada, só pode ter uma conclusão direta: confirmar o caráter de classe, a natureza de classe e as distinções de classe como responsáveis pela formação dos tipos humanos. As várias contradições internas, as quais se encontram nos diferentes sistemas sociais, encontram sua expressão acabada tanto no tipo de personalidade, quanto na estrutura do psiquismo humano de um período histórico determinado. (VYGOTSKY, 1930, p. 02 e 03)

Especificamente no modo de produção capitalista devido à fome incessante de produção e reprodução do capital, a personalidade humana foi corrompida, tendo o desenvolvimento do potencial humano limitado e desenvolvendo o sujeito de maneira unilateral em todas as diferentes variantes do tipo humano. Não só os trabalhadores, mas também as classes que os exploram, são escravizados pelos instrumentos de suas atividades, resultado da divisão do trabalho, em que “todos estão mutilados pela educação que os treina para certa especialidade, pela escravização vitalícia a esta especialidade, até mesmo se esta especialidade é de fazer absolutamente nada”. (ENGELS, 1894, apud VYGOTSKY, 1930, p. 4). A superação para essa mutilação proposta por Vigotski (1930) consiste na combinação do trabalho com a educação, ou seja, realocar a educação dentro do mundo, buscando desenvolver os seres humanos com base em seus contextos de vida de maneira omnilateral, e não unilateralmente. O

desenvolvimento humano não pode ser voltado unicamente para a direção de sua adaptação dentro da lógica econômica, da reprodução do mercado.

Pontuamos, assim, o desafio desse projeto, para propor uma unidade orgânica e coesa entre trabalho e educação, tendo como porta de entrada o trabalho real vivenciado. Assim, é essencial compreender o sentido atribuído à atividade laboral.

1.1 JUSTIFICATIVA

Com base nessas premissas apontadas pelo psicólogo soviético, como podemos pensar o sentido do trabalho especificamente nas crianças e adolescentes que trabalham no narcotráfico, hoje, no chamado capitalismo tardio³? Como podemos compreender a estrutura e o desenvolvimento do sentido do trabalho dessas crianças e adolescentes que se encontram ou já estiveram em situação de exploração laboral, especificamente no narcotráfico? Que elementos são essenciais para uma proposta de educação para essas crianças e adolescentes?

A resposta para essas questões é chave para o real enfrentamento da questão da exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes no tráfico de drogas. Assim, os programas sociais voltados à relação entre formação de crianças e adolescentes e trabalho, seja na escola ou fora dela, mesmo que contraditoriamente, abrem um novo espaço de trabalho para formação e desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

É necessário que as políticas públicas, de forma integral, enfrentem o plano conjuntural e emergencial, tendo em conta a diversidade e especificidade dos grupos de jovens inseridos precocemente no mundo do trabalho. Porém essas não podem ser configuradas como compensatórias, deixando de lado uma educação básica de qualidade. Pontuamos que esses espaços demandam uma formação política e preparação para o mundo e não apenas para o mercado de trabalho.

Especificamente no narcotráfico, as crianças e adolescentes acabam sendo polarizadas entre imagens de criminosas ou de vítimas. Essa perspectiva ignora que elas são trabalhadoras de um mercado estruturado internacionalmente, cujas relações de

³Segundo Mészáros (apud FRIGOTTO, 2005), o capital sofre uma crise estrutural, e esgotou sua capacidade civilizatória, tendendo agora a ser mera destruição de direitos conquistados pela classe trabalhadora. Assim, a desnecessidade crescente de incorporação de trabalho vivo na produção de mercadorias em forma de bens de serviço, e a hipertrofia do capital morto em forma de ciência e tecnologia na produção, não só gera desemprego estrutural ou a extrema precarização do trabalho, mas produz formas de trabalho fantasmagóricas (FRIGOTTO, 2005). Atrofia-se e impede-se o tempo de trabalho livre, tempo para o desenvolvimento humano. Assim, hoje, o conflito entre tempo de trabalho e formação humana se oculta num afastamento da centralidade do trabalho.

trabalham impacto em seu desenvolvimento e vivências, determinando suas escolhas. Essas crianças e adolescentes se diferenciam, portanto, daquelas que são somente usuárias de drogas. Bem como as vivências dessas crianças e adolescentes não podem ser explicadas somente pela ideia moral de “crime”, que as responsabiliza por atos desconsiderando a estrutura que lucra e condiciona esses atos. Torna-se fundamental lançar o olhar para o trabalhador infantojuvenil do narcotráfico, considerando as relações entre as suas vivências e as atividades laborais que exerce na sociedade, superando a compreensão simplificadora de criminoso ou vítima.

Aqui reside a importância central, para essas políticas, de abarcar o sentido acerca de sua atividade laboral desenvolvido por pessoas que vivenciaram esse trabalho quando crianças e/ou adolescentes, como forma de reconhecer e trabalhar com as especificidades do público de crianças e adolescentes trabalhadores do narcotráfico. É essencial compreender a fundo a estrutura desse sentido, tendo como finalidade elaborar propostas de enfrentamento da exploração dessa força de trabalho.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a estrutura e a dinâmica do sentido⁴ do trabalho no tráfico de drogas vivenciado por jovens que trabalharam nesse mercado quando crianças e/ou adolescentes, especificamente no Distrito Federal, buscando conceitos-chave para propostas educacionais que abordem especificidades do público de crianças e adolescentes trabalhadoras do narcotráfico.

Para isso, têm-se como objetivos específicos:

- Estudo sistemático da estrutura e dinâmica do mercado das drogas, especificamente dentro da última reorganização produtiva do capital, o capitalismo tardio, a partir de 1990, historicizando essa modalidade específica de trabalho no narcotráfico;
- Estudo sistemático do conceito de trabalho dentro da teoria marxista, tanto enquanto categoria ontológica, como sua expressão contemporânea, o trabalho assalariado. Abordaremos também as metamorfoses do trabalho, das relações

⁴De forma resumida, diferenciamos significado e sentido: Entendemos significado enquanto o sistema de relações que se formou objetivamente no processo histórico e que está encerrado na palavra e assimilando-o, dominamos a experiência social, refletindo o mundo com plenitude e profundidade diferentes. Já o sentido é de forma mais complexa a separação daqueles aspectos do significado ligados à situação dada e com vivências afetivas do sujeito (LURIA,1987). Ambas as categorias serão trabalhadas mais profundamente neste trabalho.

humanas e da organização social na modernidade trazendo contribuições de Hannah Arendt, Guerreiro Ramos e Guy Debord.

- Reflexões acerca da educação na modernidade, com destaque nas contribuições de Hannah Arendt, Vigotski e Ivan Illich, bem como propostas diferenciadas de educação e desenvolvimento dentro da Política de Assistência Social.
- Análise dos sentidos do trabalho no narcotráfico trazidos pelos jovens que trabalharam no tráfico de drogas quando crianças ou adolescentes, buscando compreender as vivências que os constituem.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se apoia no método do materialismo histórico dialético, buscando, além da descrição da estrutura e dinâmica do sentido do trabalho, explicar suas origens e mudanças. Conforme Marx, criador desse método, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado. Explicando mais detalhadamente, o autor, juntamente com Engels, pontua:

Os homens são os produtores de suas representações e ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde [...]. A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é seu processo de vida real [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX & ENGELS, 2007, P.237)

O modo de produção da vida material, ou seja, as forças produtivas e as relações sociais de produção são um nexos fundamental para se compreender o sentido desenvolvido pelos sujeitos particulares. Sendo assim, o sentido não se forma na cabeça dos sujeitos como um tipo de imagem genérica sensorial, mas é formado advindo de sua práxis social de, de sua atividade. Para análise da gênese do sentido do trabalho é necessário apreender os multideterminantes dos sentidos desses seres concretos. Deve-se, assim, para buscar relações explicativas, as raízes desse fenômeno, estabelecer as complexas relações entre infraestrutura e superestrutura para a elaboração de uma teoria sobre o sentido do trabalho. Para esse escopo, utilizaremos a técnica da triangulação na coleta de dados – tal qual apresentada por Triviños (1987). Para descrever, explicar e compreender essa realidade, buscamos articular três espectros: 1) os processos e produtos dos sujeitos de pesquisa (percepções subjetivas, sentidos); 2) elementos produzidos pelo meio (superestrutura político-ideológica); 3) processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macrorganismo social no qual está inserido o sujeito (Infraestrutura social).

Como instrumento metodológico, utilizamos em um primeiro momento a pesquisa teórico-bibliográfica para a sistematização dos elementos econômicos, políticos e ideológicos estruturantes do trabalho infantil no narcotráfico e da categoria trabalho. Dessa forma, investigamos as metamorfoses do trabalho na contemporaneidade, seu impacto das relações humanas e sua relação com a educação. Em um segundo momento, foram realizadas entrevistas com 05 jovens que vivenciaram o trabalho no narcotráfico durante sua infância e/ou adolescência. A partir dessas entrevistas foi possível investigar com o sentido atribuído a vivência se articulava com a estrutura socioeconômica e com a superestrutura político-ideológica.

Como resultado dessa trajetória, este trabalho se subdivide em quatro capítulos. O primeiro apresenta a pesquisa bibliográfica realizada sobre a estrutura do narcotráfico. O segundo discorre sobre a categoria trabalho e sua relação com as metamorfoses da sociedade moderna ocidental a partir de um levantamento teórico-conceitual. O terceiro aborda conceitos-chave para pensarmos uma proposta de educação nesse contexto. O quarto capítulo expõe o campo de pesquisa, as categorias formuladas e a análise dos dados. Por fim, apresentamos as considerações finais sobre o sentido do trabalho e possíveis contribuições para propostas educacionais voltadas a esse público.

2 O TRABALHO INFANTIL E O NARCOTRÁFICO

“Me apresento sou comerciante, membro da comunidade atuante, homem que amarra dinheiro com barbante, sem receio odeio o nome traficante.

Pega mal, parece mercado informal, me esforço pra ser um bom profissional.

Fornecedores, compradores com horário na agenda, amizade é amizade, e esquema é esquema.

Consegui fugir da fome e da miséria, sem precisar usar um caderno 10 matérias.

E você com esse olhar estranho....Pergunta o que é que eu ganho, o que é que eu ganho?

Prestígio, muito fama, sobre a cama mulher dama, muitos trutas, muita grana, sai do pó, sai da lama. Nunca perde sempre ganha, sempre bate, nunca apanha, ninguém chama pro combate, ameaça-te estranha.

Seu nome corre trecho, na quebrada só respeito, até seus erros são aceitos, mandou, falou tá feito.

É pouco pra você? Parar por quê? Quer me convencer?

O que é que você tem pra oferecer?

Sou fruto aqui dessa terra.

O amor versus a guerra”

(Trecho do rap “Amor venceu a guerra”, GOG)

Não é distante pensarmos na criança ou adolescente que trafica como um menino, negro, pobre que nos gera um sentimento de raiva e medo. Nosso imaginário oscila entre sua representação como um bandido ou como alvo de comiseração frente a sua pobreza, adicção ou necessidade. Essas imagens ideológicas acerca dos trabalhadores mirins do narcotráfico, ao mesmo tempo em que, em parte, refletem parcialmente a condição dessas pessoas, nos paralisam por não demonstrarem a complexidade da vida das mesmas. Pois se há criminalidade, pobreza, adicção e necessidade, há também o imaginário plasmado que cria a noção de “menor” nos impedindo de vislumbrar esse menino como sujeito. Por esse motivo, o elo entre a condição de vida desses meninos e meninas, as relações em que convivem cotidianamente e como se autopercebem, perguntando qual é o sentido que atribuem a essa atividade no complexo de sua vida, é um passo fulcral para irmos além dessas imagens iniciais, ainda afastadas, e encontrarmos quem realmente são essas pessoas.

O objetivo deste capítulo é retratar o como a reorganização da produção e distribuição da droga frente à crise econômica, com a agregação de uma nova tecnologia, impacta nas relações sociais, principalmente nas relações dos trabalhadores do narcotráfico entre si, com sua comunidade e consigo mesmos. A demanda de incorporação de crianças e adolescentes nesse mercado, cada vez em maior número e mais prematura muda radicalmente o papel social desses sujeitos e como a sociedade os vê. A transformação de suas condições e formas de vida abre novos caminhos para o desenvolvimento de suas personalidades.

É importante para nós, nesse momento, compreendermos o como o fato dessa criança ou adolescente ser um trabalhador do narcotráfico - estando, portanto, inserida em relações de trabalho – ecoará em sua compreensão acerca de sua realidade e na construção de sua autoimagem.

2.1 TRABALHO INFANTIL E REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

A despeito do conceito de infância ser uma construção social recente (ARIÈS, 1973), a exploração da força de trabalho de crianças sempre existiu, adotando variadas funções e propósitos em diferentes povos e momentos históricos. A grande diferença das formas de trabalho é a proporção de oferta e da demanda, as formas de inserção no mercado, as ocupações e as condições de trabalho (MONTENEGRO, 2006).

A questão do trabalho precoce teve uma mudança profunda com o início do sistema capitalista e essa exploração vem se acentuando e agravando com o decorrer das mudanças nas formas de organização da produção. O aparecimento da indústria evidenciou o trabalho infantil, uma vez que, ao introduzir a divisão técnica do trabalho, as tarefas simplificadas e automatizadas possibilitaram a utilização dessa força de trabalho.

No capitalismo, porém, a demanda de utilização de força de trabalho infantil decorre da necessidade do mercado em relação ao incremento ou redução de oferta de mão de obra. Não é ao acaso que encontramos em alguns momentos históricos a concessão de direitos à classe trabalhadora, como a proibição do trabalho infantil primeiramente contida nas Leis fabris amplamente apresentadas e debatidas por Marx (2008a), decorrente de múltiplos fatores como o movimento da classe trabalhadora, bem como o desenvolvimento das forças produtivas que possibilitou a liberação da força de trabalho infantil nesse primeiro momento.

Não obstante, para vislumbrar sua estrutura e funcionamento atuais é preciso escrutinar seus processos de transformação na contemporaneidade. Destacamos aqui, como elemento fulcral para a compreensão do fenômeno atual do trabalho infantil, o último reordenamento produtivo do capital trouxe um novo cenário para essas crianças e adolescentes trabalhadores. Essa crise, iniciada nos anos 70, decorreu de diversos fatores como: a queda da taxa de lucro, devido, dentre outras causas, ao aumento do preço da força de trabalho; ao esgotamento de acumulação taylorista/fordista clássica de produção; à hipertrofia da esfera financeira, colocando o capital financeiro como campo prioritário para a especulação, uma vez que o capital se tornou internacionalizado; à maior concentração de capitais devido às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; à crise do Estado de bem-estar social e de seus mecanismos de funcionamento, com conseqüente crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos e sua transferência para o capital privado e ao incremento acentuado de privatizações (ANTUNES, 2009).

Dessa crise resultou uma série de transformações no processo produtivo, com vistas a retomar o ciclo reprodutivo do capital. Dentre elas encontramos a constituição de formas de acumulação flexível, as formas de gestão organizacional, o avanço tecnológico, especificamente a microeletrônica e os modelos alternativos ao taylorismo/fordismo com destaque ao “toyotismo”. Essa modificação nas bases produtivas gerou também um novo perfil dos trabalhadores do mercado formal, demandando uma maior qualificação, participação, multifuncionalidade e polivalência. (ANTUNES, 2009)

Essas mesmas mudanças geraram, também, um deslocamento da força de trabalho do setor produtivo para o setor de serviços, esse último cada vez mais submetido à racionalidade do capital (ANTUNES, 2009). Entretanto, mesmo com a incorporação de trabalhadores no setor de serviços, houve uma expulsão de um grande contingente de trabalhadores do trabalho formal, principalmente jovens e idosos, elevando, assim, o tamanho do exército de reserva, com números nunca antes vistos de desempregados. A flexibilização do trabalho, contudo, possibilitou a utilização dessa força de trabalho, porém através de trabalhos precarizados. Nesses postos encontramos os trabalhadores terceirizados, subcontratados, *part-time* (parcial), temporários, informalizados etc. Esse processo de precarização do trabalho acompanha também um

aumento significativo do trabalho feminino, com salários desiguais quando comparado ao mercado masculino.

Nesse mesmo período está em curso a transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo. Esse é elemento chave para compreender a nova condição do trabalhador. As conexões e laços da cadeia produtiva se ampliam em um cenário internacional, possibilitando reterritorializar e desterritorializar a força de trabalho, baixando ainda mais o seu preço, gerando conflito entre os próprios trabalhadores.

Desse modo, a precarização das condições de trabalho e degradação da questão salarial retratada no número de desempregados, na ampliação do setor informal, na expansão do “terceiro setor”, na feminilização desses subempregos e baixa do preço da força de trabalho devido a processos de desterritorialização retratam um novo cenário onde podemos observar uma mudança qualitativa das formas do trabalho infantil. As Piores Formas de Trabalho Infantil, conceito adotado pela Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), visibilizam esse cenário. Observamos relações causais entre a expansão do trabalho informal e sua desregulamentação com a possibilidade de exploração de força de trabalho de crianças e adolescentes em trabalhos informais urbanos de rua e em trabalho com lixo. A entrada da mulher no mercado de trabalho também demandou uma reorganização da economia doméstica. O trabalho infantil na agricultura continua sendo precarizado e sem mecanismos eficazes de fiscalização. E, por fim, a internacionalização do capital trouxe uma reorganização dos mercados ilícitos da exploração sexual e do mercado de drogas. Cada um desses mercados demanda uma análise aprofundada sobre os multideterminantes das formas específicas de trabalho infantil.

Especificamente no narcotráfico, o aumento do emprego de força de trabalho infantil, no Brasil, está diretamente associado às mudanças no comércio das drogas nos anos 1980, principalmente, a chegada da cocaína no mercado de varejo, aumentando a rentabilidade do comércio e em consequência reestruturando as relações de trabalho para as crianças e adolescentes (DOWDNEY, 2004). Embora seja difícil dimensionar, estima-se um elevado número de crianças e adolescentes empregados no mercado da droga, que ao todo empregava, em 1998, cerca de 200 milhões de pessoas (KOPP, 1998) e movimentava, em 1997, cerca de 300 a 500 bilhões de dólares ao ano (COGGIOLA, 1997).

O trabalho infantil não pode ser pensado como um fenômeno marginal, mas como um elemento essencial para a reprodução do capitalismo. Como vimos, o último reordenamento do capital abriu possibilidades do mercado demandar o incremento de força de trabalho infantil como mais uma possível de se explorar, porém somente nessas formas específicas de trabalho precarizado.

2.2 O REORDENAMENTO MUNDIAL DO MERCADO DA DROGA: A HEGEMONIA DO CRACK NO NARCOTRÁFICO

Para compreender de maneira mais complexa a incorporação de força de trabalho infantil no mercado das drogas devemos esmiuçar as mudanças que ocorreram nessa indústria nos últimos 30 anos compreendendo esse como um mercado global, mas com seu coração nos Estados Unidos⁵. Mesmo hoje havendo uma diversidade de drogas vendidas como mercadorias, há uma dentre elas que, além de revolucionar a estrutura do narcotráfico, é carro chefe de vendas no Brasil⁶: o *crack*.

Embora muitos considerem o crack como uma droga recente, concordamos com Agar (2003), posicionando essa droga apenas como uma nova tecnologia aplicada à produção da cocaína, desenvolvida frente à necessidade do mercado.

A ideia de fumar cocaína esteve presente bem antes do crack. Encontramos dois padrões envolvendo esse uso: fumar uma pasta da coca⁷, chamado em espanhol de *basuco*, desenvolvido na América Latina nos anos 70⁸; fumar a pasta base de cocaína (*freebase cocaine*)⁹, hábito muito popular entre os usuários do pó de cocaína nos anos 70, facilitado pelo desenvolvimento de uma indústria que providenciava receitas e matérias primas para a conversão. Em ambos os casos, do *basuco* e da pasta base, a razão para fumar ao invés de inalar foi, primeiramente, o efeito vasoconstritor que limitava a quantidade e velocidade da absorção quando inalada, possibilitando pelo fumo um efeito mais intenso e rápido, além de, no caso da pasta base, ter menos impurezas (AGAR, 2003).

⁵Conforme Kopp (1998), cerca de 90% das receitas do tráfico vão para os bancos, em grande parte norteamericanos e são lavadas no sistema financeiro internacional e os 10% restantes voltam para os países produtores e são divididos entre os traficantes. Mesmo com uma rentabilidade de 3000%, os camponeses produtores recebem apenas 0,1% do volume final.

⁶Com indústria já consolidada no Brasil, a produção e distribuição do crack movimentava diariamente R\$20 milhões e tem como usuários 1,2 milhão no país (O GLOBO, 2011).

⁷A pasta base é um produto intermediário da produção da cocaína.

⁸O *basuco* esteve disponível nos Estados Unidos nesse período, porém não se popularizou, pois continha muitas impurezas advindas do processo químico das folhas de coca que envolvia ácido sulfúrico, querosene e uma base de carbonato de sódio ou óxido de cálcio.

⁹Preparada a partir do pó de cloridrato de cocaína neutralizado com uma base e então misturado com um solvente como éter, e , depois, aquecido e misturado com um acetileno ou butano.

O ingrediente chave para o crack é um encontrado em qualquer mercado: o bicarbonato de sódio, ou também conhecido como fermento de cozinha. Para a produção da droga, basta aquecer o pó de cocaína, bicarbonato de sódio e água e, após, deixar resfriar (AWAKE, s/d). Uma substância parecida com uma resina irá se formar na parte superior do recipiente e endurecer. Essa substância é quebrada em pedaços e daqui surge o nome *crack*. Esse produto da cocaína não é tão puro como a *freebase*, pois o bicarbonato de sódio deixa um traço de sais e a cocaína pode ser adulterada antes do cozimento para aumentar o rendimento. Mesmo não sendo um produto tão luxuoso quanto a *freebase*, o crack produz a mesma intensidade e é mais simples e seguro de produzir.

A receita do crack é encontrada em um livro americano de receitas gourmet no início dos anos 70 (INCIARDI *apud* AGAR, 2003). Porém, como nos mostra Agar (2003), o crack começou a se difundir nos Estados Unidos no início dos anos 80. Para compreender a epidemia que se tornou esse mercado, o autor nos convida a analisar elementos fundamentais para essa compreensão: o processo de produção da cocaína e suas transformações, suas redes de distribuição e o público consumidor alvo.

Visando explicar as transformações no sistema de produção da droga, Agar (2003) propõe sua compreensão a partir de três elementos fundamentais: a) o aumento da produção na Colômbia; b) a guerra Sandinista/Contra na América Central como facilitador para a entrada do produto no mercado norte-americano; e por fim, c) o declínio da demanda no mercado tradicional da cocaína, criando assim uma crise organizacional que precipitou no crescimento do mercado do crack.

O mercado da cocaína iniciou como uma consequência da indústria da maconha que se desenvolveu na Colômbia após a “guerra às drogas” de Nixon no início dos anos 1970. A política de Nixon envolvia a quebra do tráfico da maconha mexicana e destruição de suas plantações com o herbicida *paraquat*¹⁰. Com a demanda no mercado americano, em 1978, a Colômbia já supria 75% da maconha consumida nos Estados Unidos (ADLER, 1995 *apud* AGAR, 2003).

O importante aqui é relacionar a expansão do mercado da cocaína usando as mesmas redes articuladas de tráfico implementadas a partir das redes de distribuição da maconha. No início dos anos 1970, a construção de uma rodovia Pan-Americana ligou

¹⁰Composto quartenário do amônio utilizado, altamente perigoso para os humanos.

as plantações de coca do Peru ainda em pequena escala aos produtores de cocaína no Chile (RILEY, 1996 *apud* AGAR, 2003). Porém, em 1973, Pinochet acabou com a rota da cocaína, o que levou a mudança dos especialistas chilenos para a Colômbia, que contava com contrabandistas experientes, governo cúmplice, uma economia pós-industrial, uma fulminante cultura empresarial e uma ótima geografia (ADLER, 1995 *apud* AGAR, 2003), além de uma história de violência e guerra de classes desde 1948.

Esse negócio levou a imigração colombiana, especialmente no bairro de Queens Jackson Heights, a inaugurar o negócio da droga ao estilo colombiano, reconhecido como excessivamente violento e brutal. O comércio entre Colômbia e Estados Unidos ainda era de baixa escala. A propaganda da cocaína como uma droga segura começou a ganhar popularidade na alta classe e aumentou a demanda da droga nos Estados Unidos, o que casou perfeitamente com a habilidade da indústria colombiana de fornecer o quantitativo requisitado utilizando já as redes de tráfico estabelecidas pela maconha. Entre os anos 1970 e 1980, o mercado da cocaína teve uma produção que foi das 25 às 125 toneladas, passando de um faturamento de 5,4 milhões de dólares a 22 milhões e com queda de preço de \$60,000/kg a \$15–20,000/kg, em com níveis de pureza de 35% a 60/70% (1996, p. 374 *apud* AGAR, 2003).

O segundo elemento, a guerra Sandinista/Contra possibilita compreender o envolvimento do Estado norte-americano no fortalecimento da indústria da cocaína. Os Contras (abreviação de “contra-revolucionários”) são grupos de oposição armada à Frente Sandinista de Libertação Nacional, no poder da Nicarágua desde a vitória da Revolução Sandinista em 1979. O governo norte-americano de Reagan apoiava os Contras, vendo-os como aliados na guerra contra o comunismo. Porém, o congresso estadunidense proibiu o uso de fundos da CIA nos conflitos da Nicarágua e estabeleceu apenas possibilidade de ajuda humanitária aos Contras. Para fortalecer os Contras, o governo dos Estados Unidos passou a favorecer o tráfico de cocaína comandado pelos Contras, utilizando para o transporte de drogas, os navios e aeronaves norte-americanas que iam à Nicarágua fornecer suprimentos da ajuda humanitária. Dessa forma, o Estado norte-americano financiou o fortalecimento da indústria da cocaína na Colômbia, fazendo com que a mercadoria do tráfico saísse da Colômbia passando pela Nicarágua. Dessa forma, os Estados Unidos davam condições financeiras ao Contras, fortalecendo a luta contra o Comunismo, ao mesmo tempo em que ampliavam a venda e consumo de cocaína nos Estados Unidos.

Contudo, como aponta Agar (2003), mesmo com a alta na produção da cocaína, após 1983, o seu consumo passa a declinar. Nesse ano, começa uma inversão da opinião pública sobre o consumo de cocaína. Até os anos 80, ela era vista como uma droga de alta classe e não-viciante. Segundo Agar, ela era reconhecida como “a champagne das drogas”. Contudo, nos inícios dos anos 80, há a publicização de algumas mortes decorrentes do uso de cocaína, a divulgação de numerosos problemas decorrentes do uso (paranoia, depressão, baixo desejo sexual, pânico, problemas econômicos, problemas com família e trabalho, uso associado ao álcool, a tranquilizantes, a soníferos e à heroína, tentativas de suicídio) e a criação de tratamentos psicológicos para a adicção da droga. Nesses centros, o público de adictos era hegemonicamente branco, empregado, de média ou alta classe econômica, em seus 20 e 30 anos e sem histórico de uso de outras drogas ou problemas psiquiátricos. Frente a esse cenário, a procura pela droga começou a cair drasticamente.

Frente ao problema da cocaína, os EUA construíram barreiras contra a importação colombiana dos químicos necessários para a produção da droga. Uma vez que a pasta das folhas de coca não necessita desses químicos, os produtores da Colômbia começaram a exportar essa pasta para o Caribe e Flórida, e a conversão final do crack passou a ser feita nesses locais. A emigração da Jamaica, Haiti, Trindade e outros pequenos países do Caribe para Miami e Los Angeles levou ao surgimento de um mercado auto-organizado de crack e inaugurou a entrada da droga em território norte americano.

Esses dois aspectos, a proibição da importação dos reagentes químicos e a alta imigração para os Estados Unidos, foram fundamentais para a difusão rápida e ampla do crack. No ano de 1985, a curva de epidemia do crack decolou, principalmente nas minorias negras e se tornou, no ano seguinte, tema nacional. O aumento na produção e distribuição do pó de cocaína para o mercado norte-americano instalou condições para a epidemia do crack. A inundação da cocaína no mercado estadunidense, junto ao declínio da demanda de consumo entre brancos de classe alta, criou um excesso de mercado, uma crise para os produtores que criaram uma inovadora resposta de marketing: o crack, uma nova tecnologia que permite processar todo o excesso de pó de cocaína num produto mais barato para o mercado das baixas classes econômicas.

Não só a produção, mas o crescimento da indústria colombiana da década de 1970 até 1980 também mudou as redes de distribuição da droga. Essas mudanças

desempenharam um papel importante na variação do fluxo do produto, agora dirigido aos consumidores pobres. Três grandes redes estavam envolvidas na modificação de mercado: os traficantes dominicanos, jamaicanos e as gangues afro-americanas de Los Angeles.

Os dominicanos de Nova Iorque foram os primeiros a desenvolverem o mercado em retalhos e foram os responsáveis pela entrada do crack no mercado em massa. Eles conseguiram produzir cocaína fumável barata por meio de um adulterante químico que, quando misturado ao pó de cocaína e cozido, tem um rendimento maior. A ligação entre colombianos e dominicanos se estabeleceu diretamente não só pela língua comum, mas também pelo compartilhamento de “valores empresariais”. Os dominicanos desenvolveram seu mercado em toda a cidade de Nova Iorque, com elo entre comerciantes locais em bairros hispânicos e negros.

A segunda maior rede que cresceu a partir da década de 1980 foi a dos jamaicanos. Essa rede expandiu o mercado do crack para todo o EUA, com foco nas cidades onde não havia organizações criminosas, estabelecendo as gangues de negros. Lembramos que é esse o momento em que o Estado norte-americano auxiliava os Contras na Nicarágua e apoiava a entrada da droga nos Estados Unidos. Webb (apud AGAR, 2003) argumenta que a CIA estava diretamente envolvida no mercado da cocaína para os negros em Los Angeles. Jansen (2007) afirma que o Estado norte-americano utilizou, nesse período, para desmobilizar o Partido dos Panteras Negras¹¹, a associação entre CIA, FBI e narcotraficantes da América Latina para o despejo de toneladas de cocaína, maconha, heroína nos bairros negros, visando à desarticulação política e levando à dissolução do Partido. Abu-Jamal (apud JANSEN, 2007, p.10), ex-militante dos Panteras Negras comentou sobre o papel do crack nas comunidades negras nos EUA:

Um espectro assombra as comunidades negras da América. Como vampiro, suga a alma das vidas negras, não deixando nada senão esqueletos que se movem fisicamente mas que estão afetiva e espiritualmente mortos. Não é o efeito de um ataque do Conde Drácula nem de uma praga lançada por algum feiticeiro sinistro. É o resultado direto da rapinagem planetária, das manipulações dos governos e da eterna aspiração dos pobres a fugir, aliviar-se, ainda que brevemente, dos paralisantes grilhões da miséria extrema. A sua procura de alívio se soletra C-R-A-C-K. Crack. Pedra. Chame como quiser, pouco importa; ela é na verdade, uma outra palavra para “morte” nas comunidades.

¹¹Organização com ideais socialistas da classe operária e da juventude negra dos EUA que luta contra a opressão social e racista do governo e da polícia; tornou-se intolerável e uma preocupação para a burguesia e seu governo (JANSEN, 2007).

O pesado investimento norte-americano na indústria da cocaína com distribuição dos imigrantes levou ao surgimento da terceira grande rede, as gangues organizadas de negros, especialmente a de Los Angeles.

O que distinguia as redes dos dominicanos, jamaicanos e as gangues de LA foram suas inovações em marketing e a forma como distribuem a mercadoria colombiana para as comunidades pobres. Os dominicanos forneceram o método de converter cocaína em pó em crack tornando seu acesso possível à grande massa. Os jamaicanos e gangues de LA estenderam de maneira eficiente o fluxo do produto. Essas três redes promoveram uma ligação estrutural entre os produtores da Colômbia e os usuários das comunidades pobres, majoritariamente negros.

As redes do tráfico não se limitavam somente a esses três grupos, estando abertas a quem quisesse entrar nelas. Em 1986, durante as audiências do Congresso norte-americano (CONGRESS *apud* AGAR, 2003), as polícias de Nova Iorque, Washington, Miami e Detroit discutiram a natureza do mercado do crack, apontando esse não mais como um “crime organizado” como no velho sentido do termo. Em vez disso, havia um grande número de pequenos empresários, e as guerras territoriais já não eram mais entre grandes grupos organizados.

O desenvolvimento de relações diretas entre a Colômbia e os mercados locais levou à formação de organizações pelos empresários que, por vezes, coexistiam, formavam alianças e, por vezes, disputavam. Mesmo assim, sempre havia espaço para outros empresários iniciarem seu negócio. A epidemia ganhou outra dimensão quando esses novos empresários empregaram uma grande massa de jovens e crianças negras dos ditos guetos que, frente à crise econômica que o país enfrentava, com reduzido número de oportunidades de trabalho e diminuição das políticas sociais, encontravam nesse mercado uma possibilidade de sobrevivência. A partir desse ponto encontramos um padrão crescente de uso do crack nas ruas. Esta mudança estrutural do mercado, em que já não encontramos organizações estáveis e hierárquicas, mas um mercado em retalhos, foi o traço fundamental e diferencial ocasionado com a entrada do crack no narcotráfico.

O crack não apareceu como uma nova droga, mas foi uma revolução de marketing. A reorganização do mercado da cocaína através de uma nova tecnologia e direcionamento para consumo das massas abriu oportunidades econômicas para

qualquer um com pouco dinheiro e ambição tornar-se empresário e sobreviver frente às condições de vida enfrentadas em período de crise econômica mundial.

2.3 O MERCADO DA DROGA NO BRASIL

A transformação do modo de produção da cocaína, redefinindo as relações de distribuição através do tráfico em retalhos teve eco em todo o mundo. Para abordar o narcotráfico no Brasil enfocaremos no mercado da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que é o maior pólo nacional de distribuição e de significativo consumo, além de também ser pólo de pesquisas sobre a temática (DOWDNEY,2004).

Mesmo com o tráfico de drogas já existindo no Rio de Janeiro desde o início do século XX (MISSE, 1999), a chegada da cocaína em grande quantidade no fim dos anos 1970 e, mais marcadamente, no começo dos anos 1980, transformou esse mercado, com seu aprofundamento com a entrada do crack. Conforme Dowdney (2004), devido ao lucro instantâneo da cocaína, o mercado varejista da droga no Rio foi reestruturado nos anos 1980 em termos de escala, de organização e de uso da violência como instrumento aceitável.

Na década de 1950, o mercado hegemônico de droga ilícita, no Rio, era o da maconha¹². Sua distribuição era relativamente organizada, com tráfico difuso, estrutura não sofisticada e vendida por membros da comunidade a uma clientela local e localizada. Dowdney (2004) apresenta relato de proibição e repreensão de quem fumasse maconha na frente das crianças, uma vez que os revendedores, por serem da comunidade respeitavam seus padrões e valores.

Embora existisse o uso de armas, esse era velado e não era organizado. Por outro lado, é nesse período que, em escala bem reduzida, encontramos as origens do uso das favelas por facções organizadas em pontos de venda estratégicos, bem como os termos boca de fumo, olheiro, vapor etc.

Misse (1999) apresenta cinco principais motivos para a transformação desse mercado desorganizado e pequeno nos anos 1980, a saber: o crescimento da demanda por drogas ilegais; a chegada da cocaína colombiana a baixo preço e sua alta rentabilidade em relação à maconha; aumento do policiamento violento e repressivo

¹²A cocaína importada da Bolívia estava à disposição da classe média principalmente nos anos 1960 e 1970, porém era vendida em menor escala e sua rede de distribuição era independente da favela. (MISSE, 1999)

durante a ditadura; a chegada de armas leves de uso militar; e estabelecimento e organização de facções da droga.

Os anos 80 marcam uma junção de diversos fatores que possibilitaram a organização sistemática do mercado de drogas a varejo no Rio de Janeiro, especificamente nas prisões, com o marco na criação da primeira facção da droga, e ainda mais poderosa: o Comando Vermelho. Iniciou-se um período de violência armada organizada.

O Comando Vermelho é o movimento carcerário do fim da década de 1970. Ele contava com a participação de prisioneiros políticos da época da ditadura de Estado utilizando modelos de organização da esquerda brasileira. Inicialmente foi formado para melhorar as condições da população carcerária, porém para subsidiar a luta política e a compra da libertação de presos, o movimento passou a utilizar do crime organizado, articulando-o mesmo dentro das prisões.

Esse mesmo momento marca a chegada da cocaína ao país vinda da Bolívia, do Peru e da Colômbia para a exportação aos países ocidentais e para consumo local. A associação do crime organizado ao comércio da droga foi rápida devido à alta lucratividade da cocaína. Com organização e recursos, nos anos entre 1983 e 1986 foi definida a demarcação geográfica do Comando Vermelho (MISSE, 1999), utilizando as comunidades que até então comercializavam a maconha, estabelecendo uma estrutura imprecisa de apoio mútuo (DOWDNEY, 2004).

A expansão do Comando Vermelho se deu através da propagação de sua ideologia junto com o monopólio do mercado da droga por meio do empréstimo de armas e dinheiro para um primeiro carregamento de cocaína e ou assumir antigas bocas ou criar novas com a bandeira do movimento e retornar uma porcentagem dos lucros futuros. A organização local era padrão, baseada em necessidades militares de defesa e invasão e na divisão do trabalho para empacotamento e venda da droga.

Cada comunidade tinha seu dono que era o traficante que pertencia ao movimento. Por outro lado, o Comando Vermelho, conforme Misse (1997) deve ser visto como uma rede de atores independentemente afiliados e não uma organização rigidamente hierárquica com uma única figura central. O próprio movimento impedia essa liderança absoluta.

Derivado da luta social da época da ditadura brasileira, esse movimento, então paramilitarizado, elevava os níveis de violência. Por meio do relato de um ex-traficante, Dowdney (2004, p.34) explicita:

(... com) maconha... não havia morte por você por exemplo querer fumar mais (sem pagar), você de repente levava um tiro na mão, levava tapa na cara, surra, mas não morria. Ninguém era morto por isso. Agora quando cocaína entrava era diferente (...) É a natureza da droga que é completamente diferente (...) eu falo porque eu já experimentei (...) a cocaína ela muda completamente a tua personalidade, se você quer você fica violento, você fica 10 vezes mais violento, mais nervoso, assustado, com medo, tudo se multiplica (...) se você abusa do uso da cocaína, você acaba não sendo um bom soldado. Você vira um risco para a boca de fumo (...) teve esse cara que usou a cota dele e pediu para usar mais, o gerente deixou, o cara ficou tão alucinado à noite que deu um tiro na cabeça do outro, achou que era um policial (...). Depois, claro, foi morto (...) então como falei, pó é um negócio perigoso.

O elevado rendimento da cocaína leva a uma rigidez de mercado e junto a uma militarização excessiva decorre maior violência. É importante ressaltar também que, embora o lucro da droga tenha estimulado o desenvolvimento econômico das favelas, a ampla maioria do lucro não circulava na comunidade, indo para os donos que não residiam nas mesmas (DOWDNEY, 2004).

Essa situação de violência levou a morte de importantes membros do Comando Vermelho e progressivamente ao crescimento de desconfiança e rivalidade interna. Já no ano de 1986 o movimento começou a fragmentar-se internamente e iniciaram as disputas territoriais cada vez mais comuns e violentas. A rede, antes organizada e sob um propósito e ideologia, passa a mudar sua configuração com a entrada de traficantes cada vez mais jovens e em conflito contínuo para ocupar novos territórios ou para tomá-los de donos mais velhos (MISSE, 1999)

Os anos 1990 deflagraram a fragmentação da facção, então, com diferenças evidentemente inconciliáveis, gerando diversas novas facções, e sendo que a principal tinha direcionamento e sentimentos puramente econômicos que guiavam esse novo movimento. Com nova ideologia, essas facções que dominavam o varejo de drogas no Rio levaram as comunidades a, cotidianamente, terem mais disputas territoriais, maior militarização, combate intermitente, utilização de tecnologias de comunicação para defesa e vigília, estrutura administrativa e de gestão mais avançada, estratégias policiais mais violentas e repressivas e maior utilização de crianças e jovens no combate armado (DOWDNEY, 2004). Porém ainda reside nessa relação entre tráfico e comunidade um

acordo de proteção mútua, mesmo que seja forçado¹³.

Nesse mesmo contexto é onde a tecnologia do crack entra no mercado brasileiro. Em 1989 é datada a primeira ocorrência de consumo da droga e, em 1991, sua primeira apreensão (NAPPO; OLIVEIRA, 2008; NAPPO; SANCHEZ, 2002 apud AWAKE, s/d). O crack, entrando nas redes do tráfico da cocaína, progressivamente está substituindo-a, uma vez que é uma mercadoria de fácil produção e de valor muito mais baixo e tornando-se mais acessível ao uso da população pobre, claro que cada vez mais em detrimento da qualidade de pureza do produto. Segundo Awake (s/d), durante quase duas décadas de existência de crack o consumo foi crescente, porém se intensificou, realmente, a partir de 2008, período de crise econômica.

Dessa forma, as redes de tráfico de crack no Brasil herdam uma estrutura militarizada, violenta e de disputa e composta por trabalhadores cada vez mais jovens. Além disso, trata-se de uma rede que atua de forma repressiva em relação à comunidade na qual está inserida. Essa estrutura se soma ao impacto do crack que apresenta uma nova tecnologia, com fácil produção e preço baixíssimo, podendo ser produzida até mesmo por crianças. Sem depender de uma rede estruturada grande para sua produção e venda, o tráfico fortalece organizações menores e fragmentadas – o “tráfico em retalhos”. Isso impacta no surgimento de novos “empreendedores” dessa economia, cada vez mais jovens e mais violentos, difundindo a produção e alastrando o consumo – esse processo culminou na chamada “epidemia do crack”. Se nos anos 1990, o processo de fragmentação do tráfico no Brasil já tinha cindido o Comando Vermelho em outras três facções, o tráfico em retalhos acentuou essa fragmentação.¹⁴ Essa fragmentação distancia o trabalhador cada vez mais de sua comunidade, cindindo sua vinculação a grupos estruturados e apagando sua herança histórica – dado pelo pertencimento e defesa da comunidade. Desenraizado, os jovens trabalhadores ficam cada vez mais à mercê somente das relações econômicas e dos valores do tráfico de drogas.

¹³Os donos do tráfico criam um sistema de controle baseado em violência ou na ameaça de violência por meio do qual os traficantes recebem proteção da comunidade em troca de oferecer o que o Estado tradicionalmente não tem provido: a manutenção da ordem social, apoio, estímulo econômico e atividades de lazer (DOWNDNEY, 2004). O autor posiciona este enquanto um modelo tirânico de reciprocidade forçada.

¹⁴Um elemento importante para compreender melhor esse processo de fragmentação contemporâneo, especialmente no Rio de Janeiro, é o Projeto das Unidades de Polícia Pacificadora. Porém esse não será o objeto de estudo deste capítulo, devido à complexidade de análise.

2.4 O IMPACTO DO NARCOTRÁFICO NAS RELAÇÕES PESSOAIS: TRABALHADORES DO TRÁFICO E COMUNIDADE

As mudanças nas formas de produção e distribuição das drogas trazem impactos profundos nas relações que as pessoas que trabalham nesse mercado desenvolvem entre si, com sua comunidade e consigo mesmas. A relação entre traficantes e comunidade sofreu transformações durante as mudanças de mercado.

Dowdney (2004) nos permite compreender mais a fundo as mudanças dentro das comunidades apresentando relatos de resposta de “como era”, que demonstram a diferença no comportamento dos revendedores desde os anos 1970 e categorizando essas mudanças. As categorias são as seguintes:

- I) Os revendedores respeitavam os moradores e os valores familiares uma vez que eram mais velhos e mais maduros (“antes de ter esses grupos (...o tráfico) não era dominado por adolescentes. Eram pessoas mais velhas (...) eram pessoas que respeitavam os moradores, eles não permitiam a entrada de estranhos na comunidade e de ninguém fazendo arruaça. Os moradores eram respeitados”, p.37) .
- II) Os traficantes vendiam drogas de modo escondido e sigiloso (“antigamente eles tinham vergonha do cheiro da maconha, de prejudicar alguém”, p.37).
- III) Os traficantes não andavam armados abertamente na comunidade (“antigamente eles guardavam revólver no mato, escondiam (...) hoje em dia andam armados, querem mais é aparecer”, p. 37)
- IV) Os traficantes não usavam drogas, nem deixavam os consumidores as usarem na frente dos moradores (“eu me lembro que há 20 anos atrás não se fumava maconha na rua, ou se fumava, quando uma pessoa mais velha passava quem tivesse fumando escondia”, p.38).
- V) Os traficantes não deixavam crianças serem envolvidas no tráfico ou, se as empregavam, nunca era com uso de armas (“eu via chefe da boca de fumo dar tapa em criança que pedia para entrar na boca”. “antigamente os adolescentes e crianças eram só aviõezinhos (Crianças encarregadas de levar mensagens ou drogas a outros traficantes ou a clientes). Elas não ficavam naquele meio (...) agora não, agora elas são armadas mesmo.”, p.38)
- VI) Agora os traficantes mostram-se abertamente e fortemente armados
- VII) Os traficantes são mais bem organizados (“antes era mais expansivo. Hoje o

tráfico é mais sitiado. Ele está dividido como o setor de uma empresa”. p.39)

- VIII) Os traficantes são cada vez mais violentos. (“Eu acho que o que mudou foi a crueldade (...) a proliferação da violência e a arma, porque (quando eu era jovem) eu dava cadeirada, hoje o moleque do baile funk dá tiro”.p.39)
- IX) Os traficantes vêm de fora da comunidade
- X) Os traficantes são mais jovens (As crianças já não são protegidas (“Eu não vi nenhum deles, antigos, cheirando, com armas, eu não vi nada disso. Pelo contrário, quando eles iam se confrontar com alguém, eles avisavam. Iam lá na porta: ‘bota as crianças prá dentro, vai ter briga, vai ter tiro’. Hoje em dia não tem isso, tá na rua, tem criança de 3, 4 anos de idade, e, infelizmente, vai ver eles morrer”. p. 40).

O autor, cuja análise investiga as transformações que ocorreram até final da década 1990, pontua que as percepções das pessoas mais velhas da comunidade refletem as mudanças percebidas no período de fragmentação das facções e aumento da violência. Por outro lado, mesmo que de maneira violenta, a organização do tráfico carioca possui suas regras internas e regras de convivência com a comunidade.

A relação de ajuda mútua, mesmo forçada, é fundamentada no respeito e bom trato para com os moradores das favelas. Isso é marcante na fala de um adolescente entrevistado por Dowdney (2004, p.60): “os traficantes, eles respeitam o trabalhador”. Conforme o autor (p.60) “mesmo um traficante de droga mirim sabe que a comunidade tem que ser bem tratada para que a coexistência pacífica possa ser desenvolvida”. A troca de ajuda se concretiza pela proteção dos moradores para com os traficantes e, por outro lado, esses ajudam os moradores no que necessitam (alimento, remédio, segurança etc), além de gerarem empregos, mobilizarem os mercados locais e promoverem espaços de lazer e programas culturais como os bailes funk.

Os membros mais jovens das facções trabalham dentro da comunidade onde cresceram e com as quais possuem laços fortes, tanto com os moradores não envolvidos no tráfico, quanto com aqueles que já estão. Por outro lado, há um distanciamento entre o que é ser um criminoso e ser um morador¹⁵.

Nessa relação entre morador e criminoso se estabelecem as leis do tráfico. Por mais que exista o apoio por parte dos traficantes, a posição dominante por parte deles é

¹⁵No entanto, para manter o status de um morador merecedor de proteção, ele não deve se envolver no tráfico ou em crimes.

mantida e aplicada através de códigos rígidos de comportamento e de ameaças (DOWDNEY, 2004). Caso o morador descumpra as regras, os traficantes têm poder de proferirem a sentença e aplicarem-na. Dowdney (2004, p. 67) lista as leis mais contidas nas favelas cariocas, segundo entrevista com 100 moradores: *Nada de roubos na comunidade; Nada de brigas (físicas) entre moradores; Nada de estupro; Nada de assédio sexual a crianças; Não bater na mulher; Não conversar com a polícia; Não ser dono de uma arma sem os traficantes saberem.*

Se houver o descumprimento das regras são aplicadas as punições geralmente por empregados de nível inferior nas facções. Elas vão de expulsão da comunidade a raspar a cabeça de uma mulher, levar um tiro nas mãos ou nos pés, surra e morte (DOWDNEY, 2004).

Acompanhando a descrição do autor podemos constatar uma mudança substancial no impacto da venda a varejo da cocaína associada ao crime organizado. Nas décadas de 1950 a 1980, havia uma relação horizontal de apoio mútuo entre trabalhadores do narcotráfico e demais trabalhadores da comunidade, com valorização e pertencimento comunitário por parte dos integrantes do tráfico. Na década de 1980, houve uma verticalização da relação de apoio mútuo, tornando-se violenta. Contudo, há a partilha de um projeto comum que impede a eleição de um tirano. A partir do final da década de 1980, houve o desenvolvimento de uma relação vertical de apoio mútuo forçado, com um domínio da cultura mercadológica do tráfico com uma estrutura organizada e arraigada na comunidade. Nesse contexto, instalou-se um regime de medo nas comunidades, com uma valorização do poder hierárquico do traficante enquanto aquele que decide e fornece o “bem comum”.

Indo para além da análise do autor, devemos ainda contextualizar que a chegada do crack fragmenta ainda mais essa estrutura do crime organizado, possibilitando assim uma horizontalização e propagação ainda maior de acesso às drogas aliada ao alastramento da cultura violenta associada ao narcotráfico. E nesse ponto, a criança ou adolescente que é trabalhador do mercado flexível do crack, organizado através do tráfico em retalhos, acaba não tendo a compreensão sistêmica da organização de seu trabalho, nem referência em sua comunidade. A esse trabalhador se apresenta a herança de um papel social, transpassados pelo valor do mercado e pelo poder fornecido no posto de trabalho, desde criança, com referenciais extremamente violentos. Para ir mais a fundo, devemos ainda compreender as especificidades do trabalhador infantil do

narcotráfico. Com esse objetivo, apresentaremos a estrutura e hierarquia desse trabalho para as crianças e adolescentes e, posteriormente, o processo de adultização da criança com sua entrada no trabalho do tráfico.

2.5 HIERARQUIA E ESTRUTURA DE TRABALHO INFANTIL NO NARCOTRÁFICO

Embora a grande maioria das cidades brasileiras não tenha uma rede de tráfico tão organizada em relação à hierarquia e estrutura, especialmente hoje em tempos do tráfico em retalhos, a cidade do Rio de Janeiro é modelo, uma vez que é o grande pólo de distribuição para as demais cidades e é principal modelo de representação midiática na questão do tráfico de drogas.

Com base na pesquisa de Dowdney (2004) e Araújo (2012) esboçaremos o funcionamento do trabalho das crianças e adolescentes nas facções, bem como a ascensão social no interior da hierarquia, a divisão do trabalho nos escalões inferiores e a participação de crianças na segurança armada.

Como já pontuamos, a criança tem um período anterior de acompanhamento até entrar realmente nesse trabalho onde ela é uma prestadora. Após sua entrada oficial, o primeiro cargo é o de olheiro ou fogueteiro. Essa é a função de vigia, a primeira linha de segurança para a defesa do grupo, agindo como um sistema de alerta antecipado contra invasões da polícia ou uma facção inimiga (ARAÚJO, 2012). Postas em locais estratégicos, as crianças usam rádios e/ou foguetes para avisar seus superiores e depois devem correr imediatamente à boca para ajudar na defesa ou então se esconderem para não serem detidas. Os olheiros são pagos por dia ou por semana, ganhando de 20 a 50 reais por dia (DOWDNEY, 2004)

Desse grupo, quem se destaca torna-se vapor. Cada boca tem pelo menos um vapor, em outras palavras, o vendedor ou balconista para cada droga distribuída em carga pelo gerente da boca e o gerente geral estabelece o valor que deverá ser devolvido pela unidade de carga vendida. O vapor ganha por comissão de vendas e chega a ganhar por mês entre R\$1.500,00 e R\$3.000,00 (DOWDNEY, 2004).

O próximo cargo de progressão avaliado pela eficiência na venda e confiabilidade em relação a dinheiro e carga é o de gerente da boca. Essa é a função de supervisionar as vendas na boca, selecionar os olheiros e vapores, distribuir a carga para seus vapores, coletar o dinheiro da venda a cada dia e pagar ao subgerente ou gerente geral pelas vendas (DOWDNEY, 2004). Cada droga é vendida por um preço diferente e

cada uma tem um gerente (ARAÚJO, 2012).

Os soldados têm função de segurança e ordem na comunidade, proteção do dono formando seu “bonde pessoal”¹⁶, ou proteção dos empregados e das bocas contra invasões ou batidas policiais, estando assim sempre armados. Também têm funções paralelas como atividades criminosas fora da favela em roubos de carros. Os soldados são empregados pelo gerente de soldado/segurança que, por sua vez, reporta ao gerente geral. Os adolescentes, nesse cargo, só trabalham a partir dos 15 anos. Esses empregados trabalham por turnos e recebem um salário fixo mensal entre R\$1.500,00 e R\$2.500,00.

O gerente geral é a pessoa de confiança do dono e tem função de organizar, na prática, toda a administração do negócio. Ele distribui as drogas, recolhe o dinheiro arrecadado, repassa o lucro do dono e paga os soldados e demais funcionários. Esse cargo jamais foi ocupado por uma criança ou adolescentes.

O dono da comunidade está no comando das operações, além de ter contato para a compra das drogas no atacado e armas para abastecer e proteger seus pontos de venda. Ele vive escondido para fugir de rivais e policiais corruptos e raramente mora na comunidade. Esse cargo jamais foi ocupado por uma criança ou adolescentes.

Há também três outras funções de menor hierarquia, que não envolvem armamento, porém são importantes. Primeiramente, os endoladores¹⁷ ou embaladores que misturam e embalam as drogas, sendo pessoas de confiança do gerente e trabalham em locais secretos, bem vigiados. Eles recebem por carga. A segunda função são os cargueiros que transportam as cargas para cada boca. Eles ganham por viagem. Por fim, há os aviõezinhos, que são aqueles que vendem a droga fora da boca, ou seja, levam as drogas para os usuários.

O que se percebe é que esse mercado se estabelece em uma hierarquia que possibilita uma ascensão laboral e social. É imprescindível lembrar que essa organização hierárquica, fora do Rio de Janeiro e no comércio do crack, é mais flexível, porém ainda demandando todas essas ações. No tráfico em retalhos é mais complexo compreender as relações de trabalho que se estabelecem entre a criança que trabalha no

¹⁶ “Bonde” é um grupo de soldados que podem fazer patrulhamento ou proteção. Os soldados que têm função de proteção do dono são chamados de fiéis. (DOWDNEY, 2004)

¹⁷ Possivelmente esse nome está associado a moeda norte-americana, o dollar. Porém não encontramos referências para embasar essa hipótese.

narcotráfico e a rede da droga propriamente dita.

2.6 FLUXO DE ENTRADA NO TRÁFICO E A ESCOLHA DE SER ADULTO

Nas décadas de 1960 e 1970, as crianças e adolescentes eram empregadas no narcotráfico com bem menos frequência que hoje, e quando eram, faziam serviços mais simples, em troca de “presentes” e sem armas. A década de 1980 trouxe, com o aumento da rentabilidade da cocaína, a reestruturação das relações de trabalho das crianças e adolescentes que passaram a ocupar novos cargos e esse mercado passou a exigir pagamento em dinheiro (DOWDNEY, 2004). O aumento significativo do emprego de força de trabalho infantil se deu principalmente a partir de 1993, quando a disputa das facções se intensificou ocasionando mortes, demandando assim que essas crianças e adolescentes substituíssem os traficantes mais velhos em funções antes ocupadas somente por adultos. Dowdney (2004, p.124 a 127) apresenta fatores essenciais que facilitaram o aumento do envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico desde os anos 1980:

- i) Menores possibilidades de emprego e de opções para os adolescentes reduzindo suas esperanças em relação à ascensão social, status e dinheiro, recordando que nas comunidades economicamente pobres sempre foi comum a contribuição de crianças e adolescentes na renda familiar, o que na grande parte dos casos tem relação direta com a evasão escolar. Há outros fatores que auxiliam a expulsão desse público de adolescentes do mercado formal como discriminação racial, falta de capacitação profissional e base educacional formal e falta de autoconfiança fora de sua comunidade.
- ii) Propagação da “cultura do consumo”, por meio de comerciais e campanhas de marketing voltadas ao público, expandindo as aspirações por bens de consumo entre as crianças e adolescentes.
- iii) Domínio da cultura do tráfico trazido ao cotidiano. A normalização do narcotráfico está presente uma vez que diversos grupos de referência importantes dessas crianças, como a família, amigos estão nesse mercado¹⁸. Desde os anos 1980, devido à importância e valor social do Comando Vermelho, desenvolveu-se uma subcultura jovem que idolatra os traficantes, tendo-os como figuras que desafiam a polícia e se recusam sofrer na pobreza

¹⁸Uma pesquisa amostral da OIT (2002) com trabalhadores infantis do narcotráfico demonstrou que 75% de suas principais amizades são do tráfico e outros 5% não trabalham nesse mercado, mas são usuários.

compartilhada com os demais moradores.

- iv) Aumento de famílias monoparentais e a perda dos valores familiares e morais, motivo trazido pelo autor pela recorrência no discurso dos moradores. Na pesquisa de Dowdney (2004), 30% dos traficantes entrevistados tinham perdido um ou ambos os pais ainda crianças e 70% passaram a viver sozinho após entrarem no tráfico (muitos desde os 12 anos) e os outros 30% continuaram vivendo com a mãe solteira.
- v) Facções que passaram a “aceitar” a participação de crianças, uma vez que, com a entrada da cocaína em larga escala no varejo, o mercado demandou mais pontos de venda e mais trabalhadores. Com o agravamento de mortes, as crianças que antes já eram olheiras, mensageiras e aviõezinhos, passaram também a tomar funções de vapores e soldados.

Esse cenário torna o mercado de drogas uma escolha para a vida dessas crianças e adolescentes, não sendo essas coagidas ou forçadas a juntarem-se às facções, mas voluntariamente ingressam nesse trabalho, ou melhor, é a melhor alternativa entre as escassas escolhas, como facilmente identificado no relato de um adolescente de 15 anos que é vapor: “é isso que eu quero, eu não gosto não, mas é isso que eu quero, escolhi isso para mim” (DOWDNEY, 2004, p. 135).

O que o mercado formal nega a esse público, o tráfico traz para esses trabalhadores. Dentre os atrativos para a entrada nesse mercado podemos, primeiramente, pontuar o status. Tendo o tráfico importância local como descrito no item 1.4, esse mercado permite que alguns traficantes bem sucedidos sejam considerados reconhecidamente importantes e temidos. Além disso, o status decorre da estreita relação entre respeito e medo, o que para as crianças, a partir do momento em que recebem armas de fogo para defender pontos de venda, podem exibir-se na comunidade na busca por status (DOWDNEY, 2004). O status também tem relação com a possibilidade de ser sexualmente reconhecido na comunidade, sendo um atrativo para as relações sexuais.

O segundo atrativo é a compreensão e possibilidade de ascensão social através de um sistema que recompensa a lealdade e a capacidade. As regras de ascensão desse negócio são mais facilmente compreendidas que aquelas do mercado formal. Se conseguirem sobreviver, seus sonhos profissionais podem realmente se realizar, como exemplo, serem donos de uma boca.

O terceiro atrativo é o dinheiro e acesso a bens de consumo. Conforme Dowdney (2004), mesmo as crianças no escalão mais baixo, podem ganhar o dobro do salário mínimo e de maneira rápida, trazendo um benefício imediato, sendo pagas em dinheiro diariamente ou semanalmente. É claro que esse ganho de dinheiro não leva necessariamente ao acúmulo do mesmo, uma vez que a maioria das crianças e adolescentes está endividada dentro desse próprio negócio.

O quarto atrativo é a subcultura jovem do tráfico como já apresentamos anteriormente. Essa produção cultural, ao mesmo tempo, valoriza a violência e também traz a luta e enfrentamento dessas pessoas frente à sua situação social. Essa cultura está presente desde as músicas e bailes funk às gírias do “movimento”, marcando a identidade e o pertencimento territorial.

O último atrativo pontuado pelo autor é a emoção e a “adrenalina”¹⁹ que esse trabalho traz para suas vidas, principalmente devido ao uso de armas, embora isso não leve essas crianças e adolescentes a pensarem positivamente em relação à sua vida em geral.

Com base nesse cenário e atrativos, é possível compreender de forma mais complexa a adesão desse público a esse trabalho, mesmo com sua periculosidade. É importante ressaltar que a esfera da escolha pessoal, as noções de responsabilidade individual pela opção de vida estão presentes nesses trabalhadores. A estrutura organizacional do tráfico é baseada nessa noção de responsabilidade pessoal, e nas palavras de um gerente de uma boca (apud DOWDNEY, 2004, p.143), “tem cinco pessoas que trabalham para mim, mas não sou chefe de ninguém”.

Essa estrutura é propícia para aquelas crianças que buscam assumir responsabilidades frente à sua situação. O processo de entrada das crianças no mercado inicia na partilha junto aos traficantes, cotidianamente, dos espaços públicos. Assim, a entrada nesse mercado é feita em tarefas simples como levar um recado ou comprar um refrigerante, mas que já demonstram confiança e informalmente são uma seleção (DOWDNEY, 2004).

Se esse interesse permanece, essas tarefas e a confiança se complexificam indo agora para o transporte de armas para casa para guardá-las, carregar armas ou drogas na rua e carregar munição e, então, podem ser recompensadas com dinheiro. Essa etapa é

¹⁹ Gíria popular para vivência de fortes emoções para o sujeito.

também um teste, não deliberado, de confiança e capacidade. Se bem sucedida, a criança passa progressivamente a ser reconhecida na comunidade. Araújo (2012) afirma que essas crianças são reconhecidas como prestadoras, ou seja, as “estagiárias”, aquelas que realizam “bicos” ou pequenos favores. Essa etapa pode ser claramente percebida no relato de um gerente de boca de 16 anos: “Foi num dia, eu comecei a andar com os cara, comecei a carregar mochila, bolsa de bala, aí eu fiquei andando com os cara aí. Agora sou gerente de boca, aí eu porto minha pistola mermo, eu gosto mermo” (DOWDNEY, 2004, p.134).

Após essas avaliações que iniciam desde cedo, cerca de 8 anos de idade, as crianças são tidas como aptas a começar a trabalhar em tempo integral. Cabe lembrar que as crianças não são explicitamente solicitadas, coagidas ou forçadas a juntarem-se às facções, mas como aponta o trabalho de Dowdney (2004), elas precisam pedir emprego ao gerente da boca ou ao gerente geral após acompanhar os traficantes por um tempo.

Algumas razões impedem-nas de entrarem nesse emprego:

(...) uma evidente inabilidade da criança para ser um trabalhador competente; o gerente geral interessado pode não gostar de trabalhar com crianças muito jovens (isto é, de menos de 12 anos); ou os pais podem pedir ao gerente geral que não deixe seus filhos se envolverem com o tráfico – dependendo da situação, os traficantes podem concordar. (DOWDNEY, 2004, p.130)

A pesquisa de Dowdney (2004) é especialmente importante para compreendermos a noção de infância no narcotráfico. Embora, segundo a OIT (2002), a idade de ingresso nesse mercado tenha sido entre 15 e 16 anos no início dos anos 1990, e de 12 e 13 no ano de 2000, todos os traficantes adultos entrevistados por Dowdney declararam que o tráfico não era um trabalho adequado para crianças. Porém, esse contrassenso é compreendido uma vez que os entrevistados não avaliavam a infância segundo o conceito de idade, mas segundo a maturidade e o preparo necessário à atividade cotidiana do tráfico. Isso é notável na entrevista do autor (2004, p.130 e 131) com um soldado de 18 anos e com um gerente de 23 anos:

E – Você acha normal que crianças estão andando armadas? T – Ué, a gente usa prá se defender. Crianças não. Como eu disse, anda quem tá preparado. E – Mas, pessoas de 13, 14 anos é criança. T – É, mas tem uns que já é mais preparado prá manusear a arma. *Soldado, 18 anos*

T – Ah, se a criança, ou algum menor quiser vir... a gente não deixa entrar no tráfico. A gente não deixa. A gente não deixa. Por isso que ninguém pede prá entrar. E – Mas eu já conversei com vários menores que trabalham no tráfico, que foram deixado entrar. T – Menor sim... de certa idade... aqueles menor. A gente fala os...já tá mais adulto, é isso que eu quero dizer, os já mais adulto. E – O que que é uma

criança então prá você? Até que idade? T – Poxa, até 14 anos. E – Até 14 anos é uma criança. T - 14 já tá... prá cima já sabe... E – Já sabe o que? T - É, de 13, né... prá baixo ainda é criança. E – Então, de 13 prá cima, é... já era, é adulto. T – É. Quem a gente considera os mais adultos, os que já... a gente já sente mais confiança... os que já levam... a gente já sente mais firmeza na conversa, no papo. E - ... Você achava que quando você tinha 14 anos e você entrou no crime você era criança? T – Não! Eu não me achava mais criança. *Gerente de preto, 23 anos*

Outra concepção associada à adultidade é a capacidade de pensar como um criminoso, com a perda da inocência e a condição de criança. Podemos perceber esse conceito na entrevista com um gerente de boca de 16 anos:

E – O que que tu acha? Normal que crianças entrem nisso, tu acha bom? T – Eu não acho normal não... E – Quando você foi gerente tu aceitava criança no tráfico? T – Não. Não gostava não. Tinha uns que eram menor mas já era tudo velhinho já né... Já era brabo. E – Como assim velhinho? T – Assim menor de tamanho né, mas que antigamente já matava já cortava. Já tinha mente criminosa... era menor assim de tamanho, baixinho, mas com 15 anos, 14 anos mas era tudo baixinho... [mas] eles tinham maldade na mente. A mente deles já era muito maldosa já. (...) E – Você se sente novo ou você já é um adulto. Como você se sente? T - Eu me sinto como jovem, mas minha mente já é muito poluída... tem muita maldade. *Gerente de boca, 16 anos* (DOWDNEY, 2004, p.131 e 132)

Além de serem considerados adultos, há também funções do tráfico para as quais esses trabalhadores são considerados mais competentes que os “demais adultos”, além de terem um preço de força de trabalho inferior e ficam menos tempo detidos pela polícia. O relato de um gerente de soldados mostra claramente a importância da força de trabalho infantil nesse negócio:

E – Você falou que essa vida não é boa para menor entrar. Como você tem uma posição de responsabilidade agora, seria possível para você dizer que não quer mais menor trabalhando com isso, só adulto agora? T – Não seria possível porque é como eu te falei, o menor, às vezes tem mais capacidade do que um adulto, do que um coroa. A gente pensa que não... mas a aparência engana pra caralho. Eu também não vou te falar que ele tão capaz quanto o outro, o melhor, mas o cara tá ali, e desde o momento que ele está ali ele é bandido, seja menor ou maior é bandido. *Gerente de soldados, 17 anos* (DOWDNEY, 2004, p.132)

Até mesmo as crianças não se percebem como tais:

E – Você acha bom... crianças no tráfico? T – Criança não. E – E tu acha que você é criança? T – Eu sô adolescente, tenho 12 anos. E – 12 anos é criança? O que é uma criança? T – Uma criança? Ah... se você é criança, não pode entrar na vida do tráfico. E – Mas você falou pra mim que entrou com 11 anos de idade. T – É E – Então você era criança. T – Era criança, mas agora já tenho 12 anos já. Fogueteiro, 12 anos (DOWDNEY, 2004, p. 133)

Sendo assim, o que caracteriza a passagem da infância à adultidade nesse mercado não é a idade cronológica e sim a confiança, a capacidade e preparo para o trabalho, além da compreensão da responsabilidade individual, a opção de entrar no tráfico, seguir a hierarquia sob pena de punição por suas infrações e se responsabilizar pelo que venha a lhe acontecer, inclusive morrer.

3 TRABALHO E SOCIEDADE MODERNA

“Enquanto Zumbi trabalha cortando cana na zona da mata pernambucana Olorô-Quê vende carne de segunda a segunda ninguém vive aqui com a bunda preta pra cima tá me ouvindo bem?

Enquanto a gente dança no bico da garrafinha Odé trabalha de segurança pega ladrão que não respeita quem ganha o pão que o Tição amassou honestamente enquanto Obatalá faz serviço pra muita gente que não levanta saco de cimento tá me ouvindo bem?

Enquanto Olorum trabalha como cobrador de ônibus naquele transe infernal de trânsito Ossonhe sonha com um novo amor pra ganhar 1 passe ou 2 na praça turbulenta do Pelô fazer sexo oral anal seja lá com quem for tá me ouvindo bem?

Enquanto Rainha Quelé limpa fossa de banheiro Sambongo bungo na lama e isso parece que dá grana porque o povo se junta e aplaude Sambongo na merda pulando de cima da ponte tá me ouvindo bem?

Hein seu branco safado?

Ninguém aqui é escravo de ninguém”.

(“Trabalhadores do Brasil”, Marcelino Freire, 2005)

A sociedade moderna transformou toda a organização social da vida, reconfigurando o trabalho, bem como suas expressões nos espaços privados e nos espaços públicos. A mercantilização da vida se alastrou não só nas instituições, mas também no conhecimento e na forma de relação entre homem e o mundo. O que se encontra por trás desse cenário é uma crise humana sem precedentes. Mézaros (*apud* FRIGOTTO, 2005) aponta que a crise contemporânea do capital – a qual subordina o trabalho à relação capital-trabalho abstrato – tende a ser mera destruição dos direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora. Ela é, portanto, um sinal do esgotamento da capacidade civilizatória do capital. Conforme vimos no capítulo anterior, as relações no tráfico de drogas seguem essa mesma subordinação ao mercado e suas metamorfoses conforme reordenamento do capital. Porém, essa indústria escancara o esgotamento da capacidade civilizatória, trazendo em cena o espetáculo da violência e da morte.

Para compreender a complexidade do trabalho de crianças e adolescentes na economia contemporânea da droga, que centra-se unicamente do mercado, desenraiza as relações comunitárias e perpetuando o espetáculo do consumo, da violência e da morte,

é necessário escrutinar os fenômenos que estruturam as relações de trabalho no mundo contemporâneo. Para contribuir com esse escopo, neste capítulo revisitaremos conceitos fundamentais para a compreensão da estrutura do trabalho dentro da lógica mercantil de relações sociais no capitalismo tardio, acompanhando seu alastramento para todas as esferas da vida social e considerando seus impactos para a vida do ser humano.

Primeiramente, abordaremos a duplicidade do conceito de trabalho na teoria marxista, na qual o trabalho é abordado de forma genérica, como categoria ontológica, bem como é debatido em sua expressão particular contemporânea, o trabalho assalariado. Posteriormente, apresentaremos o conceito de alienação, fenômeno fundamental para a estrutura moderna dos modelos hegemônicos de sociabilidade. Traremos, em sequência, as contribuições de Hannah Arendt para as reflexões sobre as metamorfoses das relações humanas na modernidade, considerando a teorização da autora a partir das categorias *trabalho*, *labor* e *ação* e sua investigação do fim da esfera pública. Abordaremos também os princípios das organizações monocentradas no mercado por meio da política cognitiva estudada por Guerreiro Ramos. Por fim, traremos as contribuições de Guy Debord sobre o espetáculo, o que contribui para pensarmos na espetacularização da vida e a alienada relação com o mundo.

O essencial deste capítulo é compreender as formas modernas do trabalho e de seus instrumentos se colocarem na relação entre homem e mundo e, a partir disso, derivarem no próprio humano contemporâneo. Essa compreensão é fulcral para analisarmos o trabalho infantil dentro do narcotráfico, a liberdade de seus trabalhadores.

3.1 TRABALHO ONTOLÓGICO E PSIQUISMO

Para o marxismo, o trabalho é uma categoria central na compreensão do ser humano. A sociedade, através de seus membros, transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades por meio de atividades que se denominam trabalho (Cf. NETTO & BRAZ, 2009). A relação entre o ser humano e a natureza é sempre mediada pelo trabalho, sua atividade vital. Essa mediação é tida como de primeira ordem, pois é fundante para a condição humana (Cf. MESZAROS, 2006).

O trabalho é eminentemente uma atividade humana por apresentar determinadas características: é operado por ação mediada entre sujeito e objeto, através de instrumentos; exige habilidades e conhecimentos que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação e que se transmitem mediante aprendizado; suas formas

variam muitíssimo e desenvolvem novas necessidades (NETTO & BRAZ, 2009). Para compreender a mediação entre sujeito e objeto, Marx (2008a) descreve o processo de trabalho humano por meio de três componentes: 1) a atividade adequada a um fim; 2) a matéria à qual se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; e 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.

O primeiro componente é apresentado por Netto & Braz (2009) como uma das consequências da preparação de instrumentos.²⁰ A atividade adequada a um fim possui dois aspectos. Primeiramente, nessa atividade o homem emprega sua força de trabalho, pondo seu corpo numa relação com a natureza a fim de apropriar-se de seus recursos. O segundo aspecto aponta que essa atividade é teleologicamente orientada, ou seja, parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. A realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada. O trabalho implica, pois, um movimento indissociável dos planos subjetivo e objetivo; assim, a realização do trabalho constitui a objetivação do sujeito que o efetua (NETTO & BRAZ, 2009).

O trabalho humano é uma atividade originariamente social, calcada na cooperação entre indivíduos que supõe uma divisão social das funções do trabalho, mesmo que embrionária (LEONTIEV, 2004; MARX, 2008a; LURIA, 1991; NETTO & BRAZ, 2009). A divisão do trabalho humano faz com que nem todas as atividades desenvolvidas pelos indivíduos atendam em si, imediatamente, às necessidades biológicas individuais. Dessa maneira, o que possibilita a ligação entre as diversas ações isoladas na certeza de seu fim coletivo são as relações sociais presentes entre os indivíduos refletidas na consciência (LEONTIEV, 2004).

O segundo componente necessário ao processo de trabalho é a matéria na qual ele se aplica: o objeto. Todas as coisas separadas de sua conexão imediata com o ambiente natural constituem objetos de trabalho fornecidos pela natureza (MARX, 2008a). O terceiro elemento imprescindível a esse processo são os meios de trabalho.

²⁰O autor também aponta como consequência as exigências postas ao sujeito, que vão além das determinações naturais, uma vez que deve fazer escolhas entre as alternativas concretas, mediante avaliações que envolvem elementos pertinentes à obtenção dos resultados do trabalho; existência autônoma das objetivações em relação ao sujeito; e por fim o conhecimento sobre a natureza e a coordenação múltipla necessária ao sujeito.

Esses meios ou instrumentos podem ser as propriedades físicas e químicas do objeto atuando como forças sobre o próprio objeto (MARX, 2008a). O ser humano

[...] faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural, apesar da Bíblia. A terra, seu celeiro primitivo, é também seu arsenal primitivo de meios de trabalho (*Ibidem*, p. 213).

O instrumento é o portador da primeira verdadeira abstração e generalização humana consciente e racional, ou seja, da primeira forma de atividade consciente (LEONTIEV, 2004; LURIA, 1991). Para que seja possível a utilização de um instrumento sobre determinado objeto, é necessário que se abstraiam as propriedades do instrumento e daquele objeto a fim de que se possa utilizar corretamente certo instrumento para realizar determinada função. Os instrumentos tornam-se, portanto, objetos sociais que carregam em si o trabalho social, por terem certo modo de uso e por serem elaborados no decurso do trabalho coletivo. As relações de trabalho realizadas socialmente estão cristalizadas nos objetos, são conservadas pelo homem e conservam nele próprio o meio de ação que realiza. A relação do homem com o instrumento cria novas operações em cada uso, modificando a natureza, os meios e o próprio homem (LEONTIEV, 2004).

O uso de instrumentos se tornou requisito psicológico para o exercício do trabalho. Vigotski (1991), por analogia aos instrumentos técnicos, propõe a denominação de ferramentas ou instrumentos psicológicos aos signos devido ao papel que desempenham na constituição do psiquismo humano²¹. Assim, no processo de trabalho, o homem desenvolve, além dos instrumentos técnicos, signos que reequipam as funções psicológicas, tornando-as superiores, como o pensamento, a memória, a atenção, entre outras (LURIA, 1991). Nas palavras de Vigotski & Luria (1996, p.62), “ao invés de memorizar imediatamente algo de particular importância, o ser humano desenvolve um sistema de memória associativa e estrutural: desenvolvem-se a linguagem e o pensamento, surgem as ideias abstratas e criam-se inúmeras habilidades culturais e meios de adaptação [...]”.

A fala tem especial importância no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Ela, além da tarefa de transmitir e acumular informações, atua na reorganização da atividade consciente no homem. Segundo Luria (1991), a fala

²¹Conforme Shuare (1990), Vigotski faz uma analogia entre instrumento e signo, e não um paralelo ou identificação. Para Vigotski (1995, p.78), o signo é “... todo o estímulo condicionado, criado artificialmente pelo homem e que constitui um meio para dominar o comportamento – alheio ou próprio.”.

reorganiza os processos de percepção do mundo no homem. Para dar conta de nomear todas as formas e cores presentes no mundo, o homem passa a agrupar e categorizar os objetos em conjuntos, realizando generalizações. Os processos de memória são modificados pela linguagem, fazendo com que o sujeito desenvolva uma atividade mnemônica consciente. Assim, o humano consegue organizar o material a ser lembrado, atribuir um sentido a essa ação e controlar seu volume de informações. Através da fala, o homem consegue desligar-se de sua percepção imediata, o que assegura o surgimento da imaginação, processo que não existe nos animais e que dá base a outras tantas funções do psiquismo humano. Atingem-se formas complexas de pensamento abstrato para além de reações afetivas como resposta ao meio, como nos animais, e se torna possível uma vivência emocional humana (LURIA, 1991).

Shuare (1990) nos auxilia a compreender a complexidade desse processo de humanização na perspectiva de Vigotski. A autora – citando o psicólogo soviético (1990, p.65) – enuncia que “a natureza psíquica do homem representa o conjunto das relações sociais, transferidas ao interior e convertidas em funções da personalidade e formas de sua estrutura”. Dessa forma, o desenvolvimento cultural da criança aparece em dois planos: no plano social, enquanto função compartilhada entre pessoas como função interpsicológica; e no plano psicológico, enquanto função de um só indivíduo, como função intrapsicológica.

Shuare (1990) nos alerta que a passagem de um plano para outro que Vigotski nomeia como interiorização não pode ser compreendida como “simples passagem da função do exterior para o interior, e sim que implica a transformação da estrutura e da função, a constituição da própria função psíquica superior” (p.66). Nesse processo, sempre há a mediação de primeira ordem da fala. As operações semióticas sinalizam o passo a processos psíquicos de maior complexidade e demarcam a mudança da história natural da psique para o âmbito das formações históricas do comportamento. Isto significa que, antes da interiorização, é necessário analisar o processo de exteriorização da operação psíquica natural mediante o signo. No processo interpessoal (interpsíquico), o signo é um meio para dominar, dirigir e orientar o comportamento dos outros que deve ser analisado anteriormente para compreender a interiorização do signo, quando se converte em tal para o sujeito.

Imerso nas relações sociais, o sujeito desenvolve-se de forma articulada entre corpo e psiquismo constituindo novas formas de sociabilidade. Essas formas de

sociabilidade constituem o ser social, que conforme Netto & Braz (2009), apresenta sete características: realizar atividades teleologicamente orientadas; objetivar-se material e idealmente; comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; escolher entre alternativas concretas; universalizar-se; e criar novas formas de sociabilização. O chamado fenômeno social é produto de um processo histórico de larguíssimo curso, e a visibilidade do ser social como inteiramente diverso do ser natural é relativamente recente. A questão chave da sociabilização reside em seu papel central para o processo de individuação. É imerso nas relações sociais que o ser humano tem acesso a cultura que permite seu desenvolvimento como um sujeito individual, único.

Para Netto & Braz (2009), o trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou se esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as criações humanas transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho, criando esferas que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho. A categoria práxis revela o homem como produto e criação de sua autoatividade, motor do processo de humanização.

O processo de humanização, iniciado com o trabalho, não é linear e unívoco (NETTO & BRAZ, 2009). Nenhum homem, tomado singularmente, expressa o conjunto de possibilidades do ser social. Em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social é o conjunto de atributos e das possibilidades da sociedade, e esta é a totalidade das relações nas quais os homens estão em interação. Assim, em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social condensa o máximo de humanização construído pela ação e pelas interações dos homens, concretizando-se em produtos e obras, valores e normas, padrões e projetos sociais. Compreende-se, pois, que o ser social “seja patrimônio comum de toda a humanidade, de todos os homens, não residindo em nenhum deles e, simultaneamente, existindo na totalidade [de produções] de que todos podem participar” (NETTO & BRAZ, 2009, p.47).

O que reside de essencial no trabalho, enquanto categoria ontológica, é que por meio dele que ao mesmo tempo a cultura humana é criada, ele também é meio de individuação para o sujeito. Quando exercido de forma libertária, em conjunto com outras atividades da práxis humana, o ser humano alcança os mais alto graus da cultura, de sua humanidade, tornando-se um indivíduo singular.

Partindo dessa afirmação, encontramos os trabalhadores e trabalhadoras da economia do tráfico em uma situação diferente. Aqui, o trabalho não é desenvolvido de uma forma libertária, e sim subjugada a outra lógica, principalmente no cenário pós anos 1990. Assim, o sistema capitalista de produção que hegemoniza o mercado em detrimento aos seres humanos opera de forma contrária a liberdade.

3.2 CAPITALISMO E TRABALHO ASSALARIADO

O sistema capitalista de produção, com base na propriedade privada dos meios de produção e na divisão social do trabalho, adquiriu uma expressão específica do trabalho: o assalariado. A sociedade mercantilista, tendo em seu coração a mercadoria, revoluciona as relações sociais. A mercadoria, diferente do produto do trabalho, traz consigo um distanciamento entre seus valores de uso (substância do valor) e seu valor de troca (magnitude do valor) (Marx, 2008). O valor de uso diz respeito à qualidade do objeto produzido, seus múltiplos modos de uso desenvolvidos ao longo da história. O valor de uso só se realiza no consumo e constitui o conteúdo material da riqueza. Por outro lado, o valor de troca diz respeito à quantidade valorada no processo de troca de produtos de diferentes espécies. O que reside por trás dessa valoração é o trabalho social necessário²² para a produção desse bem de consumo.

O capitalismo radica ainda mais essa separação entre trabalho individual e trabalho coletivo, catalisando o processo de coisificação dos seres humanos. O sistema capitalista emerge do sistema mercantil, juntamente com condições que possibilitaram sua formação. Marx (1987) nomeia essas condições como acumulação primitiva. Diversos fatores, como o desenvolvimento de manufaturas, usurpação de terras de camponeses, aumento exponencial do entesouramento, necessidade de consumidores e retirada das garantias que as instituições feudais proviam aos servos, levaram à dissolução da vassalagem feudal.

Assim, de um lado, estavam os capitalistas, donos dos meios de produção e subsistência e, do outro, uma massa de trabalhadores autônomos lançada ao mercado, expropriada de quaisquer condições de garantir sua subsistência, excetuando-se uma.

²²Trabalho Socialmente Necessário é o tempo de trabalho social médio utilizado no processo de produção de determinado produto. Para o marxismo, a mercadoria é vendida com base no trabalho cristalizado nela. Porém, essa base de valor de trabalho é tida pela média dos diferentes produtores. Aqui as habilidades e tecnologias reduzem o tempo de trabalho e aumentam a produtividade, reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário.

Aqui reside a diferença do trabalho em sociedades capitalistas: a lógica hegemônica do mercado, que transforma os homens e as mulheres em mercadorias, em coisas passivas de serem trocadas. A única forma de garantir a sobrevivência das famílias de trabalhadores e trabalhadoras é a venda de sua força de trabalho em troca de um salário que lhes permita acesso aos bens de consumo necessários, porém jamais aos meios de produção, relação desigual e exploratória, base do trabalho assalariado (KLEIN, KLEIN, 2008).

Essa lógica de reprodução do capital, a lógica hegemônica do mercado, se espalha em todos os espaços da vida social. O mercado iguala todos como força de trabalho ofuscando a individualidade das trabalhadoras e dos trabalhadores reais. O que resta é um conjunto de mercadorias, inclusos os trabalhadores e trabalhadoras, cuja única relação social é sua destinação à troca. Essa é a lei da mercadoria: vende o que é seu para comprar. Esse mecanismo de mercado se generaliza para toda a comunidade, sejam produtores, vendedores ou consumidores.

As relações sociais reduzidas à relação de troca entre mercadorias exprimem um afastamento entre homem e mundo. Os mecanismos sociais de compartilhamento do mundo tornam-se alheios aos homens. No campo do poder político, há uma inviabilização desse espaço regulatório, pois não há relações entre seres que agem no mundo, uma vez que o homem vira um instrumento a ser trocado no mercado. E no campo do trabalho, sua dimensão compartilhada, o trabalho social, se torna alheia aos trabalhadores e trabalhadoras, que agora tornam-se autônomos. Conforme Gianoti:

O trabalhador autônomo não se vincula diretamente com o trabalho social, não opera como membro de uma comunidade, nem faz parte de sua ação particular ou complemento de outra ação, de modo que ambas pudessem constituir, no imediato, um todo coletivo. Isolado de outro, trata de agir empregando seus próprios recursos, privadamente, embora destine sua produção para a troca, faça dela uma forma de agir sobre um terceiro (GIANOTTI, 1983, p.233)

O trabalhador coisificado não se reconhece em sua comunidade e, assim, não compartilha a preocupação e responsabilidade com a continuidade da produção destinada ao consumo comunitário conforme especificidade da necessidade social. Na substituição desse senso coletivo pela lógica da valoração na troca, o valor de troca aparece como algo totalmente independente dos seus valores de uso, por trás da necessidade social. Essa substituição origina a fetichização da mercadoria, ou seja, a valoração da mercadoria parece ser inerente e intrínseca ao objeto e não fruto do trabalho coletivo.

O trabalho torna-se privado justamente porque está desvinculado de qualquer senso comum. O trabalho é radicado no espaço privado numa vivência particular individual alheia a qualquer senso coletivo e, alheio a esse senso, o trabalho assalariado acaba por demonstrar a absoluta impessoalidade das relações (GIANOTTI, 1983). Dessa forma, a sociabilidade do indivíduo passa a se centrar nas relações entre coisas, não mais a relação entre pessoas.

O tráfico de drogas demonstra a radicalidade desse afastamento. Conforme vimos anteriormente, o processo contínuo de desenraizamento comunitário substitui os cuidados comuns e a convivência por sentimentos puramente econômicos. Partindo de relações que são monocentradas no mercado, a cultura produzida nesse espaço cada vez menos se dirige para o desenvolvimento libertário. No seu lugar, cada vez mais se produz uma cultura de consumidores que desenvolve os sujeitos unilateralmente visando apenas o ter.

Nesse cenário, conforme já afirmado, o mercado flexível do crack forma-se como mais uma barreira para o desenvolvimento do sujeito. Estando isolado dentro desse mercado, o trabalhador não somente não consegue desenvolver referências com sua comunidade, como passa a ter uma compreensão limitada e não sistêmica da organização do seu trabalho. Assim, dentro da organização desse espaço e das formas de sociabilidade, o tráfico demonstra uma intensificação do fenômeno da alienação.

3.3 ALIENAÇÃO

Conforme as estruturas sociais em que se insere a atividade humana, a práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo. Essa inversão caracteriza o fenômeno histórico²³ da alienação, que é própria da sociedade onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, ou seja, com base na exploração do homem pelo próprio homem. Com seus fundamentos na organização econômico-social da sociedade, na exploração, a alienação penetra o conjunto de relações sociais. As

²³Segundo Netto e Braz, a alienação é um fenômeno histórico porque, embora se configurando como um fato de grande perdurabilidade, as condições sociais em que ela se processa não são eternas e nem naturais – são condições que podem ser superadas no curso do desenvolvimento histórico (Cf. NETTO & BRAZ, 2009, p.45)

produções humanas, alienadas, deixam de promover a humanização do homem e passam a estimular a cisão entre homem e mundo. O processo de alienação produzida por essas relações foi sistematizado por Mézàros, em quatro aspectos:

O conceito de alienação de Marx tem quatro aspectos principais, que são os seguintes: a) o homem está alienado da natureza; b) está alienado de si mesmo (de sua própria atividade); c) de seu “ser genérico” (de seu ser como membro da espécie humana); d) o homem está alienado do homem (dos outros homens) (MÉSZAROS, 2006, p. 19-20).

O primeiro aspecto da alienação exprime a relação do trabalhador com o produto de seu trabalho, que é ao mesmo tempo sua relação com o mundo sensível exterior, com os objetos da natureza (MÉSZAROS, 2006). No capitalismo, foi radicalizado o estranhamento do homem ao seu corpo inorgânico, transformado em mercadoria, em propriedade privada (MARX, 2008b). Conforme Mézàros (2006, p. 80), “o indivíduo é confrontado com meros objetos (coisas, mercadorias), uma vez que seu ‘corpo inorgânico’ – ‘natureza trabalhada’ e capacidade produtiva externalizada – foi dele alienado”. Ocorrem aqui mediações de segunda ordem: a mediação da propriedade privada entre o sujeito e seu trabalho (MÉSZAROS, 2006, p. 78).

O segundo aspecto apresentado é a expressão da relação do trabalhador com sua própria atividade. A alienação não se mostra somente no resultado da produção, no produto, mas também, e principalmente, no próprio ato de produção. O trabalhador não mais se afirma em seu trabalho, mas nega-se nele. (Marx, 2008). Segundo Mézàros (2006), Marx chama essa característica de “autoestranhamento” ou “autoalienação”, pois, se o homem está alheio a seu trabalho, e este é fundamental à sua constituição, podemos explicar “alienação” como a alienação de si mesmo, [...] “dos poderes humanos do homem por meio de sua atividade produtiva” (MÉSZAROS, 2006, p. 103). Há aqui também uma problematização apresentada pelo autor em relação ao rompimento da mediação entre ser humano, natureza e trabalho, complexificado pelas mediações de segunda ordem: propriedade privada e trabalho assalariado. As mediações que eram de segunda ordem aparecem como de primeira, absolutas, ocasionando a possibilidade de se considerar o trabalho, do ponto de vista da propriedade privada, como um mero “fato material, e não como um “agente humano” (MÉSZAROS, 2006, p.104) e criando-se a percepção do trabalho alienado/assalariado como única forma possível de trabalho, e a propriedade privada como inerente à natureza humana.

O terceiro aspecto da alienação do trabalho está relacionado com a concepção de que o objeto do trabalho é a objetivação da vida da espécie humana. O trabalho alienado

fez do ser genérico algo estranho ao trabalhador. Para Marx (2008b), a alienação se expressa concretamente na vida do trabalhador quando aparece a impossibilidade de se apropriar individualmente das construções do gênero humano. No capitalismo ocorreu a transformação das objetivações humanas em mercadorias, o que impossibilitou o trabalhador de se apropriar de todas as dimensões do gênero humano, a não ser pela mediação do dinheiro, da troca, havendo uma relação de alienação dos trabalhadores com as produções da humanidade.

O quarto elemento da alienação do trabalho, e consequência imediata do homem estar alienado do produto de seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico, “é o estranhamento do homem pelo [próprio] homem” (MARX, 2008b, p. 85). Conforme Marx (2008b, p. 86), “a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranho do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana”. Assim, a alienação do homem não está somente em relação à natureza, mas sim entre o homem e sua própria natureza (MÉSZÁROS, 2006).

A alienação, então, se figura como um fenômeno social objetivo que limita o desenvolvimento humano sustentado por meio de relações desiguais de exploração e opressão. Marx (2008b) pontua que, sob relações de dominação, através da mediação da propriedade privada, todos os sentidos humanos passam pelo processo de alienação, “o lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado [...] pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido de ter” (p.108).

Além da problemática já enfocada da alienação relacionada a compreensão sistêmica de seu trabalho, o que mais chama atenção nas relações do tráfico é a alienação relacionada a princípios éticos de sociabilidade. Conforme vimos, o tráfico de crack dissociado do senso comunitário deflagra uma não preocupação com o outro. Assim, a perda de valores familiares (compreendidos como cuidado mútuo e desenvolvimento para liberdade), a não preocupação com a exposição da venda e uso da droga, a não preocupação com o fato das crianças estarem traficando ou portando armas simbolizam uma alienação aos valores éticos comunitários, descritos pelos antigos moradores. A alienação a esse senso comum denota uma impossibilidade da ação política, princípio para a liberdade.

3.4 PARA ALÉM DO TRABALHO E DO LABOR: A AÇÃO E O ESPAÇO PÚBLICO

Partindo dos eventos históricos que transformaram a vida da humanidade no século XX, Hannah Arendt, em sua obra *A condição Humana*, realiza uma crítica reflexiva sobre “o que estamos fazendo” (ARENDR, 2004, p.13), buscando relacionar as transformações éticas, políticas e filosóficas do ser humano com as transformações da modernidade. Nessa obra, Arendt nos apresenta como manifestações mais elementares da condição humana três atividades: o labor, o trabalho e a ação. Essas três atividades são a própria organização da *Vita Activa* e se distribuem em dois espaços: o público e o privado.

O conceito de labor está a serviço da manutenção da própria vida, “corresponde” – nos diz Arendt (*Ibidem*, p.15) – “ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida.” Trata-se, portanto, do que é necessário para a perpetuação da própria vida.

O trabalho, por sua vez, não se centra na perpetuação da vida, mas se dirige à construção de algo útil e belo. Portanto, enquanto os produtos do labor são destruídos ou consumidos logo após produzidos, os produtos do trabalho visam transcender à própria existência individual de seu criador. Nas palavras de Arendt:

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por esse último. O trabalho produz um mundo artificial de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade. (*Idem*).

Tomando como referência a sociedade grega durante a Antiguidade, Arendt aponta que as atividades do trabalho e do labor eram compreendidas como parte da esfera privada, em oposição à ação, a qual pertenceria à esfera pública. Conforme a autora, o trabalho, na concepção clássica do marxismo, marco da modernidade, hegemoniza o labor e o trabalho, em detrimento da ação.

A ação humana corresponde à condição de pluralidade, “fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDR, 2004, p. 15-16). Conforme a autora:

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana de pluralidade, ao fato que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos

da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição de toda a vida política. (ARENDR, 2004, p. 15).

Essa condição traz a singularidade e é a condição de toda vida política²⁴. Aqui, viver é a experiência de estar entre os homens e morrer, por sua vez, significa deixar de estar entre eles.

Conforme Arendt, as três atividades possuem relação com as condições de natalidade e mortalidade. Primeiramente, o labor assegura não somente a sobrevivência vital do indivíduo, mas também a vida da espécie. O trabalho permite uma maior permanência e durabilidade à fugacidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. Por último, a ação que nos possibilita pensar a preservação dos corpos políticos como também garante a perpetuação da História. A ação é a atividade mais associada à natalidade, visto que sempre se encontra a experiência do “novo” como elemento indissociável a cada nascimento. Assim, cada criança que nasce traz consigo, intrinsecamente, a potencialidade de agir.

A ação possibilita o discurso, a expressão das atividades dos homens que confere sentido à existência. O espaço público é compreendido como a própria realidade circundante na qual tudo o que vem ao público pode ser visto e ouvido por todos, isto é, seria a totalidade dos fenômenos apreendidos por todos e que é reconhecida enquanto realidade. Para Hannah Arendt, somente é possível dar um significado ao mundo na medida em que os homens tomarem consciência de que este mundo no qual vivemos é resultado de artefatos humanos que trazem em seu bojo individualidades, que somadas formam um constructo coletivo.

Partindo da compreensão do espaço público como construção coletiva, onde todos são responsáveis pela sua perpetuação e duração, como espaço de debate e ação política, o conceito de “senso comum” é de suma importância. Arendt (2004) aponta esse conceito como inerente ao espírito humano que, juntamente com a sensorialidade, permite uma avaliação do que venha ser o real, a realidade do mundo. Dessa forma, ao mesmo tempo em que as vivências são totalmente individuais, o senso comum é o que permite conferir um caráter de objetividade às vivências. Assim, o espaço público, onde tudo pode ser visto e ouvido por todos, é uma construção coletiva e partilhável que possibilita construir um senso de “mundo”.

²⁴Conforme a autora, partindo da sociedade grega da Antiguidade, a esfera pública só é conquistada quando se supera a necessidade. Uma vez que todos os seres humanos são sujeitos à necessidade, têm o direito de empregar a violência contra os outros; a violência é o ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade no mundo. (ARENDR, 2007, p. 40).

Arendt aponta ainda que a ação humana possui um caráter de imprevisibilidade e, portanto, produz resultados irreversíveis na esfera pública, tornando imprescindível a faculdade do julgamento. O juízo é compreendido pela autora como a capacidade de avaliar o teor e os impactos de nossa ação em meio à pluralidade humana e a capacidade de dar-lhe certo controle por meio das leis.

Em síntese, a vida pública, ou seja, o próprio mundo, é uma construção coletiva. Essa construção é elaborada por meio do senso comum, o qual se presta para julgar, discernir e manter a ética, a moral e a lei no espaço público, possibilitando assegurar sua sobrevivência às presentes e futuras gerações. As transformações da modernidade, porém, acarretaram mudanças que abalaram o senso comum, solapando o espaço público e, ao transformá-lo em mercado, destruindo a esfera política da ação.

3.5 MODERNIDADE: DA PERDA DO SENSO COMUM À SOCIEDADE DE MASSAS

Para Hannah Arendt, na modernidade, o espaço público se transformou em um grande lar doméstico, onde o exercício da vida pública se centra no gerenciamento do trabalho e do labor (ARENDR, 2004). Ao reduzir sua ação às atividades da esfera privada – o trabalho e o labor –, o ser humano foi isolado da esfera pública. Esse processo decorre da expropriação da acumulação capitalista, mas também foi – para Arendt – catalisado pela filosofia cartesiana hegemônica na cultura ocidental.

O contexto histórico do século XVII trouxe o racionalismo que solapou a importância do senso comum na construção do conhecimento humano. Na política, o senso comum só pode trabalhar com o real, ou seja, com o mundo dos entes concretos aos sentidos, conflitando com a base do racionalismo cartesiano. A obra de Descartes busca afirmar a predominância *a priori* das ideias sobre a realidade sensível. Os sentidos são renegados, uma vez que não garantem um conhecimento seguro sobre o mundo, e, assim, o ato puro do pensamento somente é garantido pela metafísica (ARENDR, 2004).

Sendo o senso comum fundamental para o espaço público, sem ele, erige-se uma barreira para a ação humana, incapacitando os seres humanos de aplicarem princípios morais e éticos às questões práticas. Assim, a primazia do racionalismo, catalisando a acumulação capitalista, produzindo a desconfiança dos sentidos e erodindo o senso comum, acabou por destruir não apenas o sentido de “mundo” ou de “realidade” como

também destruiu a concepção de verdade inerente a esse espaço. Assim, conseqüentemente, o universo da ação entra em declínio e começa a se fragmentar.

Para Arendt, o fenômeno da alienação em relação ao mundo em sua expressão moderna reside exatamente no declínio do senso comum e na atrofia do espaço da aparência²⁵. A sociedade passou por duas inversões fundamentais para a transformação da condição humana na modernidade: as posições entre a contemplação e a ação²⁶ e as de ação e de fabricação²⁷. Essas inversões levaram à hegemonia de um tipo humano, conceituado pela autora como *homo faber*. Conforme a autora, *homo faber* é o fazedor e fabricante. São atitudes típicas desse tipo de humano:

[...] a instrumentalização do mundo, a confiança nas ferramentas e na produtividade do fazedor de objetos artificiais; a confiança no caráter global das categorias meios e fins e a convicção de que qualquer assunto pode ser resolvido e qualquer motivação humana reduzida ao princípio de utilidade; a soberania que vê todas as coisas como matéria-prima e toda a natureza como um imenso tecido do qual podemos cortar qualquer pedaço e tornar a coser como quisermos; o equacionamento da inteligência com a engenhosidade, ou seja, o desprezo por qualquer pensamento que não possa ser considerado como primeiro passo para fabricação de objetos artificiais, principalmente de instrumentos para fabricar outros instrumentos e permitir a infinita variedade de sua fabricação; e, finalmente, o modo natural de identificar fabricação com ação (ARENDDT, 2004, p.318-319)

O *homo faber*, em seu isolamento, a salvo de ser perturbado ou visto, ouvido ou confirmado pelos outros, convive não só com os produtos que faz, mas também com um mundo de coisas. O contato entre pessoas, no mercado de trocas, limita-se ao contato entre fabricantes de produtos, não havendo espaço para exibirem suas individualidades.

Porém, essa estima moderna pelo *homo faber* perdeu espaço, levando a atividade do labor à mais alta posição hierárquica da *vida activa*. Com a generalização da ideia de processo em todos os âmbitos da vida, o princípio de utilidade fundamental para *homo faber* é colocado em cheque, pois a matéria e o mundo dos objetos é posto como transitório, passível de dúvida. Quando as coisas mundanas já não são consideradas em sua utilidade, mas como resultado de processos, ocorre a radical perda de valores, e a relação entre homem e mundo se torna ainda menos segura. O que se torna, na sociedade moderna, como critério final de avaliação não é mais a utilidade ou o uso,

²⁵Espaço da aparência é para Arendt (2004) a esfera pública, o espaço mundano do qual os homens necessitam para serem únicos e distintos, confirmado no discurso e ação como formas de convivência, onde estabelecem a realidade do próprio eu, da própria identidade, ou a realidade do mundo circundante.

²⁶Primeiro com a destituição de contemplar a verdade, concepção da Antiguidade para o observar como forma de teorizar sobre verdade. Posteriormente, inversão desse critério de teorizar para a verdade encontrada na reprodutibilidade da prática.

²⁷A ação passou a ser concebida em termos de fazer e fabricar, sendo o fazer reduzido a outra forma de labor, como função do processo vital.

mas a quantidade de dor ou prazer experimentado na produção ou consumo de coisas, o critério, conforme Arendt (2004, p.322), de felicidade.

A vitória do *animal laborans*, ser que se limita a suprir as necessidades vitais – ou seja, elevação máxima do labor e da vida –, conforme Arendt (2004), foi motivada pela mesma inversão entre homem e mundo ocorrida na transição da Antiguidade para a Era Cristã, a promoção daquilo que era mais mortal, a vida humana individual, à posição de imortalidade, na Antiguidade ocupada pelo cosmos.

Segundo a pensadora, a moderna perda da fé devido à dúvida cartesiana despojou a vida individual da certeza de sua imortalidade. A vida individual tornou-se mortal e o mundo passou a ser menos estável e permanente – portanto, menos confiável. A perda da certeza de um mundo futuro levou o homem moderno para dentro de si e não ao encontro do mundo que o rodeava, tornando-o alheio à pluralidade. Porém, diferente da mortalidade humana da antiguidade, o mundo manteve-se mortal, e o homem não estava sequer seguro de que fosse real. Nas palavras de Arendt:

O homem moderno não ganhou este mundo ao perder o outro, e tampouco ganhou a vida; foi atirado de volta a ela, lançado à interioridade fechada da introspecção, na qual suas mais elevadas experiências eram os processos vazios do cálculo da mente, do jogo da mente consigo mesmo”. (*Ibidem*, p. 334).

O que resta a esse homem são seus apetites e desejos e seus impulsos insensatos. Entretanto, mesmo essas motivações da ação pelo desejo próprio lhes são retiradas em nome do “homem socializado”, e a única força que lhes resta é a do processo vital, ao qual todos os homens e todas as atividades humanas estavam igualmente sujeitos e cujo único objetivo é a sobrevivência da espécie humana.

Para Arendt, nessa transição para a modernidade, nenhuma das capacidades superiores do homem se tornou necessária para relacionar a vida individual à vida da espécie. A vida individual tornou-se parte do processo vital, e a única atividade necessária ao homem tornou-se o labor, ou seja, garantir a continuidade da vida de cada um e de sua família. Nesse estágio contemporâneo, esvaziou-se o sentido de contemplação, perdeu-se a experiência, o pensamento foi reduzido a prever consequências, a ação foi reduzida ao labor e transformada em instrumento de fazer e fabricar. Essa “sociedade de detentores de emprego” (*ibidem*, p. 335) requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual tivesse se afogado no processo vital da espécie, e a única decisão que cabe ao indivíduo é abandonar sua individualidade e deixar-se levar por um tipo de conduta tranquila e

entorpecida, terminando em um estado de passividade total.

A Era Moderna continuou a operar tomando como premissa que a vida, e não o mundo, é o bem supremo do humano. Porém nessa vida, reduzida à reprodução vital, o humano somente labora e consome²⁸, sendo destituído de sua individualidade. Essa é a estrutura de nossa sociedade contemporânea, uma sociedade de massas e consumista.

3.6 A PSICOLOGIA DE UMA SOCIEDADE CENTRADA NO MERCADO

Alberto Guerreiro Ramos nos traz em sua obra *A nova ciência das Organizações: Uma reconceitualização da riqueza das nações* uma reflexão sobre os impactos para a formação psicológica dos sujeitos de uma sociedade unicamente centrada no mercado. A emergência do sistema capitalista de produção marca, por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas e mudança das relações de produção, demarcando o aumento da taxa de produtividade e a possibilidade de diminuir o tempo social de produção e a possibilidade de tempo livre para o desenvolvimento humano. Porém, face à fome incessante da lógica de reprodução de mais-valia, o sistema capitalista demanda a despersonalização do trabalhador.

Essa deformação humana, marcada pela despersonalização, tem sido o preço psicológico pago por essa transição para um sistema meramente centrado no mercado. Para investigar esse processo, Ramos (1989) nos apresenta o conceito de *política cognitiva*. Com esse conceito, Ramos busca oferecer uma definição preliminar para o uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos dessa distorção. Esse conceito viabiliza uma análise que considera a influência da política cognitiva no contexto mais amplo da tessitura social, considerando indissociável o estudo da política e da cognição.

Com o fim das sociedades tradicionais, ocorre, no processo de domínio das sociedades centradas no mercado, uma hegemonização do comportamento humano em escala mundial, ofuscando ou mesmo destituindo laços comunitários e traços culturais. A política cognitiva perpassa todas as estruturas organizacionais formais, passando a organizar toda a existência humana, fazendo com que os padrões do mercado se tornem equivalentes a padrões gerais de pensamento e linguagem. Ramos destaca a mídia como um dos instrumentos contemporâneos fundamentais para a difusão dessa política

²⁸O labor e consumo são dois estágios de um mesmo processo, imposto ao homem pelas necessidades da vida. (ARENDDT, 2004)

cognitiva que busca a venda de mercadoria por meio de uma batalha política velada que transforma as pessoas em consumidores, produzindo novos desejos.

O autor nos traz duas definições essenciais para compreender a política cognitiva das organizações formais: a definição do homem como detentor de um emprego e a identificação da natureza humana com a síndrome do comportamentalismo.

3.6.1 Indivíduo e Emprego

A relação que se estabelece entre o indivíduo e seu trabalho na sociedade do mercado, em sua modalidade de emprego, é inerentemente patológica e uma barreira para a atualização humana. O que se espera dos indivíduos detentores de empregos é uma eficiente submissão a determinações hierárquicas que o despersonalizam. O emprego é atravessado por atribuições e cargos estruturados dos ambientes formais de trabalho, e o papel do profissional é introjetado acriticamente pelos trabalhadores que se conformam em comportamentos estereotipados que não se vinculam às exigências e motivações individuais (MERTON apud RAMOS, 1989. p.98). As ações que o indivíduo executa em seu trabalho são, para ele, de segunda importância e não impactam sua atualização pessoal. Conforme Ramos, a psicologia motivacional – tecnologia utilizada nas organizações – avalia a normalidade e a qualidade do indivíduo de acordo com a função que ele exerce em seu emprego. Essa psicologia que generaliza um momento histórico para toda a complexidade da psique humana reafirma que, na sociedade do mercado, não ser detentor de um emprego equivale a não existir. Conforme a própria economia clássica, no capitalismo, o indivíduo trabalhador só pode garantir a si mesmo por meio de bens e serviços de que necessita através do exercício do emprego. Na sociedade na qual ser indivíduo equivale a ser um comerciante – ou seja, esse indivíduo precisa necessariamente participar de trocas –, os trabalhadores são coagidos a trocar sua força de trabalho pelo salário. O autor também nos lembra que é estrutural a incapacidade dessa sociedade de ofertar empregos para todos que desejam trabalhar. Portanto, em uma sociedade com desemprego estrutural, uma grande massa de indivíduos tem sua existência impossibilitada.

Para além dessa problemática, o verdadeiro âmago da questão está na impossibilidade de o emprego ser um meio de engajar os indivíduos em atividades de produção socialmente significativas, ou em outras palavras, nessa sociedade não se leva em conta a necessidade (e desejo) de significação e de personalização. O indivíduo é reduzido a um requisito funcional despersonalizado que dispõe de força de trabalho.

Nesse sistema hegemônico do mercado, são mínimas as brechas para a atualização das potencialidades pessoais e, sendo assim, os indivíduos têm grandes limitações para conferir significações para suas vidas.

3.6.2 Síndrome Comportamentalista

A síndrome comportamentalista, segundo Ramos (1989), é resultado de um condicionamento social que afeta a vida das pessoas fazendo com que elas confundam as regras e normas de conduta peculiares a um sistema social episódico com as regras e normas de sua vida como um todo. Trata-se, portanto, de parte da política cognitiva que se tornou uma característica básica das sociedades industriais contemporâneas.

Para o autor, há uma divisão qualitativa entre comportamento e a ação. O primeiro é desprovido de conteúdo ético. A segunda envolve uma escolha do agente, pois requer uma consciência das finalidades da ação, que se torna um ato. Nesse sentido, a política cognitiva desse sistema é meramente comportamentalista, pois ao ser desprovido de conteúdo ético, ofusca o senso pessoal. O apagamento desse senso pessoal – ou do que Guerreiro Ramos chama de auto-orientação – marca em essência o conceito de síndrome comportamentalista, típica das sociedades monocentradas no mercado. Nessas sociedades, apenas o mercado regula a política, substituindo o senso coletivo do ser humano.

No convívio nessa sociedade, a maioria de seus membros interioriza a síndrome comportamentalista em seus padrões cognitivos. Conforme Ramos, essa interiorização ocorre sem a consciência do indivíduo e passa a ser uma segunda natureza. Para analisar essa síndrome, o autor a decompõe em quatro traços principais: a fluidez da individualidade; perspectivismo; o formalismo; o operacionalismo.

3.6.2.1 A fluidez da individualidade

Peculiar à sociedade moderna, a fluidez da individualidade constitui uma das principais facetas da síndrome do comportamentalismo. As sociedades capitalistas dissipam as verdades sobre a existência comunal, compartilhada em sociedades anteriores, substituindo-as por uma pacificação negociada entre indivíduos para acomodar seus interesses individuais, ou seja, se ancora em contratos sociais (RAMOS, 1989). Os indivíduos da sociedade moderna não se reconhecem em um cosmos maior, dentro de uma totalidade mais complexa, mas apenas dentro de um contrato entre

indivíduos que executam uma conduta de acordo com critérios utilitários e de acordo com regras objetivas de conveniência.

Assim, órfão de um senso coletivo, essa forma de sociabilidade relega o coletivo a um vácuo meta-histórico, onde o indivíduo não dispõe de piso firme necessário para que sua identidade se desenvolva. Assim, “esses indivíduos são compelidos a enfrentar processos e mudanças derivativos de um movimento autoinduzido e indefinido do agregado social” (RAMOS, 1989, p.55).

A sociedade moderna generaliza o conceito de mudança gerando um sentimento de permanente transitoriedade de todas as coisas. Para Ramos (1989), esse sentimento deriva de uma interiorização acrítica pelo indivíduo e de uma autorrepresentação da sociedade moderna definida pelo autor como “um precário contrato entre indivíduos que maximizam a utilidade, na busca da felicidade pessoal, entendida como uma busca de satisfação de uma interminável sucessão de desejos” (p.56).

Em consequência de seu caráter competitivo, o mundo social se torna estranho ao indivíduo. As buscas individuais de superação dessa alienação particular são levadas por dois caminhos: na autoanulação através da conformidade a papéis sociais que detém privilégios na sociedade; ou “recolhendo-se dentro de si mesmo, afirmando uma identidade demasiadamente consciente de si mesma” (RAMOS, 1989, p.56). Nessas formas, seja na autoanulação ou no cultivo narcisista da individualidade, o que se demarca é a impossibilidade de acesso a significações acerca de um centro ordenador da sua vida na esfera social²⁹.

3.6.2.2 Perspectivismo

A perspectiva sempre fez parte da conduta humana, em qualquer sociedade, porém na sociedade moderna, o indivíduo adquire consciência desse fato. Dentro de uma lógica fluida da sociedade reduzida a regras contratadas, o indivíduo passa a comportar-se de acordo com conveniências exteriores, ou seja, o comportamento é formado por estímulos utilitários ao indivíduo. Os padrões normativos da conduta humana, na sociedade centrada no mercado, são hegemonicamente aqueles voltados à perseguição de interesses pessoais. Assim, o perspectivismo atua como forma de justificar a conduta

²⁹Ramos (1989, p.56) elabora uma crítica à psicologia, reconhecendo-a como instrumento de remendagem psicológica, encorajando o indivíduo que se isolou da realidade a lançar-se à procura da própria individualidade, porém com impossibilidade de sucesso em um mundo ordenado com regras contratuais de agregação social de interesses individuais competitivos.

motivada por interesse individual dentro de uma sociedade contratual competitiva, abandonando, desse modo, qualquer forma de ação motivada por interesse coletivo (RAMOS, 1989).

3.6.2.3 Formalismo

No capitalismo, o formalismo é uma categoria explicativa da conduta humana que passou a ser externamente orientada, tornando-se um traço normal da vida cotidiana. O sujeito não é uma individualidade consistente, mas uma criatura fluida preparada para desempenhar papéis convenientes. O senso coletivo que possibilita o desenvolvimento de ações éticas é substituído por um relativismo moral, e o indivíduo se entrega a tipos formalistas de comportamento sujeitando-se a imperativos externos, por meio de recompensas no reconhecimento, na arena pública, de seu comportamento como adequado, correto ou justo.

Nessa sociedade, o ser humano não age, mas comporta-se. Ou seja, está inclinado a conformar-se com as regras eventuais da aprovação social. Conforme Ramos (1989, p.61), “a correção da conduta humana está na mera forma, não em seu conteúdo”. Aqui a política está divorciada dos interesses e valores de troca.

3.6.2.4 Operacionalismo

A síndrome comportamentalista se arraiga também na forma de construção do conhecimento, através da ciência do comportamento que reivindica a objetividade e ser “livre de valores”, essencialmente preocupada com a forma e não com o conteúdo da conduta. Essa lógica se espalha na vida cotidiana em uma compreensão formal e operacional do saber. Conforme Ramos (1989), a ideia central do operacionalismo positivista³⁰ se funda na definição do conceito como um conjunto de operações que pode ser fisicamente medido ou avaliado e somente assim merece ser considerado no conhecimento.

É importante enfatizar duas características principais do operacionalismo: a orientação controladora do mundo que leva a uma concepção utilitarista e funcionalista do mundo; a recusa em reconhecer nas causas finais qualquer papel na explicação do mundo físico e social. Nessa concepção, o mundo inteiro é um encadeamento mecânico de antecedentes e consequentes, o que anula o papel e ação políticos dos sujeitos.

³⁰O autor (1989) destaca como importante qualificar o operacionalismo como positivista, evitando equívocos na interpretação de que critérios de rigoroso raciocínio são irrelevantes em todos os campos de estudo.

Dessa forma a psicologia da sociedade do mercado caminha na formação de autômatos adaptados a esse mundo. Essa ciência retrata e promove a lógica econômica que prioriza o capital em detrimento ao desenvolvimento libertário. Conforme já apontamos, no tráfico do crack há a alienação a esse senso comum, aos valores éticos trazido pelas gerações anteriores. Imperando essa despersonalização e a impossibilidade de ação política, as relações se sustentam com a violência e a tirânia. O tráfico assim deflagra o espetáculo do esgotamento civilizatório do capital produzindo duas formas de cultura que apenas propagam o mercado, em detrimento ao cuidado comunitário: a cultura do consumo e a cultura³¹ do tráfico que apenas se sustenta na violência.

3.7 A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

Em sua obra *A sociedade do espetáculo*, Guy Debord (2003) afirma que a sociedade da indústria moderna é fundamentalmente espetacular. O espetáculo, para o autor, é uma representação que esvai tudo que era diretamente vivido. Não se trata, portanto, somente de “um conjunto de imagens,” – nos diz Debord (*Ibidem*, p. 09) – “mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens [...] é uma visão cristalizada do mundo”.

O espetáculo tem sua origem na perda da unidade do mundo, por meio da abstração, fazendo da separação a linguagem comum. No espetáculo, o *modo de ser concreto* é justamente a abstração. Porém, essa abstração, mesmo sendo uma representação do mundo, aparenta ao homem ser superior ao mundo. Na sociedade capitalista, o homem é alienado daquilo que produz, ele é separado do mundo que produz. Com a separação generalizada do trabalhador daquilo que ele produz, perde-se todo o ponto de vista unitário sobre a atividade realizada, além da comunicação direta entre os produtores. A vida progressivamente se transforma em mercadoria, tudo que é vivido vira mercadoria e a separação entre homem e mundo aumenta cada vez mais. Conforme Debord, é pelo princípio do fetichismo da mercadoria que a sociedade passa a ser dominada por coisas suprassensíveis, a partir das quais o espetáculo se realiza. Nas palavras do pensador: “O mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existem acima dele, ao mesmo tempo em que se faz reconhecer como o sensível por excelência”. (DEBORD, 2003, p.21)

³¹ É importante pontuar que a cultura produzida nas periferias – tal como o rap, o hip hop, o funk, grafite etc – traz importantes elaborações das situações de pobreza e violência na qual essas pessoas vivem, construindo poéticas de Resistência e enfrentamento.

Esse conjunto de imagens é o mapa do mundo moderno, mapa que recobre o seu território. Nele, o homem perde suas raízes na vida concreta, na comunidade. No desenraizamento de sua relação com o mundo, o humano vira um autômato que se guia por necessidades exteriores, programadas, seguindo exigências do que é estabelecido pelo valor da economia social. O mercado dita as mercadorias necessárias. A mercadoria valorada pelo mercado torna-se objeto de contemplação, imagem de idolatria, e quanto mais o homem contempla esse objeto, menos vive; e quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua existência e seus desejos. De acordo com Debord, “a exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que os apresenta. Eis porque o espectador não se sente em casa em parte alguma, porque o espetáculo está em toda parte” (2003, p.19).

Debord apresenta esse processo de dominação da economia sobre a vida social em dois processos de degradação. Primeiramente, se deu a inversão do *ser* em *ter*, fase que busca a eterna acumulação. Na generalização dessa acumulação, o *ter* tornou-se *aparecer*, pois o *ter* perdeu inclusive seu valor de uso. Com a perda do prestígio e função última do *ter*, toda a realidade individual se torna social e “somente naquilo que ela [a realidade individual] não é, lhe é permitido aparecer”. (*Ibidem*, p.20)

Na hegemonia do *aparecer*, o mundo real se converte em simples imagens que se tornam seres reais e motivações eficientes comuns em comportamentos hipnóticos. O *aparecer* tem direta relação com o *ver*. O espetáculo é herdeiro do projeto filosófico ocidental moderno, que parte da compreensão dominada pelas categorias do *ver* e, assim, provoca um incessante alargamento da racionalidade técnica para desenvolver o *ver*. Dessa forma, dentro dessa exposição geral da racionalidade do sistema com hegemonia do setor econômico modelando diretamente uma multidão crescente de imagens-objetos, o espetáculo torna-se a principal produção da sociedade atual. Essa produção, segundo Debord, dirige para o *fazer ver*, conforme o autor:

O espetáculo, como tendência para *fazer ver* por diferentes mediações especializadas o mundo que já não é diretamente apreensível, encontra normalmente na visão o sentido humano privilegiado que noutras épocas foi o tato; a visão, o sentido mais abstrato, e o mais mistificável, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. Mas o espetáculo não é identificável ao simples olhar, mesmo combinado com o ouvido. Ele é o que escapa à atividade dos homens, à reconsideração e à correção da sua obra. É o contrário do diálogo. Em toda parte onde há *representação* independente, o espetáculo reconstitui-se. (*Ibidem*, p. 13)

Assim, para Debord, o “espetáculo é o capital a um tal grau de acumulação que

se torna imagem”. (*Ibidem*, p. 20). Nesse espetáculo da imagem da economia reinante, tudo se centra no desenvolvimento, não se quer chegar a outra coisa além de si mesmo. Assim, quando as imagens se interpõem entre as pessoas, em uma visão de mundo objetivada, onde o mundo é o mundo dos objetos/das mercadorias, consagra-se o espetáculo do “movimento autônomo do não-vivo” (*Ibidem*, p.13). Essa submissão dos homens vivos ao espetáculo reflete a submissão à economia, como forma da economia desenvolvendo-se para si própria. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema, o consumo.

Ao mesmo tempo, Debord nos adverte que não podemos contrapor abstratamente o espetáculo à atividade social efetiva. Ele, que inverte o real, é produzido de forma que “a realidade vivida acaba materialmente invadida pela contemplação do espetáculo, refazendo em si mesma a ordem espetacular pela adesão positiva” (*Ibidem*, p. 10). A realidade objetiva está nos dois lados: a realidade surge no espetáculo e o espetáculo no real. Esta alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente.

O espetáculo, compreendido por Debord em sua totalidade, é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Portanto, ele é simultaneamente parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação. Conforme o autor, essa “irrealidade da sociedade real” (*Ibidem*, p. 09) se apresenta pelo espetáculo nessa tripla faceta: “enquanto parte da sociedade concentra todo o olhar e toda a consciência; por ser algo separado, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza não é outra coisa senão a linguagem oficial da separação generalizada” (*Idem*). O espetáculo constitui, portanto, o modelo presente da vida socialmente dominante. Dessa forma, o espetáculo, assim como a sociedade moderna, está unido e dividido, tem sua unidade sobre o dilaceramento. A sociedade tornou-se a totalidade espetacular, e qualquer ruptura nessa relação nos desampara e nos mutila.

As relações no tráfico seguem esse mesmo *script*: o espetáculo do consumo e da violência são a base da sociabilidade dos jovens trabalhadores, configurando seu reconhecimento enquanto indivíduos, e, ao mesmo tempo, é esse mesmo espetáculo que os despersonaliza. O consumo e o poder aprisionam esses meninos e meninas como forma de controle de seus corpos, de seus desejos e de seu desenvolvimento. Dentro dessas relações não há nem liberdade, nem proteção.

4 EDUCAÇÃO, NATALIDADE E O VATICÍNIO DA MORTE

“Quem sair vivo do confronto, já pra cama.
Fico aguardando o presente. De repente, Papai Noel
chegar enquanto eu estiver dormindo.
E sonhando.
Mamãe, este ano eu fui um bom menino, mas ano
que vem eu quero ficar rico. E ter um carro-forte,
um carro do ano.
Juro que não estou brincando.
Minha vida de bandido só está começando.
Isso se Papai Noel não chegar atirando.”

(Trecho do conto “Maracabul”,
Marcelino Freire, 2008)

Em trinta anos, entre os anos 1981 e 2010, foram assassinadas no Brasil 176.044 crianças e adolescentes (Cf. WAISELFISZ, 2012). A taxa de homicídios de crianças e adolescentes, já elevada em 2000, cresceu ainda mais na última década. Em 2000, foram assassinadas 8.132 crianças e adolescentes - uma taxa de 11,9 homicídios a cada 100 mil crianças e adolescentes no país – passando, em 2010, a 8.686 assassinatos – uma taxa de 13,8. Portanto, em 2010 tivemos uma média de 24 crianças e adolescentes assassinados por dia no Brasil. De acordo com o último comparativo internacional com base nos dados estatísticos da Organização Mundial da Saúde (*Ibidem*, pp. 58-61), em 2009, a taxa de homicídios para cada 100 mil crianças e adolescentes no Brasil coloca o país na 4ª posição internacional dos países com maior taxa de assassinatos de pessoas na faixa etária de 0 a 19 anos. Nossa posição é somente superada por El Salvador, Venezuela e Trinidad e Tobago. Somente na faixa de 0 a 04 anos, o Brasil ocupa a 23ª posição, passando 13ª na faixa de 5 a 9 anos. Subimos para a 4ª posição, nas faixas de 10 a 14 anos (taxa de 3,4) e de 15 aos 19 (taxa de 44,2). Conforme aponta Waiselfisz:

O Brasil está conseguindo atingir as Metas do Milênio pela rápida redução nas últimas décadas de suas taxas de mortalidade infantil (crianças menores de um ano) e na infância (crianças menores de cinco anos) pelas diversas ações no campo da saúde, da sanidade pública e de acesso a outros benefícios sociais. Mas o mesmo não acontece na área dos homicídios, que marcadamente avança na contramão dessas tendências. (*Ibidem*, p. 48)

A alta taxa de homicídios no Brasil, intimamente relacionada à economia do narcotráfico, possui grande impacto na significação que crianças e adolescentes trabalhadoras desse mercado fazem de sua própria vida. É reveladora a frase de uma criança no documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*, lançado em 2006 pelo MV Bill e Celso Athayde, com base em 217 horas de filmagem de crianças e adolescentes que trabalham no tráfico no Brasil ao longo de seis anos. A criança diz: “Se morrer, nasce outro que nem eu, pior ou melhor. Se morrer, vou descansar” (BILL & ATHAYDE,

2006). Ao significar a vida pelo vaticínio da morte, a criança apresenta sua vida como substituível e, portanto, dispensável.

“A essência da educação é a natalidade”, diz-nos Hannah Arendt (2003, p. 223). A educação assume o papel de acolher as crianças que nascem no mundo com uma dupla tarefa: introduzir a criança em uma tradição que a antecede e permitir que ela traga o que há de novo, inscrevendo no mundo a sua singularidade. Está na natalidade, o nascimento do novo, a origem da liberdade. A liberdade está em começar coisas novas e em cada ser humano ser concebido como um começo:

[...] o homem é livre porque ele é um começo e, assim, foi criado depois que o universo passara a existir [...]. No nascimento de cada homem esse começo inicial é reafirmado, pois em cada caso vem ao mundo já existente alguma coisa nova que continuará a existir depois da morte de cada indivíduo. (*Ibidem*, p. 216)

Se o potencial da liberdade decorre da natalidade e cabe à educação acolher o singular começo que é cada vida, como a educação pode se estabelecer em um mundo no qual a vida passa a ser definida a partir do vaticínio da morte: sua dispensabilidade e matabilidade? Substituível, a vida não é acolhida como começo. Não há liberdade, viver é permanente cansaço: “se eu morrer, vou descansar”.

“Por constituírem um *initium*,” – explica-nos Arendt (2005, p. 190) – “por serem recém-chegados e iniciadores em virtude do fato de terem nascido, os homens tomam iniciativas, são impelidos a agir”. Como vimos, a ação é por excelência o que garante a existência política para o ser humano. Trata-se da esfera da convivência com a pluralidade de outros seres humanos. Diferente do trabalho e do labor, a ação não se trata de um meio para um fim, mas é o exercício da liberdade dentro do intraespaço que se dá entre as pessoas, no espaço da pluralidade. Por isso, para Arendt (2006, p. 38), o “sentido da política é a liberdade.”.

Para Hannah Arendt, o totalitarismo – um fenômeno essencialmente do século XX, mas que começa a ser gestado na Revolução Industrial – se constitui justamente com o fim do espaço da ação, com a destruição do espaço público, o que torna o ser humano desenraizado de uma coletividade e da pluralidade, alienado de sua capacidade de começar e, portanto, de exercer sua liberdade. Por esse motivo, para Arendt, é uma contradição falar em política totalitária, haja vista que o totalitarismo é fundamentalmente a ausência de política. Segundo Arendt, a acumulação capitalista transformou a esfera que era a mais privada das atividades humanas, o labor, em esfera central da vida pública. Transformando o labor em atividade fértil, a partir dos

processos crescentes de expropriação e acumulação de riqueza, o ser humano não mais se inscrevia na esfera pública como ser político, mas sim como *animal laborans*, fazendo com que fosse a sua vida biológica que estivesse no centro da vida política.

Escrevendo 20 anos antes de Michel Foucault publicar *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber* (1988), Hannah Arendt apresenta uma análise bastante próxima à que Foucault realiza ao gestar o conceito de “biopolítica”. Para Foucault, na modernidade a política se tornou biopolítica justamente pela inscrição central que a vida biológica – que antes era privada ou pré-política – passa a ter como objeto de ordenamento público: “O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivente e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política está em questão a sua vida de ser vivente.” (*Ibidem*, p. 134). É apenas como vida des-singular, vivente, que o sujeito passa a ser inscrito na esfera pública, sem representar nenhum começo. Como nos diz a criança trabalhadora do tráfico: “Se morrer, nasce outro que nem eu”.

Giorgio Agamben (2004), ao apresentar o conceito de *homo sacer* como categoria interpretativa central para a modernidade no entendimento do tema das vidas matáveis, parte do legado de Arendt e Foucault. Para Agamben, não se trata somente do ingresso da *zoé* na vida pública, mas como esse ingresso instaura uma indistinção de vida e política, entre a vida nua (a vida de ser apenas vivente) e existência política.

No sentido de que aquilo que caracteriza a política moderna não é tanto a inclusão da *zoé* na polis... O decisivo é, sobretudo, o fato de que, lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, o espaço da vida nua, situado originalmente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, *bíos* e *zoe*, direito e fato, entram em uma zona de irreduzível indistinção. (*Ibidem*, p. 16).

Interessado nessa zona de irreduzível indistinção, Agamben encontra na obscura figura do direito romano uma imagem reveladora. *Homo sacer* era a pessoa que, pela força da lei romana, era considerada sacra em um sentido punitivo, fazendo com que sua vida se tornasse nua, sem valor político. Com isso, essa vida se tornava, ao mesmo tempo, insuscetível bem como poderia ser tirada por qualquer um sem que isso figurasse um homicídio: tornava-se uma vida matável. O fundamento do poder soberano estaria em, mais do que matar, tornar a vida exposta à morte. A figura excepcional do direito romano é, para Agamben, generalizada na modernidade em permanente estado de exceção que torna as vidas matáveis e a controle da exposição à morte administrável

na vida política. Como nos diz Walter Benjamin (2012, p. 245): “A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é a regra.”

A criança trabalhadora do tráfico sabe-se *homo sacer*. Tem consciência da matabilidade de sua vida. Se cabe à educação acolher cada vida como potência de liberdade, qual o papel da educação nessa era de totalitarismo, quando a exceção torna-se regra para crianças e adolescentes trabalhadores do tráfico? Diante dessa pergunta, este capítulo apresenta três reflexões que devem ser consideradas dentre os múltiplos espaços educacionais como o escolar, o familiar e o comunitário. A primeira, sobre a crise da educação, considerando a crítica de Hannah Arendt ao sistema escolar norte-americano das décadas de 1960-1970. A segunda, seguindo Vigotski, sobre a vinculação orgânica entre educação e trabalho, promovendo o processo educacional via convivencialidade, conceito proposto por Ivan Illich. E, por fim, apresentar uma proposta educacional que tem como princípio a convivencialidade como forma de garantir cuidado e liberdade: o sentido de Educação assumido na política de Assistência Social. A partir dessa noção da convivência familiar e comunitária como direito, podemos retomar um sentido de educação interessado em acolher a vida como começo e preocupada com sua participação em um espaço de pluralidade, considerando o exercício da sua liberdade.

4.1 A CRISE NA EDUCAÇÃO MODERNA EM HANNAH ARENDT

Em seu ensaio “A Crise da Educação”, Hannah Arendt (2003) busca estabelecer uma relação entre a crise do mundo moderno e a crise na educação de forma geral. Para esse escopo, a autora investiga a crise do sistema escolar norte-americano das décadas de 1960-1970 – considerado um sistema progressista e de massas. Destaca, em sua análise, três bases nas quais se fundamenta essa crise: a concepção de criança, o processo de ensino e a concepção pedagógica hegemônica.

Sobre o primeiro ponto, Arendt destaca que a modernidade levantou uma barreira entre crianças e adultos, a partir da instauração de um “mundo de crianças”. Os adultos não se relacionam com crianças como indivíduos, mas passam a concebê-las como pertencentes a um grupo distinto. A esse mundo de crianças é atribuída certa autonomia e autogoverno, fazendo com que as crianças fiquem entregues às tiranias desse grupo. Assim, banidas do mundo dos adultos, as crianças

[...] são jogadas a si mesmas, ou entregues à tirania de seu grupo, contra o qual, por sua superioridade numérica, elas não podem se rebelar, contra o qual, não podem

escapar para nenhum outro mundo por lhes ter sido barrado o mundo dos adultos. A reação das crianças a essa pressão tende a ser o conformismo ou a delinquência juvenil, e frequentemente é uma mistura de ambos (*Ibidem*, p.231).

Sendo tomada apenas como grupo e não como indivíduo, a criança dentro de um grupo de crianças é submetida à autoridade do próprio grupo, mais forte e muito mais tirânica que a de um único indivíduo. Isolada das relações interetárias e submetidas a um grupo isolado, a criança é submetida à tirania da maioria.

A segunda ideia-base está na crise do ensino, a qual, para Arendt, se resume na concepção que se tem do professor. O professor é concebido como “aquele que é capaz de ensinar qualquer coisa” (*Ibidem*, p.231). Para a autora, essa concepção deriva da influência da psicologia moderna e das doutrinas pragmáticas, as quais transformaram a pedagogia em ciência do ensino em geral e desligaram completamente a matéria ao ensinar. Com esse processo, a formação do professor é em ensino e não em um domínio de um assunto em particular. Uma vez que é retirado do professor a fonte mais legítima de sua autoridade – seu conhecimento e sua competência –, ele perde sua função, não podendo garantir o suporte para o desenvolvimento da criança.

Por fim, a terceira base da crise da educação reside na expressão conceitual sistemática do pragmatismo. Nesse, de acordo com Arendt (*op. cit*), a ideia central é a de que se não pode saber e compreender senão aquilo que se faz por si próprio. Há uma máxima substituição do aprender pelo saber-fazer, reduzindo as instituições de ensino a institutos de profissionalização. Além da habilidade superar o conhecimento, o jogar – elevado enquanto atividade infantil – substitui o trabalho. Reforçando a cisão entre o mundo das crianças e dos adultos, a Escola³², em vez de preparar a criança para o mundo dos adultos, acaba por substituir progressivamente a brincadeira pelo trabalho, permanecendo reclusa no mundo da infância. Esse afastamento artificial das crianças e adultos afeta diretamente a relação aprender e ensinar, contrariando o reconhecimento da criança enquanto um ser humano em desenvolvimento e da infância enquanto fase transitória para a idade adulta. Essa concepção traz claramente a ideia de educação enquanto mercadoria, associando a escolarização à profissionalização.

É chave para compreender a fundo essas três bases da crise da educação o conceito de autoridade, tal qual apresentado por Arendt, seguindo sua definição na sociedade romana cristã. O conceito de autoridade significava a obrigatoriedade que

³²A escola que é tida pela autora como “a instituição que interpomos entre o domínio privado do lar e o mundo com o fito de fazer com que seja possível a transição de alguma forma, da família para o mundo” (ARENDR, 2003, p. 238).

cada nova geração tinha diante de si e do mundo em dar continuidade ao que os antepassados iniciaram. Só assim, era possível garantir a perpetuação do espaço público no hoje da História, sendo dever de cada nova geração de que dele se utiliza perpetuá-lo. A manutenção do espaço público deve estar sob responsabilidade dos adultos de cada geração³³.

Para Hannah Arendt (*op. cit*), a compreensão de que o adulto é quem é responsável pelo mundo, um mundo único de crianças e adultos, é fundamental para a educação. Essa compreensão perpassa o reconhecimento da criança enquanto um ser humano em processo de desenvolvimento, e sendo os adultos responsáveis por caminhar lado a lado com as crianças para poder apresentar-lhes o mundo.

A modernidade, além de ter apresentado a perda da autoridade³⁴, também veio acompanhada de outras perdas, dentre elas, a tradição³⁵. A tradição se apresenta em referência ao mundo que estava no passado; assim, o adulto, principalmente o professor, deve ter sabedoria para narrar o passado possibilitando que a imaginação das crianças o interpretem. Para Arendt (*Ibidem*, p.244), compete ao educador estabelecer a mediação entre o antigo e o novo, razão pela qual a sua profissão exige de si um extraordinário respeito pelo passado. Na sociedade do mercado, eternamente transitória, a tradição é esquecida e a noção de conservação sempre gera suspeita.

O conservadorismo na educação é o que garante o novo, ou seja, a possibilidade do vir a ser. Conforme a autora:

Exatamente em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança é que a educação precisa ser conservadora; ela deve preservar essa novidade e introduzi-la como algo novo em um mundo velho, que, por mais revolucionário que possa ser em suas ações, é sempre, do ponto de vista da geração seguinte, obsoleto e rente à destruição (ARENDR, 2003, p. 243).

Conforme nos apresenta Hannah Arendt, a crise da educação tem essencialmente relação com a crise da autoridade e da tradição. Faz-se ainda necessário, para esse

³³A responsabilização sobre o mundo tem relação com a certeza de um mundo futuro. Conforme Arendt (2004, p.333) a moderna perda da fé devido à dúvida cartesiana despojou a vida individual da certeza de sua imortalidade. A vida individual tornou-se mortal, e o mundo passou a ser menos estável e permanente, portanto menos confiável. A perda da certeza de um mundo futuro levou o homem moderno para dentro de si e não ao encontro do mundo que o rodeava.

³⁴Arendt afirma que a perda da autoridade é o final de um longo processo que solapou não só a religião, mas toda uma tradição, e, com isso, “o fio que nos guiou com segurança através dos vastos domínios do passado” (ARENDR, 2003, p.130), esse fio está rompido.

³⁵O conceito de tradição é apresentado no ensaio “A crise da tradição e a época moderna, onde Hannah Arendt, através da Alegoria da Caverna de Platão, abandona a política rejeitando o campo dos assuntos mundanos, tidos como ilusórios ou passageiros, para contemplar a verdade que estaria no mundo das ideias.

argumento, diferenciar educação e política. Na atualidade, as relações políticas se dão na ausência da tradição e da autoridade, sendo diretas e imediatas com o mundo. Já as relações educacionais devem se dar sob tutela da autoridade e da tradição, devido à necessidade que as crianças têm de conhecer o mundo, de uma maneira particular, através do processo histórico que culminou na situação atual. Segundo Arendt (*Ibidem*), ainda não há uma forma de apresentar o desconhecido sem a tradição e a autoridade, porém permanece o desafio para a educação moderna de precisar caminhar em um mundo que não é mais estruturado nem pela autoridade e tampouco é mantido coeso pela tradição.

Assim, a crise da educação deve ser situada dentro da crise do mundo moderno, demarcada pela crise da autoridade e da tradição, relacionada diretamente à crise do espaço público, ao desaparecimento do senso comum, bem como ao deterioramento do juízo humano. Conforme Arendt,

[...] o fato importante é que, por causa de determinadas teorias, boas ou más, todas as regras do juízo humano normal foram postas de parte. [...] Sempre que, em questões políticas, o são juízo humano fracassa ou renuncia à tentativa de fornecer respostas, nos deparamos com uma crise; pois essa espécie de juízo é, na realidade, aquele senso comum em virtude do qual nós e nossos cinco sentidos individuais estão adaptados a um único mundo comum a todos nós, e com a ajuda do qual nele nos movemos. O desaparecimento do senso comum nos dias atuais é o sinal mais seguro da crise atual. Em toda crise, é destruída uma parte do mundo, alguma coisa comum a todos nós. A falência do bom senso aponta [...] o lugar em que ocorreu esse desmoronamento. (ARENDR, 2002, p. 227).

Dentro da teoria arendtiana, a Era Moderna demarca a impossibilidade dos homens de se responsabilizarem e cuidarem de seu mundo e, conseqüentemente, a recusa de seu compromisso com a natalidade e com as futuras gerações. Essa crise resvalada na educação se constata na recusa de muitos jovens de manter com as gerações passadas um vínculo de conservação das tradições, de maneira especial no respeito à autoridade com referência nos valores éticos e morais de uma sociedade. Assim, com um educador sem autoridade, com a educação pragmática e com o isolamento do mundo infantil, a criança apreende o mundo em partes segmentadas de forma utilitarista e funcionalista, sem compromisso com a vida do adulto.

As crianças e os adolescentes trabalhadores do tráfico espelham essa recusa de manter os vínculos com a geração passada. A criança e o adolescente trabalhador vivem um conflito real de incompatibilidade entre sua educação e seu trabalho, pois um exclui o outro na sociedade moderna. São meninas e meninos entregues a si mesmos, jogados no mundo dos adultos, mas, ao mesmo tempo, fora dele.

4.2 VIGOTSKI, POLITECNIA E UNIDADE EDUCAÇÃO TRABALHO

O fracasso da escola enquanto instituição que preza a educação ou seja o cuidado e o desenvolvimento da liberdade deve ser compreendido em relação ao trabalho e a sociedade capitalista como um todo. Na sociedade moderna, devido à fome incessante de produção e reprodução do capital, bem como de racionalização da produção, a personalidade humana foi corrompida. O desenvolvimento do potencial humano torna-se limitado, e o desenvolvimento do sujeito, unilateral. Não só os trabalhadores mas também as classes que os exploram são escravizados pelos instrumentos de suas atividades, resultado da divisão do trabalho, na qual “todos estão mutilados pela educação que os treina para certa especialidade, pela escravização vitalícia a esta especialidade, até mesmo se esta especialidade é de fazer absolutamente nada”. (ENGELS, 1894, apud VYGOSTSKY, 1930, p. 4). A educação moderna, além de escravizar os homens aos instrumentos de seu trabalho, corrompendo seu desenvolvimento, também levou, sob a premissa de proteção, ao afastamento das crianças e adolescentes do mundo dos adultos, criando um mundo artificial para eles.

Assim, sendo o trabalho uma categoria ontológica ao ser, é importante considerar que a educação deve ser pensada em conjunto a ele. A superação para essas mutilações, proposta por Vigotski (1930), consiste justamente na combinação do trabalho com a educação. Vigotski (2005) propõe assumir o trabalho ontológico como fundamento do processo educativo. Segundo o autor, na “escola laboral, o trabalho não se incorpora como tema do ensino nem como método ou meio de ensino, mas como matéria mesma da educação. Não se introduz só o trabalho na escola, mas a escola no trabalho. O trabalho se encontra aqui na base do sistema educacional” (VIGOTSKI, 2005, p.284). Essa terceira educação é a expressão da educação politécnica.

A educação politécnica tem como objetivo o conhecimento dos fundamentos gerais do trabalho humano, desse alfabeto com que se criam todas as formas, ou seja, a essência dos processos de trabalho, a substância do labor, do povo e as condições de êxito no trabalho, a higiene, enfim, a organização do trabalho em geral, individual e social (VIGOTSKI, 2005; KRUPSKAIA apud BARROCO, 2007). Essa associação entre educação e produção possibilita a síntese entre ciência e tecnologia, e desta forma o trabalho converte-se em conhecimento científico cristalizado. Para adquirir os hábitos necessários a esse trabalho, é preciso o pleno domínio de todo o material da ciência acumulado há séculos, transformando-o em “trabalho consciente por excelência,

exigindo de seus participantes a máxima tensão de todas as forças da inteligência e a atenção e elevando o trabalho de um trabalhador comum aos degraus superiores do trabalho criativo humano” (VIGOTSKI, 2005, p.292, tradução nossa). A educação politécnica visa à preparação multifacetada do homem, que seria capaz de levar à continuidade-ruptura de concepções e formas de agir e estaria articulada com a tendência histórica de desenvolvimento da sociedade, fortalecendo-a. A educação politécnica traz, assim a potência de resgate do senso comum, da imbricação entre trabalho individual e trabalho social como forma de desenvolver um homem ativo comprometido com o mundo.

Além disso, o ensino politécnico possibilita superar o aparente caráter absolutamente abstrato e inerte do conhecimento. O autor soviético apresenta três problemas centrais do conhecimento abstrato na educação escolar. O primeiro é a forma tradicional de encarar a ciência como dogma, com base em uma concepção de verdade aparentemente terminada e definitiva. Dessa forma, não se possibilita a nenhum estudante distinguir a verdade científica em si e seus métodos de investigação. O segundo problema é a apresentação da verdade como uma regra teórica abstrata, não construída em um processo de busca e trabalho, mas em um trabalho puramente mental. Nessa perspectiva, a verdade é apresentada sem jamais se relacionar com as demandas vitais que a geraram, nem com as conclusões vitais que derivaram dessa verdade. Por fim, o terceiro problema apresentado por Vigotski é a fragmentação e isolamento dos conhecimentos escolares. A percepção do aluno é formada por uma infinita quantidade de fatos separados e não lhe é apresentado o ponto de vista unificador e vinculante do tema. Estes três vícios da escola vão ser superados facilmente com a escola laboral que, em primeiro lugar, sintetiza e unifica todas as matérias; em segundo lugar, confere-lhes uma inclinação e um emprego prático; e em terceiro e último lugar, descobre o próprio processo de investigação da verdade e de seu movimento depois de ter sido encontrada.

Em síntese, a proposta de escola politécnica de Vigostki é posicionar o desenvolvimento da criança dentro de sua relação com o mundo. O desenvolvimento decorre de um encontro entre uma criança, considerando todo o desenvolvimento de sua personalidade até ali, e um adulto que promoverá seu desenvolvimento, reconhecendo nela suas capacidades e as possibilidades de realizar ações autônomas. Assim, o adulto deve abdicar do controle, e reconhecer a criança não como uma criança genérica, mas como uma criança particular e singular, reconhecendo sua alteridade. Isso traz a

potência para o desenvolvimento da ação política. Destacamos, ainda, que abdicar do controle não restringe a autoridade do adulto. Só há necessidade de controle quando não há autoridade.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da criança não está voltado para um futuro genérico e, portanto, não se fixa em um único padrão. O desenvolvimento da criança não tem como objetivo se tornar um adulto genérico. O desenvolvimento é uma criação, abertura para infinitas possibilidades. A educação deve considerar a criança em sua singularidade, compreendendo-a como um ser humano que está verdadeiramente enraizado na vida concreta e participa ativamente desse contexto. Para o psicólogo russo, ao nascer, a criança já se imiscui na concretude da vida e é nela que se faz inteiramente humana. É nesse contexto vivido, em suas relações com outras crianças e adultos, e com o mundo, que a criança se desenvolve.

4.3 EDUCAÇÃO E CONVIVENCIALIDADE

Conforme vimos, o sistema escolar na modernidade se caracteriza como um espaço seccionado do mundo dos adultos, construído artificialmente com base em um mundo da criança que demarca a crise do sistema escolar moderno, além de escravizar o homem ao instrumento de seu trabalho. Vigotski, então, propõe a unidade do mundo dos adultos, do trabalho e da educação via educação politécnica como forma de superação dessas mutilações. O esboço da educação politécnica proposto pelo psicólogo soviético pode ser aproximado do conceito de convivencialidade de Illich.

A convivencialidade esteve presente desde a Antiguidade, porém o ser humano aos poucos vem se perdendo, intensificadamente no início da Modernidade. Na Antiguidade, cada ente da natureza era visto como manifestação da vontade de seu deus ou deuses, inclusive o próprio ser humano. Havia, assim, entre homem e natureza, uma relação sagrada, a partir da qual se concebia a convivencialidade. Essa relação diz respeito a um diálogo com tudo que há na natureza para além de sua definição moderna, já que tratava também da relação entre os homens consigo mesmos, ou seja, da relação entre o homem e o mundo.

A Era Moderna, como vimos anteriormente, tornou hegemônica a lógica de reprodução capitalista e do pensamento racionalista, uma metamorfose nessa relação, na qual agora é o homem que atribui racionalmente valor às coisas. A natureza foi processualmente sendo instrumentalizada e transformada em ferramenta a serviço do

homem, sem espaço para diálogo. A força de trabalho também se transformou em instrumento de dominação de modo nunca visto anteriormente, pois diferente da escravidão ou servidão, o homem é apenas ferramenta. E assim, tanto o corpo físico como também o psicológico e as relações sociais relações dos homens e mulheres são reduzidos a lógica da instrumentalização.

Assim, Illich, partindo de análises sobre a sociedade contemporânea e o papel de instituições – tais como a escola, dentro do campo da educação – na reprodução das estruturas vigentes e na limitação do desenvolvimento da autonomia dos indivíduos, propõe a valorização de instituições convencionais. Conforme Illich (1973), a empresa moderna na sociedade de massa marca a metamorfose no processo de servidão para o produtor e de intoxicação para o consumidor. A sociedade moderna passa por um processo de homogeneização progressiva de tudo, de desenraizamento cultural e estandardização das relações humanas.

Assim, Illich contrapõe as instituições manipulativas às instituições convencionais. Enquanto as primeiras são hegemônicas na sociedade, baseadas na organização do processo de produção, e sua finalidade está vinculada ao consumo e reprodução; as instituições convencionais seriam aquelas voltadas à convivência entre as pessoas e ao desenvolvimento dos indivíduos, que, por sua própria natureza, não precisam criar mecanismos artificiais. As instituições convencionais se caracterizam por servirem à sociedade e pelo fato de que são utilizadas espontaneamente por todos os membros da sociedade que delas participam voluntariamente. Convivencialidade significa, em última instância, uma inversão na relação do homem com a ferramenta, transformando o caráter despótico desta em um caráter justo. Segundo Illich, a sociedade convencional é “aquela em que a ferramenta moderna está a serviço da pessoa integrada à coletividade e não a serviço de um corpo de especialista. Convivencial é a sociedade em que o homem controla a ferramenta” (ILLICH 1973, p. 13)”.

Na sociedade convencional – na qual “será possível articular de forma nova a tríade milenar do homem, da ferramenta, da sociedade.” (*idem*) – o homem tem mais potencialidade de exercer uma ação mais autônoma e mais criativa, com auxílio de ferramentas menos controláveis pelos outros, pois essas organizações estimulam “uma diversidade de modos de vida, que teriam mais em conta a memória, ou seja, a herança do passado, ou a invenção, isto é, a criação” (Illich, 1973, p. 31). Esse processo de domínio da ferramenta potencializa o preenchimento do mundo com sentido,

possibilitando a emersão de um senso comum.

4.4 CONVIVENCIALIDADE E FAMÍLIA

É importante resgatar que o processo educacional não ocorre apenas no espaço escolar. Outro espaço essencial de convivência da criança no mundo é o espaço familiar. Para Hannah Arendt (2003), pela concepção e pelo nascimento, os pais humanos, além de conceberem a vida de seus filhos, buscam introduzi-los no mundo. Através da educação, os pais assumem essa dupla responsabilidade pela vida e pelo desenvolvimento da criança. Ao mesmo tempo em que a criança tem necessidade de ser protegida no mundo, o mundo tem necessidade de uma proteção que o impeça de ser destruído pela futura geração.

Para a pensadora alemã, a proteção da criança contra o mundo tradicionalmente foi realizada pela família, dentro do seio da vida privada. Conforme Arendt:

No mundo público, comum a todos, as pessoas são levadas em conta, e assim também o trabalho, isto é, o trabalho de nossas mãos com que cada pessoa contribui para com o mundo comum; porém a vida *qua* vida não interessa aí. O mundo não lhe pode dar atenção, e ela deve ser oculta e protegida do mundo (*Ibidem*, p.236).

A sociedade moderna deslocou todas as atividades que têm relação com a preservação e enriquecimento da vida, da esfera privada para esfera pública. Assim, ao mesmo tempo que buscou emancipar, proteger e libertar as crianças dos padrões de vida abusivos e exploratórios, acabou por retirá-las do mundo dos adultos. Segundo Arendt (2003), é essa mesma destruição do espaço de vida real que ocorre quando se procura enclausurar as próprias crianças em uma espécie de mundo próprio.

A escola aparece, então, como instituição que se interpõe entre o domínio privado do lar e o mundo, deslocando a relação que havia da família e da comunidade como meios entre as crianças e o mundo. Porém, essa transição afeta também a família, que passa pelo mesmo processo de perda da autoridade e da tradição. A proteção do seio familiar é afetada pela exploração da lógica capitalista de produção, na qual a força de trabalho das mulheres é explorada, bem como a de crianças e adolescentes. A instituição familiar passa a ser uma instituição que segue a lógica do espaço público.

Dessa maneira, a família moderna, sem autoridade e tradição e, por vezes, agravada pela condição de miséria e exploração, quando reproduz a lógica do espaço público, perde as condições de exercer sua tradicional função de garantir a proteção da criança, além de seu desenvolvimento. A família e a comunidade, assim como vimos em relação aos educadores, não se responsabilizam nem pelo mundo nem pela proteção

à criança. Nas palavras de Arendt:

[...] a perda geral da autoridade, de fato, não poderia encontrar expressão mais radical do que sua intrusão na esfera pré-política, em que a autoridade parecia ser ditada pela própria natureza e independer de todas as mudanças históricas e condições políticas. O homem moderno, por outro lado, não poderia encontrar nenhuma expressão mais clara para sua insatisfação com o mundo, para seu desgosto com o estado de coisas, que sua recusa em assumir, em relação às crianças, a responsabilidade por tudo isso. É como se os pais dissessem todos os dias: - Nesse mundo, mesmo nós não estamos a salvo em casa; como se movimentar nele, o que saber, quais habilidades dominar, tudo isso também são mistérios para nós. Vocês devem tentar entender isso do jeito que puderem; em todo caso, vocês não têm o direito de exigir satisfações. Somos inocentes, lavamos as nossas mãos por vocês (*Ibidem*, p.241).

Embora ainda se discursasse ideologicamente em relação à família enquanto espaço protetivo, em oposição ao espaço público como perigoso e violento, os dados mostram uma outra realidade. Conforme Areda (2013):

A cada 5 minutos, uma mulher é agredida no país, a cada 2 horas, uma é assassinada e em 80% dos casos o agressor é o cônjuge ou namorado. Os dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde apontaram que em 2011, 36% da violência sofrida por crianças de 0 a nove anos foi negligência ou abandono e 35% violência sexual. Diferentemente do que se costuma afirmar, a violência está em casa, é predominantemente perpetrada por parentes e pessoas conhecidas da vítima e por homens heterossexuais. Segundo a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 38,2% dos agressores homofóbicos são da própria família. Há outras violências ainda mais naturalizadas. Podemos citar como no Brasil é comum que familiares como pais, padrastos, tio, irmãos e primos mais velhos obriguem os meninos a terem contato com material pornográfico desde a pré-adolescência ou que mesmo os levem a profissionais do sexo para que sejam “iniciados” sexualmente.

Porém há uma diferença fulcral entre o espaço escolar e o espaço familiar: enquanto um revela um mundo artificial voltado para a criança, o outro se insere na convivência do mundo entre adultos e crianças, num espaço de convivencialidade. E aqui reside uma potencialidade educacional que possibilita uma unidade entre educação e mundo, conforme anunciado por Vigotski e Illich: a educação via convivência.

4.4 PROTEÇÃO SOCIAL E MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR

Para compreender como a convivência é elevada, dentro da Política Nacional de Assistência Social, como um meio para o desenvolvimento das crianças e adolescentes e de fortalecimento de vínculos comunitários, é necessário compreender os conceitos de *proteção social* e sua relação com a *matricialidade sociofamiliar*. A Assistência Social, enquanto direito social, tem enquanto um dos seus pilares no conceito de proteção social. Conforme o artigo 203 da Constituição Federal de 1988, a assistência social é prestada a quem dela necessitar e, entre seus objetivos, está “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”. Segundo Di Giovanni (apud

BRASIL, 2004, p.32), entende-se por Proteção Social as formas

[...] institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. [...] Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social.

Conforme caderno de orientação *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos* (BRASIL, 2013, p. 13), a proteção social é compreendida na seguinte perspectiva:

A perspectiva de proteção que pretende minimizar ou eliminar as situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas pessoas, famílias e grupos sociais traz a centralidade da proteção e desenvolvimento da vida humana. Esta afirmação, sem dúvida, é divergente das teorias de mercado que avaliam toda e qualquer forma de proteção como incentivo a acomodação, à dependência, num suposto de que o mero acesso à renda é sinônimo de autonomia, ou que automaticamente institui uma condição de igualdade diante do mercado.

Assim, a assistência social é figurada como uma possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas dos cidadãos e espaço de ampliação de seu protagonismo. É imprescindível lembrar que, embora institucionalizada, a assistência social rege-se, dentre outros, pelo princípio do “respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade” (BRASIL, 2004, p.33), revertendo-se em diretrizes como a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” e a “centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos”.

Dessa forma, um dos conceitos centrais para o trabalho social na assistência social é o de matricialidade sociofamiliar. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS (BRASIL, 2004), partindo da constatação de que as reconfigurações dos espaços públicos determinaram transformações fundamentais na esfera privada ao metamorfosearem as formas de composição e o papel das famílias, e reconhecendo ainda a intensificação das fragilidades e contradições do espaço familiar, ela eleva a família como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedor de cuidados aos seus membros. O documento também destaca o papel da família enquanto mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando

continuamente os deslocamentos entre o público e o privado bem como exercendo a função geradora de modalidades comunitárias de vida. As transformações na esfera privada desencadearam, ainda, um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e tornaram as famílias mais vulneráveis. A PNAS aponta que cada vez mais as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica e mais da situação específica que caracteriza sua família. Mesmo a família sendo um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente também por desigualdades, ela é tida pela Assistência Social como fundamental no âmbito da proteção social. Dada a situação atual do aumento da vulnerabilidade social das famílias, é necessário que elas desenvolvam complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem e progredirem.

Porém, ainda conforme a PNAS, as novas feições da família mudaram dialeticamente com as transformações econômicas, sociais, de hábitos e costumes e com o avanço da ciência e tecnologia. Portanto, o conceito que classicamente era remetido apenas às dimensões da sexualidade, procriação e convivência já não tem o mesmo grau de imbricamento de outros tempos. Assim, a PNAS adota o seguinte como conceito de família: “podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade.”.

Assim, a matricialidade sociofamiliar tem papel de destaque na PNAS, tendo como premissa de que a centralidade da família na proteção social repousa no pressuposto de que, para a mesma prevenir, proteger, promover e incluir seus membros, é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Portanto, as famílias em situação de vulnerabilidade social configuram-se como público da assistência social, bem como o convívio ou vivência familiar figura-se como uma das formas centrais de proteção social previstas na Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993).

4.5 PROTEÇÃO SOCIAL, CONVÍVIO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

A PNAS parte do princípio do direito à convivência familiar e comunitária como modalidades de garantia da proteção social. Conforme o caderno de orientação *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos* (BRASIL, 2013), a política do convívio é mais que uma questão de proteção, pois supõe o reconhecimento social e tem um potencial maior de discutir e alargar padrões de civilidade e cidadania, porém nos

limites da proteção social ela se coloca visando a construção de laços afetivos e de referência para garantir a sobrevivência e desenvolvimento da vida, ou seja, “convivência é a forma e vínculo³⁶ é o resultado” (SPOSATI apud BRASIL, 2013, p.21).

O caderno de orientação traz duas premissas para a concepção de convivência. Primeiro, citando Vigotski, traz a premissa da formação social do sujeito em meio às relações sociais, demarcando a relevância das formas de intervenção que promovem encontros, os quais afetam as pessoas, mobilizando-as e provocando transformações. Também é pontuada a necessidade da contextualização histórica nessa construção, pois “as condições objetivas da vida interferem diretamente na forma como as pessoas se constituirão como sujeitos sociais, ou seja, nas escolhas que farão ao produzir e reproduzir a vida social” (BRASIL, 2013, p.15).

A segunda premissa apontada provém da contribuição de Paulo Freire, deslocando para o campo da educação social o entendimento de que é no processo coletivo, em mutualidade, que se aprendem diferentes saberes igualmente importantes, e desenvolvendo a compreensão da importância de “reconhecer o mesmo valor para os conhecimentos acadêmicos e para a experiência vivida, quando ambos são colocados diante do aprendizado, desenvolvimento e proteção” (BRASIL, 2013, p.16).

Seguindo essas premissas, o caderno de orientação pontua outros dois conceitos importantes para a educação social desenvolvida dentro da Assistência Social: o afeto e a ética. Em relação ao afeto, a concepção adotada parte de Espinosa, segundo o qual a

³⁶O conceito de vínculo apresentado no caderno de orientação foi desenvolvido pelo sociólogo francês Serge Paugam e se define como “todas as formas de viver em conjunto, a vontade de religar os indivíduos dispersos, a ambição de uma coesão mais profunda da sociedade em seu conjunto” (BRASIL, 2013, p.22). O sociólogo define quatro tipos de vínculos: “1) Filiação/Parentesco/ou a relação pai-filho, dividida em duas formas: a natural, pela qual cada pessoa nasce numa família e a filiação social, exemplificada na filiação adotiva. Nessa relação, conforme psicólogos sociais, existe uma função socializadora e de identidade que contribui para o desenvolvimento infantil e que pode afetar relacionamentos íntimos futuros, conforme dito anteriormente. 2) Filiação de natureza eletiva que está ligada à socialização fora da família com a qual o indivíduo tem contato, com pessoas, grupos e instituições. Ela pode ocorrer em: grupos de amigos, comunidades locais, instituições religiosas, esportivas, culturais, gangues de bairros etc. Nesse processo, o indivíduo interage e tem também um papel autônomo, pois ele pode construir sua própria rede de pertencimento para além das relações domésticas ou de consanguinidade. 3) Filiação orgânica relacionada ao trabalho e à oportunidade de exercer atividade produtiva e ter segurança para o futuro com proteção social que deriva dessa condição de trabalhador. 4) Vínculo de cidadania, que se expressa no sentimento de pertencimento a uma nação, logo, um membro reconhecido pelo país por meio de direitos e deveres, ou apenas expressão de vínculo por ação política”. Para o autor, essas quatro tipificações apresentadas são complementares e interligadas, elas constituem um tecido social que envolve e implica cada pessoa. A intensidade dos laços varia entre as pessoas e depende do tipo de socialização vivenciada nas diferentes esferas da vida.

capacidade de afetar e ser afetado pode ser dita analogamente como poder deixar marcas no outro e ter marcas do outro em si potencializando a ação, ou seja,

Esses encontros podem favorecer a expansão da vida, o sentimento de valorização, estimular a ação para mudanças; ou podem gerar subordinação, desqualificação, redução da vida, desumanização. Assim, sentimentos e capacidade para agir são, nessa matriz de pensamento, inseparáveis. Poder-se-ia dizer que sentimentos de valorização e de potência estão para fortalecimento de vínculos, assim como os sentimentos de subordinação e impotência estão para o isolamento social e fragilização de vínculos.

Assim, conforme caderno de orientação *Convivência e Fortalecimento de Vínculos na Assistência Social* (BRASIL, 2013), os modos de convivência afetam as pessoas e causam algum efeito na razão e no entendimento que elas têm de si e do mundo em que vivem, podendo mobilizá-las ou não para enfrentar as condições de existência. Investir nos encontros que geram afetos que, por sua vez, potencializam a ação é contrapor-se, no plano da convivência, às relações sociais cristalizadas que geram dependência, subordinação ou submissão.

A promoção de bons encontros vivenciais que fortaleçam a potência de agir pode impulsionar a ação para enfrentar conflitos, alterar condições de subordinação, estabelecer diálogos, desejar e atuar por um mundo mais digno e justo para todos. De maneira geral, a concepção da ética em relação à convivência é direcionada ao reestabelecimento do senso comum e valorização da vida. Dentro da assistência social, esse processo se dá mediante a participação na vida social, aqui sinônimo de tomada de decisão coletiva e corresponsabilidade. É importante pontuar que participar pressupõe o compartilhar, o pôr-se em movimento, o que exige a motivação. Dessa maneira, “participação pode ser um qualitativo da convivência, uma visão ampliada que inclui estar, posicionar-se nas decisões que lhe dizem respeito” (BRASIL, 2013, p.20).

Dentro do processo de participação na vida social, deve ser considerada também a dimensão da educação política, tida como um processo de desenvolvimento da capacidade de participação mediante experiência e convivência nos espaços coletivos. Conforme o caderno de orientação (2013, p.20):

Inserir a participação como um elemento no debate sobre fortalecimento de vínculos associa-se à ideia de ampliação de relações na perspectiva da vivência da cidadania, pressupõe compreender que a participação exige que condições sejam criadas para fornecê-la e essas condições têm relação com o acesso a informação e com formação para participar. Para Muñoz (2004) participação não se improvisa e não se aprende de imediato, requer conhecer que não se está no lugar do outro, mas que é possível fazer perguntas inteligentes e respeitosas que permitam que o outro expresse suas características, o que e como pensa, o que e como sente e deseja. Para esse autor, participação é sinônimo de compartilhamento de poder às pessoas e só aquele(a) que

participa pode ser e sentir-se cidadã(o).

Por fim, a participação tem ainda uma terceira função que é a de conferir às pessoas o sentimento de pertencimento ao espaço no qual participa com o poder decisório. Assim, “estimular o fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia sócioeducativa” (BRASIL, 2013, p.21). Significa, em síntese, experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum.

O caderno de orientação *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos* aponta algumas práticas na convivência que potencializam a formação de vínculos e são estratégicas para diálogo e reflexão: Escuta; Postura de valorização/reconhecimento; Situação de produção coletiva; Exercício de Escolhas; Tomada de decisão sobre a própria vida e de seu grupo; Experiências de diálogo na resolução de conflitos e divergências; Reconhecimento de limites e possibilidade das situações vividas; Experiência de escolher e decidir coletivamente; Experiência de aprender e ensinar horizontalmente; Experiência de nominar suas emoções e sentimentos nas situações vividas; Experiência de reconhecer e admirar a diferença.

A educação social, por mais que reconheça os diferentes saberes, qualifica o adulto enquanto educador social responsável pela futura geração em relação a todos os âmbitos de preservação, sustentação, proteção e desenvolvimento da vida. Portanto, o enfoque do trabalho social, de forma geral, visa a preservação e promoção da vida, buscando o resgate do senso comum para o desenvolvimento da participação no mundo via ação política, prezando sempre a autonomia dos cidadãos. Mais especificamente às crianças e adolescentes trabalhadoras do tráfico, o papel da educação social na assistência social se centra, em primeiro lugar, no reconhecimento da situação de abandono e violência em que esses meninos e meninas se encontram, sendo formados apenas para reproduzirem o sistema, e de sua necessidade de proteção por parte dos adultos. E em segundo lugar, no reconhecimento da convivência como central para o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes para o desenvolvimento da autonomia e da participação social para possibilitar sua ação e participação política no mundo, superando sua condição subordinada de instrumento de reprodução. Aqui reside a essência da educação social, que preza pela ética humana e compromisso com o mundo, e que defendemos como fundamental para as crianças e adolescentes trabalhadoras do tráfico. O grande desafio para a educação conseguir abarcar as crianças e adolescentes

trabalhadoras do tráfico para além dessa relação orgânica e convivencial com o mundo, é a articulação de todos que têm responsabilidade em relação ao cuidado e a formação para a liberdade, dentre família, comunidade, escola, etc. Essa visão comunitária deve ser base do processo educacional.

5 O SENTIDO DO TRABALHO NO NARCOTRÁFICO SEGUNDO 05 JOVENS

“A crise existe, insiste e persiste
 Às escuras nas ruas
 Não é armação
 Será que você nunca vai entender
 Que o sistema, cara, cobra muito caro de você
 E dar pra traz na hora H, pode crer,
 Cedo ou tarde você vai sentir na flor da pele
 O sistema que requer, prepare-se.”

(Trecho da música “*A matança continua*”, GOG)

Carla tem hoje 28 anos. Passou a morar na rua com 08 anos, iniciou o tráfico aos 12. Paulo também morou na rua. Hoje, ele tem 23 anos, mas passou a morar na rua e a traficar aos 15. O adolescente André, de 16 anos, nunca morou na rua e vive com sua mãe e irmãos em uma cidade na periferia de Brasília. Já abandonou o tráfico, no entanto, somente nos dois anos que ficou vinculado levou 5 tiros em sua direção. João também mora em uma cidade periférica e entrou no tráfico com 16 anos. Foi com essa mesma idade que Rodrigo entrou no tráfico, mas diferentes dos outros que só foram “aviãozinhos” e se afastaram do tráfico, hoje ele é dono de uma boca de tráfico em uma cidade periférica de Brasília. Esse capítulo se constitui a partir do diálogo com esses 5 jovens, buscando apresentar o sentido do narcotráfico em suas trajetórias.

5.1 COLETA DE DADOS / TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo não é apenas uma possibilidade de aproximação com aquilo que se deseja conhecer e estudar, mas também permite criar um conhecimento partindo da realidade presente no campo (NETO, 2001).

A entrada no campo ocorreu por meio de vivência de trabalho dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST do Distrito Federal, dentro de serviços voltados para esse público. Primeiramente, havia procurado entrevistar crianças e adolescentes que vivenciavam o trabalho no tráfico. Porém, devido à dificuldade de autorização dos responsáveis para divulgação dos dados, optamos pela entrevista com jovens. No campo, encontrei quatro jovens que vivenciaram o trabalho no narcotráfico durante sua infância e/ou adolescência e que acordaram a concessão da entrevista, além de um adolescente que foi autorizado por sua responsável.

Realizamos, assim, a coleta dos sentidos dos jovens que vivenciaram o trabalho no narcotráfico quando crianças ou adolescentes por meio de entrevista semiestruturada individual, através da história de vida tópica, especificamente sobre a vivência no narcotráfico. Conforme Neto (2001), a história de vida é uma estratégia de compreensão da realidade que retrata vivências e definições, com uma noção de entrevista em profundidade, permitindo retomar a vivência de forma retrospectiva, com uma exaustiva interpretação. Conforme o autor, esse relato é material rico para análise do vivido e, nele, é possível encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir na visão individual.

Como foi discutido por Dowdney (2004) com base em debates metodológicos, os dados obtidos por essa forma de pesquisa são suficientes para descrever uma situação e, assim, compará-la a outras situações já definidas na literatura especializada. É importante também pontuar os limites desta pesquisa, uma vez que levamos em conta as definições da situação fornecida pelos atores sociais relevantes, a fim de que eles mesmos apresentem os conflitos e as tensões que vivem diariamente. Além disso, é preciso acrescentar que os conceitos que surgiram da análise de dados devem ser considerados como propostas conceituais a serem adicionalmente pesquisadas, para serem aperfeiçoadas ou refutadas.

O universo de pesquisa deste estudo foi projetado para compreender o sentido do trabalho de jovens que trabalharam quando crianças e/ou adolescentes no narcotráfico, especificamente no Distrito Federal.

Para o acesso aos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com jovens adultos que trabalharam no narcotráfico quando crianças e/ou adolescentes. As entrevistas foram realizadas em duas comunidades e com ex-moradores de rua. Foram realizadas 05 entrevistas gravadas com 4 jovens adultos e um adolescente, 4 do sexo masculino e 1 do feminino. Dos entrevistados, 3 eram negros e dois brancos. Dois deles eram ex-moradores de rua e os outros nasceram em suas comunidades. Dos entrevistados, aqueles que nasceram em comunidades moravam com suas mães todas separadas do marido ou do companheiro. Quatro dos entrevistados ocuparam cargo de aviãozinho e um era dono de boca. Em relação à escola, todos, em alguma época, abandonaram e 4 retornaram posteriormente. Quatro dos entrevistados largaram o tráfico. As perguntas foram orientadas aos seguintes temas: 1) Como e porque você entrou no tráfico de drogas?; 2) O que você acha ou sente pelo tráfico?; 3) Qual sua

rotina?; 4) Quais as funções que você exercia? O que você fazia?; 5) Quanto você ganhava?; 6) Qual era a droga que você traficava? Tem diferença entre elas?; 7) O que são drogas para você?; 8) Para você, o tráfico é um trabalho?; 9) O que é trabalho para você?; 10) Esse seu trabalho, pode-se dizer que é tráfico?; 11) Por que você saiu desse trabalho? Como foi?; 12) Trabalhar no tráfico é a mesma coisa que usar drogas?; 13) Por que há crianças e adolescentes no tráfico?; 14) Você frequenta ou frequentou a escola?; 15) Por que você abandonou a escola?; 16) Qual a importância da escola para sua vida?; 17) Quais foram os espaços em que você mais aprendeu?; 18) O que é educação para você?

5.1.1 Sigilo e ética de pesquisa

Sendo o mercado do narcotráfico ilegal e perigoso, as entrevistas só foram possíveis com a garantia total de sigilo de informações que pudessem identificar as pessoas entrevistadas. Por esse motivo, foram adotados os seguintes procedimentos para a transcrição do conteúdo das entrevistas gravadas para esse trabalho:

- Todos os nomes foram alterados por nomes fictícios aleatórios, sem nenhuma relação com os nomes originais dos entrevistados;
- Nomes de familiares, da cidade de moradia, de escolas ou instituições e identificação de locais de vivência do tráfico foram omitidos (por exemplo: nome próprio do filho foi alterado por “meu filho” e nome da cidade foi alterado por “minha cidade”);
- Em alguns momentos optamos por não encadear informações biográficas com as percepções particulares dos sujeitos sobre sua vivência. Fizemos esse movimento para impossibilitar a identificação dos entrevistados. Mesmo sabendo que a identificação mais direta de uma trajetória biográfica com o sentido atribuído ao tráfico permitiria outras análises, optamos eticamente por preservar os sujeitos com quem foi realizada a pesquisa.

5.1.2 Metodologia de análise de dados

Uma vez que os dados coletados advêm de relatos, algumas considerações prévias a análise devem ser abordadas. Conforme Minayo (apud GOMES, 2001) o relato deve ser situado em seu contexto para ser melhor compreendido, partindo e chegando da e na especificidade histórica e totalizante que produz a fala. Dessa forma há tanto o nível de interpretação das determinações fundamentais (conjuntura

socioeconômica e política do qual faz parte o grupo social a ser estudado) como também com os fatos surgidos na investigação (comunicações individuais, as observações de conduta e costumes, análise de instituições e ritos e cerimoniais).

Após a coleta dos dados, ordenamos os relatos a partir de conteúdos expressos nas falas buscando classificá-los. Gomes (2001) aponta como técnica dessa etapa a análise de conteúdos como forma além de encontrar as respostas às questões formuladas, descobrir o que está por trás do conteúdo manifesto. É importante para a análise ter clara a unidade de registro, podendo ser expressa pela palavra, frase, oração ou tema (dentre outras) e a unidade de contexto, contexto do qual faz parte a mensagem.

A essa unidade de registro, consideramos como o sentido. O sentido é o elemento fundamental de utilização viva, ligada a uma situação concreta afetiva, por parte do sujeito (LURIA, 1987). Vigotski (2007, p.493), com base em Paulham, conceitua:

(...) o sentido de uma palavra representa a soma de todos os fatos psicológicos que surgem na consciência por causa da palavra. Portanto, o sentido resulta sempre de uma formação dinâmica, fluida e complexa, que possui várias zonas de desigual estabilidade. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, a zona mais estável, unificada e precisa. Como se sabe, uma palavra muda facilmente de sentido em um contexto diferente. Ao contrário, o significado constitui o ponto estático e invariável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em um diferente contexto. (...) O significado real da palavra é inconstante. Em uma operação, a palavra intervém com um significado e em outra adquire um significado distinto.

O sentido enriquece a palavra a partir do contexto, uma vez que ela absorve desse contexto todos os conteúdos intelectuais e afetivos e começa a ampliar o círculo dos seus significados adquirindo toda uma nova zona preenchida por um novo conteúdo. O sentido é um fenômeno complexo, móvel e mutável. Nesses termos, o sentido real da palavra é determinado por toda a riqueza dos momentos existentes na consciência e relacionados àquilo que está expresso por determinada palavra; ou seja, o sentido da palavra nunca é completo, ele é inesgotável. A compreensão total do sentido da palavra seria a compreensão do mundo no conjunto da estrutura interior do indivíduo (VIGOSTKI, 2007).

Com base nessa concepção, os sentidos apresentados nos relatos foram ordenados em grandes complexos: Trabalho, Tráfico de Drogas, Trabalho Infantil, Vida e Violência, Relações Humanas (família e amigos) e Educação. Essa ordenação foi realizada via tabulação. Os sentidos apresentados pelos cinco jovens acerca de algum complexo foram comparados entre si com foco na elaboração de categorias específicas.

Mesmo sendo o conceito central dessa pesquisa – mais geral e abstrato – o de trabalho, as categorias formuladas com base na coleta de dados que são mais específicas e concretas nos permitem uma investigação mais profunda do próprio conceito de trabalho. Por fim, na análise final, estabelecemos a articulação entre as categorias e as referências teóricas da pesquisa, respondendo às questões da pesquisa com base em seus objetivos e relacionando concreto e abstrato, geral e particular.

5.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

Após análise minuciosa das cinco entrevistas coletadas com jovens que trabalharam no narcotráfico quando crianças e adolescentes, obtivemos as seguintes categorias: Motivos para entrada e permanência no narcotráfico; Elementos estruturais do Narcotráfico; Relação trabalho X tráfico; Trabalho Infantil; Vida, Violência e Criminalidade no Tráfico; Relações humanas dentro do tráfico; Relações humanas fora do tráfico; Saída do Tráfico; Aprendizagem no Tráfico; Sentido da Escola; Sentido da educação; Autopercepção no tráfico; Sociedade, Imagem e Mídia; Oportunidade; Outro lado do Reconhecimento no Tráfico.

5.2.1 Motivos para entrada / permanência no narcotráfico

A primeira categoria levantada no campo diz respeito a motivos para entrada e permanência no narcotráfico apresentadas por cada entrevistado ao narrar sua história de vida. Com base nos relatos, levantamos 6 subcategorias que retratam elementos motivacionais para entrada e permanência no narcotráfico, dentre os quais: Primeiro Contato; Dinheiro e Consumo; Uso de drogas; Fama e Status; Adrenalina; Sociedade, Imagem e Mídia; Oportunidades; Outro lado do reconhecimento no tráfico.

5.2.1.1 Primeiro Contato

O primeiro contato de todos os entrevistados para sua entrada no narcotráfico foi com uma pessoa referência que já lhes vendia drogas. Essa entrada, em quatro das entrevistas, foi realizada via laços afetivos junto aos traficantes. Essa relação se forma com uma aura que o traficante ganha ao olhar da criança e do adolescente, como um espelho do querer ser ou sentir atração. Isso é evidenciado na fala de Carla “Eu sempre via ele, sempre via ele, ai e ai, tipo assim, na verdade é igual o pessoal fala acho que foi um amor meio platônico, por eu achava ele muito bonito, só que eu não queria ter nada com ele eu só achava ele muito bonito, e a gente começou a se aproximar”.

Outro aspecto importante que apareceu na entrada dos entrevistados no tráfico foi sua busca voluntária. Todos relataram que a procura foi deles, e a informação de onde são as bocas é conhecida e compartilhada – tanto nas comunidades, como na rua.

5.2.1.2 Dinheiro e Consumo

O dinheiro aparece como motivador do tráfico em todas as entrevistas. A representação desse dinheiro vai desde sua simples acumulação como explicitado nos trechos “Ver dinheiro, né? Não pode ver dinheiro, gosto do dinheiro viu? Muito dinheiro. Assim é a pessoa que vai e entra pro tráfico. Quando eu vi o dinheiro, assim, eu falei: _ Porra, é tão fácil e eu quis ficar né?” ou “Quando eu via que eu estava com muito dinheiro e já não estava mais fazendo sentido nenhum eu ficar guardando dinheiro pra tentar querer alguma coisa.”. O dinheiro também é representado como um meio de consumo. Em apenas uma entrevista esse consumo também é associado a bens de consumo básicos como “Mas ele também coloca alguma coisa dentro da casa dele, ele vai lá e faz uma cesta pra mãe dele, ele faz uma coisa pro filho dele, os filhos dele são muito bem tratados. A modalidade de consumo mais comum em todas as entrevistas é o consumo de bens não básicos, como roupas, sapatos, festas, diversão, etc (“pra ver se comprava uma bermuda massa, uma kenner [marca de chinelo].”);

O consumo é descrito como vício de satisfação de vontades (“ela sempre querendo se saciar de alguma forma ou seja com dinheiro ou com droga ou gastando com tudo que você tem vontade.”). Na entrevista com Carla verificamos uma mudança estrutural nessa motivação, na satisfação das vontades. Carla afirma que, quando mais nova, o acesso ao dinheiro estava associado à diversão. O exemplo citado pela entrevistada é seu acesso a um parque de diversões. Conforme a entrevistada “Brincar lá no parque, comer um monte de algodão doce. Depois voltava pra lá e fazia mais 40 reais e continuava brincando no Parque. Não sei quanto dinheiro eu já gastei naquele Parque. Pra mim era só isso.”.

Porém esse consumo para diversão toma nova forma quando, conforme a entrevistada, ela passa a ter malícia. O entrevistado Paulo utiliza uma palavra que designa esse mesmo conceito: “comecei a entrar na ganância, querer ganhar dinheiro fácil”. Ganância e Malícia aqui tomam um sentido diferente do consumo para diversão – embora, como adverte Carla, não perde a característica de ser também uma satisfação de vontade. Contudo, essa satisfação passa a ser obtida ao se sustentar uma relação de poder, de superioridade, por meio do parecer e do poder pagar. Conforme a entrevistada

“Quando eu comecei a ter malícia já não era mais aquilo. Já comecei a mudar meu point [local de convivência]. Já não era mais lá, era no shopping pra compra coisa cara, que não deixava de ser uma diversão. Imagina você chegar numa loja e dizer eu quero aquilo ali sem nem querer saber preço, se sabe que vai pagar”. O usufruir torna-se o ostentar, obter um status que demarca uma posição de poder superior. O poder pagar, como maneira supérflua de consumo é associado também ao dinheiro fácil, ao acesso a grandes quantidades de dinheiro, diferente do dinheiro que vem do trabalho formal. O dinheiro, visto como de fácil acesso, passa a ser consumido irrefreadamente com um consumo supérfluo. Essa questão será aprofundada na categoria trabalho.

5.2.1.3 Fama e Status

Como vimos, o consumo se complexifica na satisfação de uma vontade básica ou de diversão. Ele tem como traço a demarcação de uma posição de poder, tanto pelo parecer, como pelo poder pagar. Esse parecer cria um fetiche no traficante, como se ele buscasse uma aura que o retira de sua posição subalterna. Dois exemplos evidenciam isso nas entrevistas. Primeiramente, quando Carla relata “quando eu comecei a vender drogas, porque eu queria tá bem vestida. [...] porque eu queria tá bem vestida. Mesmo morando na rua eu queria estar bem vestida. Sempre as coisas que eu via na televisão, ou que eu via qualquer outra menina de classe alta vestida e eu queria tá igual”. Nesse exemplo, o consumo focalizado no parecer ser, é tido como uma negação da subordinação através do efetivo acesso aos bens consumidos por outra classe social.

Vemos a expressão do parecer ser como status de poder no desejo de Paulo em “pagar uma de patrão”. O patrão condensa dois sentidos diferentes da relação de poder. O primeiro se relaciona com o mesmo desejo expresso por Carla de consumir e parecer ser de outra classe (“andar nos pano [roupas], com um pisante [tênis] da hora [bonito, da moda], em carro pra cima e pra baixo”). Contudo, o “pagar de patrão” também designa uma posição hierárquica dentro do tráfico. E aqui, o conceito de “pagar de patrão” denota tomar uma aura de respeito e autoridade por meio da prática da violência. O status adquirido ao subjugar os outros pelo medo e pela violência tirânica atravessa o desejo de parecer/ser patrão. Conforme afirma Rodrigo: “sentia prazer naquilo pelo fato de todo mundo tá atrás de você pra quere te pagar e te dar dinheiro pra querer comprar”. As relações humanas serão trabalhadas como outra categoria abaixo.

Alcança posições de prestígio e poder passam a ser metas e sentido de se estar no tráfico. Vemos isso no relato de Carla “Na verdade eu nunca tive perspectiva pra sair

da rua, minha perspectiva era sempre crescer dentro da rua entendeu? Ganhar respeito ganhar visibilidade com os moradores de rua com os nória [usuários adictos de droga, especialmente de crack], com os polícia, com tudo. Eu queria era mostrar que eu era fodona, então a gente nunca conseguia guardar mais que 5 mil reais”. Diferente do desejo de parecer com a menina de outra classe, o desejo de ser patrão afirma um reconhecimento das raízes dentro de sua comunidade ou na rua, porém esses se sustentam por meio da violência e da exposição da capacidade de consumo.

O conceito de “pagar de patrão” é expresso também no termo “fodão da rua”, o qual designa “aquele que todo mundo paga pau”, ou seja, respeita, se subordina e sente inveja. Também encontramos esse conceito no “estilo maloqueirinho”, apresentado por Paulo como uma certa aura de atração para mulheres.

5.2.1.4 Uso de drogas

Conforme vimos acima, a entrada no tráfico geralmente está associada ao uso dessa mercadoria. Porém essa compreensão deve ser aprofundada. Todos os entrevistados tinham feito o uso de alguma forma de droga, porém o que demarca uma diferença entre eles é o uso de drogas dentro do narcotráfico. Todos os entrevistados afirmaram que usar drogas é diferente de traficar. Porém, há uma relação entre essas práticas. Conforme Rodrigo, seja usando ou vendendo, você faz parte de um sistema. Carla opina que “se tem traficante é porque tem usuário, se tem usuário é por que tem traficante. Eu acho que tem que trabalhar as duas problemáticas, as duas cabeças.” Rodrigo afirma: “você está pagando o que eles querem, porque eles distribuem pra depois prender. Que o interesse dele é o dinheiro. [...] É muito difícil uma pessoa que vende não usar. Essa pessoa que vende e não usa, ela faz alguma coisa ou ela bebe ou ela faz alguma outra coisa”. Assim o uso de drogas dentro do tráfico configura uma estratégia de controle e subordinação dos vendedores, ao mesmo tempo que garante a efetivação da venda, o dinheiro.

Essa lógica também se vincula com a lógica de entrar/permanecer no tráfico motivado pelo consumo da própria droga. Ou seja, você trafica pra poder consumir mais drogas. Isso é claramente compreendido na frase de Paulo: “Meu luxo era a droga. Se eu quisesse fumar muito, eu tinha que vender muito; se eu quisesse fumar pouco, vendia pouco”. Na história de vida de Paulo, o tráfico é acompanhado da dependência do pó, do álcool, do crack, até sua saída do tráfico. O entrevistado relata que o uso é incentivado pelo tráfico com um único objetivo “destruir mesmo, em questão da pessoa

ficar debilitada fisicamente, espiritualmente das drogas, tudo”. Carla afirma que as drogas ilícitas funcionam como “um refúgio pra pessoa, é mais como uma fuga. A pessoa tá fugindo de alguma coisa que foi imposta pra ela e não foi tratada. Não foi feita uma abordagem correta com essa pessoa e essa pessoa não teve, e o que ela fez, ela se refugiou na droga porque, querendo ou não, é um momento só seu ali, velho. Tu tá lá na tua lombra [sob o efeito da droga], é o momento em que tu consegue realmente viajar e ser feliz”.

Conforme todas as entrevistas, a minoria dos traficantes não usa droga. No entanto, ao usar drogas a sua submissão ao tráfico aumenta. Como aponta João, “quando tu vende as coisas, tu não pode usar não, se não tu fica aí devendo igual os cara aí.[...] a maioria [dos traficantes] usa”. É o caso de Carla que, por não usar drogas, se sobressaiu no tráfico, conseguindo acumular mais dinheiro e adquirir confiança do patrão e respeito do tráfico. Porém, por andar com mais dinheiro, sofreu duas tentativas de homicídio, pois outros traficantes queriam “ser mais malandros e assim se geravam os conflitos”. Conforme Carla, “quando tu não usa a droga, o consumo é voltado só pra ostentação e seu status aumenta”. A entrevistada afirma que, quando entrou em uma fase depressiva e começou a fazer uso de drogas, todo seu dinheiro era utilizado para pagar a própria droga.

5.2.1.5 Adrenalina³⁷

A adrenalina como motivação de entrada/permanência no tráfico apareceu em apenas duas entrevistas. (Acho que essa metáfora da adrenalina merecia um esclarecimento, não?)A adrenalina apareceu também como sensação de perigo, coisa excitante e convidativa. Esse sentimento não foi aprofundado em nenhum relato, porém figura-se como um dos motivadores para entrada/permanência no tráfico. Aparece nas seguintes frases: “isso seduz muito pela adrenalina,é uma adrenalina que a pessoa pode chegar a viciar ou acostumar com aquilo” e “A sensação de perigo, de correr perigo quando você tá usando é muito boa”.

Em contraponto à adrenalina, Rodrigo nos apresenta o tédio no cotidiano. Conforme o entrevistado, “Falta de opção de lazer na cidade, tem nada pra fazer. Aí dá tédio. Falta de esporte, alguma coisa. Não tem nada pra juventude na cidade. Aí não

³⁷ Gíria para situação vivenciada com extrema emoção.

trabalha, passa o dia todo em casa, não tem nada pra fazer. Aí o moleque vai vender droga, porque onde eu moro toda rua tem uma boca de fumo. Aí não tem pra onde ir”.

5.2.1.6 Sociedade, Imagem e Mídia

As expressões “sociedade” e “mídia” foram trazidas em duas entrevistas. As duas ganham quase o mesmo sentido, pois representam uma espécie de entidade abstrata que apresenta representações do tráfico e impõe imagens do que se deve ser. Essa categoria foi trazida em duas entrevistas. Vemos essa entidade mídia/sociedade nitidamente em ambos os relatos: (não entendi) “Você vê muito o que a mídia mostra que você tem que ter isso, você tem que ter aquilo”; e “[A pessoa entra no tráfico] atrás do dinheiro e de uma condição melhor de uma vida melhor, por influência da sociedade. Você cresce naquele meio, aí desde criança os mais velhos tão dizendo que é aquilo que você tem que fazer, que é dessa forma que funciona. Então você cresce com aquilo na sua cabeça que é assim que funciona”.

As imagens trazidas pela mídia, presentes em diversos relatos de Carla, trazem o modelo do que se deve ser – contudo, essa imagem é associada a bens de consumo: ser é ter. Aqui se forma o desejo pelos bens de consumo/supérfluos como meio de realização. Na afirmação de Carla “Mesmo morando na rua eu queria estar bem vestida. Sempre as coisas que eu via na televisão, ou que eu via qualquer outra menina de classe alta vestida e eu queria estar igual. Entendeu?”. Há um afastamento da realidade vivida, a situação de rua, e uma satisfação via o acesso aos bens de consumo como forma de conquista de parecer igual.

Porém, no relato da entrevistada, verificamos que esse sentimento se estrutura de maneira contraditória e dramática. Percebemos no fato do reconhecimento do aspecto ambíguo e contraditório de classificar a mídia tanto positivamente, ao garantir acesso à informação, como negativamente, enquanto imposição de um padrão. “A mídia” – diz Carla – “ela do mesmo jeito que é um veículo de informação positiva, é mais negativo do que positivo, porque ele está ali todo momento mostrando pra população, principalmente de baixa renda, que ele tem que seguir aquele padrão que ela está mostrando. Ali que ela está aplicando”. É interessante no relato que há uma percepção em Carla dessa futilidade dos bens de consumo/supérfluos demonstrado por meio de sua não preocupação se eles forem roubados, ao mesmo tempo de ter claro que não é uma coisa que ela deseja. O sentimento de gratificação reside em ser reconhecida em outra

posição de poder, diferente da imagem negativa de viver na rua: “Porque todo mundo pensa que morar na rua é leigo e burro, não sabe contar, não sabe nada”. Ao consumir, você deseja ser reconhecida como “burguesia”, podendo ser percebida como uma outra pessoa, numa outra relação de poder. “Velho, tipo assim, não tem como você falar que é uma coisa que você quer. É mais uma coisa que a sociedade impõe que você tenha, porque se você de uma forma ou de outra você não tiver bem vestida, se não tiver bem arrumado, você já é morador de rua. Você já tem uma imagem negativa. Então pra você um pouco que meio que pra se sobressair disso, desse fardo tão pesado, você acaba querendo se igualar a burguesia toda. Então assim quando eu me via vendendo droga, depois disso tudo no final da noite, eu tinha um dinheiro que dava pra no outro dia eu entrar num shopping desse e comprar o que eu quisesse. Mesmo que daqui a algumas horas alguém fosse me roubar, aquilo pra mim era muito gratificante.”

A imagem do tráfico se estrutura de maneira contraditória. Por um lado ela é justificada pelas demandas de consumo da sociedade - “é aquilo que você tem que fazer, que é dessa forma que funciona” para ter acesso ao dinheiro e a condições melhores de vida. Por outro lado, se a imagem do traficante bem sucedido – o “bandidão” – é vista como posição de status dentro do tráfico, perante a “sociedade” ela é marginal. Isso faz com que o jovem seja colocado em dilemas éticos e morais diante dessas duas imagens. Abordaremos melhor esses conflitos na categoria família e autopercepção.

5.2.1.7 Oportunidades

A categoria “oportunidades” reflete uma compreensão acerca dos limites sociais impostos para a livre escolha das pessoas, considerando a sua condição e posição que ocupa na sociedade. Nas duas entrevistas, a ausência de oportunidades está ligada à precariedade no acesso a meios de garantir o dinheiro, ou seja, o limitador diz respeito às precárias oportunidades de trabalho/emprego. Conforme Rodrigo “a gente nasce pelado, então tirar qualquer coisa já é bom, uma roupa, um tênis”. Assim, o limite de acesso ao trabalho e sua precarização que motivam a entrada no tráfico dizem respeito não a um limite do desenvolvimento humano, mas ao acesso ao dinheiro e aos objetos de consumo.

As oportunidades, porém, não são vistas individualmente, mas em uma perspectiva coletiva. Primeiramente, há uma reflexão sobre a falta de condições mínimas e oportunidades da própria família. Isso é percebido tanto quando Carla relata que o dinheiro do tráfico pode ser voltado para o bem coletivo da família, permitindo

que tanto o jovem quanto a família tenham acesso a bens que não teriam condições de adquirir.

Contudo, no caso da situação de rua, a situação é diferente, pois o tráfico se liga a uma necessidade de sobrevivência. Há, conforme reflexão de Carla, uma situação mais complexa e precarizada para essas pessoas, e para sobrevivência há apenas duas opções: traficar ou vender seu corpo.

Uma questão é essencial para a análise dessa categoria. Não há uma relação fatalista com o tráfico, há uma escolha presente aqui, porém com diversas limitações e algumas possibilidades. São essas limitações e possibilidades a essência do conceito de oportunidades. Essa escolha pode ser vista na análise de Carla para a entrada no narcotráfico: “Aí pra ele era uma coisa bem mais fácil de ganhar dinheiro porque o moleque vendia mil balinhas e ganhava dez reais, vendia mil cabecinhas de pó ganhava mil reais, entendeu? Então, assim, era uma diferença muito louca”. Assim, a categoria oportunidades apresenta a reflexão desses jovens sobre sua condição social e as escolhas tomadas diante das suas possibilidades de vida.

5.2.1.8 Outro lado do reconhecimento no tráfico.

Um dos motivadores da permanência no tráfico que apareceu apenas em uma das entrevistas é um aspecto negativo da fama/status. Conforme Rodrigo “ a pessoa já se vê numa situação onde já não consegue mais andar de boa, andar desarmado porque tem muita gente querendo matar, já não pode mais trabalhar”. Esse aspecto da rede de aprisionamento do tráfico, na qual a pessoa se fazendo conhecida pelas pessoas do tráfico, consumidores e policiais, não consegue facilmente se afastar. Esse aspecto não foi aprofundado na entrevista, mas figura-se importante, pois demarca uma situação de restrição da liberdade de escolha.

5.2.2 Elementos estruturais no narcotráfico

A segunda categoria aborda elementos relatados nas entrevistas como centrais para a estrutura do tráfico, dentre os quais: Tráfico como empresa com patrão; Endividamento; Ocupação no tráfico e cotidiano.

5.2.2.1 Tráfico como empresa com patrão

A categoria empresa expressa a organização interna do tráfico, bem como as suas estruturas hierárquicas. Dentre as cinco entrevistas, observamos compreensões

dessa empresa que partem de lugar distintos. O primeiro entrevistado ocupa o cargo de dono da boca, tendo uma visão mais ampla dessa empresa. Os dois últimos entrevistados somente ocuparam os cargos mais baixos, somente de aviõezinhos [vender a droga]. A segunda e terceira entrevista foram com pessoas que trabalharam como aviõezinhos, mas também já fizeram o repasse do dono da boca para outros aviõezinhos.

Dividiremos nesses três grupos os relatos, pois trazem elementos diferentes sobre o funcionamento dessa empresa. Iniciando pelo grupo dos entrevistados que foram apenas aviõezinhos, verificamos três pontos de destaque na concepção do tráfico como uma empresa. Em primeiro lugar, a entrada no tráfico se dá via contato na compra da droga e, posteriormente, os aviõezinhos são selecionados pelo patrão (o dono da boca, nesse caso). O segundo aspecto é que, no tráfico, há acordos firmados com regras, dentre as quais o fundamental é reconhecer-se enquanto subordinado ao serviço do patrão, respeitando-o. Conforme João, “Não pode caguetar [revelar segredo, quebrar o sigilo, principalmente para a polícia] quem é o dono da droga. Se pegar tu aqui, tu não vai falar quem é o dono da droga, tu vai ter que assumir. É muito páia [ruim, triste, frustrante], tu ficar tomando taca de gambé [apanhando]. Uma vez eu tomei uma que eu fiquei três dias de cama.”. É interessante abordar aqui, a compreensão desses jovens de sua posição nessa empresa. Além da percepção de que ganham muito menos do que os cargos hierarquicamente superiores dessa empresa, eles reconhecem que precisam dos aviõezinhos, porém podem ser quaisquer aviõezinhos. Essa relação de subordinação e ao mesmo tempo reconhecimento é perceptível nos seguintes relatos de João e André. Respectivamente: “É os bicho ganha em cima de nós né? Se cresce em cima de nós porque sem nós eles não é nada. Eles não vai se arriscar ficar vendendo droga pra ficar na cadeia [...] o maior [no contexto da pergunta era relacionado a idade, porém há uma ambiguidade no sentido de “maior” que trataremos na categoria trabalho infantil] é o que tá fornecendo a droga. Mas eles não mexem não, ele só entrega pro de menor e o de menor trabalha. Ele só quer saber do dinheiro dele” e “Eles [donos da boca] não quer se sujar, eles bota os de menor, que é pra vender pra eles, fazer tudo pra eles, eles quer é ganhar dinheiro”.

Assim, na percepção desses jovens, que apenas ocuparam cargos de aviõezinhos, há na empresa do tráfico um contrato claro entre as partes e uma subordinação em relação a hierarquia do tráfico.

O segundo grupo que abordaremos é o dos jovens que ocuparam outros cargos além de aviõezinhos, porém nunca foram donos de uma boca. A posição de atravessador pode ser compreendida no relato de Carla. “Tipo assim, pegava por 25 reais uma lata de merla e passava pra mim por 35 reais entendeu? Quando eu não queria trabalhar, eu passava pra uma outra pessoa por 45 reais, sempre ganhando 15 de uma pessoa. Quando eu comecei a descobrir e criar coragem pra ir nas bocada, eu comecei a pegar a minha própria droga, eu já ia lá. Eu fazia negócio com os cara porque eu ganhava bem mais com isso. Aqui com 50 reais e pegava duas latas de merla, na bocada, a gente pegava 4 latas. A gente começou a perceber que tava dando mais lucro, só que aí você tinha que conhecer as pessoas”. Carla ainda destaca que quando você desenvolve um contato direto com o dono da boca, você está trabalhando pra si mesmo e ganha mais. Ou seja, para a entrevistada, tendo confiança do patrão/dono da boca, você pode ser autônoma ou ainda ter outros subordinados.

Paulo traz um conceito diferente do apresentado até aqui. Para ele “na verdade quem traficava era o patrão”, o aviãozinho só vende droga pra ele. O entrevistado relata que na venda “70% é do patrão, 30% é do aviãozinho”. Paulo conseguiu respeito do dono da boca e ocupava outro cargo dentro dessa empresa. Esse cargo pode ser visto no seguinte relato: “Tinha uns patrão [que] me respeitava, [...] Botava o revólver na mão e tal, falava que se mexesse, podia sentar o dedo mesmo. Graças a Deus, eu nunca tive que fazer isso não”. Paulo, ao mesmo tempo em que vendia, tinha um poder de fiscalização dos outros aviõezinhos.

Por fim, a compreensão de tráfico como empresa é apresentada com uma maior complexidade por Rodrigo. O entrevistado, que ocupa o cargo de dono de boca, conceitua diretamente o tráfico como uma empresa, qualificando-a como desorganizada. Conforme ele, “Você começa a conhecer outras pessoas que tem mais acesso a grande quantidade, que vai fornecer, e assim continua como se fosse uma empresa desorganizada em alguns lugares. [...] Bom uma empresa desorganizada porque tem o patrão. Você pega, você tem que pagar tem que prestar conta daquilo ali tudo e uma empresa desorganizada, aqui no nosso caso no Distrito Federal, porque tem outros locais que são empresas organizadas”.

O jovem qualifica o tráfico como empresa, pois predispõe relações entre as pessoas para venda da droga e tem um patrão, que conforme Rodrigo “são os poderosos, os governos, alguém muito poderoso, que o dinheiro todinho vai pra um só lugar que é

o poder e o sistema, o governo”. O entrevistado, mesmo sendo dono de boca, coloca que as pessoas ou entidades que recebem esse dinheiro que circula em suas mãos e de todos seus subordinados estão muito longe de seu alcance, tornando-se um ente abstrato: o poder, o sistema, o governo. Isso nos permite compreender também a característica dada pelo jovem a essa empresa, desorganizada.

Contraditoriamente, a empresa desorganizada é qualificada enquanto aquela onde você não tem patrão, nem empregados. É uma empresa com relações humanas complexas e alienadas que cria a ilusão, conforme Rodrigo que “é cada um por si” e as relações se simplificam a oferecer uma quantidade de droga para venda, estabelecer uma relação de dívida, subordinação e de ameaça caso não haja o pagamento. A ilusão criada na empresa desorganizada do tráfico é um conflito dramático de duas imagens. Em uma você está por si, não está em uma organização e não tem nenhum comando sobre você. Em outra imagem, o traficante sente-se subordinado a outros pelo medo, dentro de uma organização complexa, na qual ele é apenas uma força de trabalho substituível.

Esse drama pode ser captado nos relatos de Rodrigo “Eu me sinto explorado, mas não por quem está ao meu redor e sim pelo sistema, me sinto explorado pelo poder, pelo governo que eu nem sei quem é. Por eles eu me sinto explorado e isso me revolta. [...] Na altura que tá, só se você entrar no jogo deles e conseguir mudar alguma coisa, tirar alguma coisa. [...] Qualquer coisa, porque a gente nasce pelado então tirar qualquer coisa já é bom, uma roupa um tênis, bom às vezes nem isso dá pra tirar”. Assim esse drama de se sentir explorado naquele espaço que é o único possível para conquista de bens de consumo traduz o drama da empresa moderna reproduzida fielmente no mercado do narcotráfico.

5.2.2.2 Endividamento

Apresentamos brevemente na categoria anterior que o endividamento apareceu nas entrevistas como uma das formas centrais de sociabilidade no tráfico. A generalização do cada um por si, como se a única ética do tráfico gravitasse em torno do dinheiro, é reconhecida na categoria “endividamento”. O elo que se estabelece é o do dever pagar. A confiança entre dono de boca e seus subordinados se estabelece na capacidade dos subordinados poderem trazer o dinheiro novamente ao patrão. A essa capacidade se vinculam: a capacidade de venda mesmo, conhecer público consumidor e locais de venda, não perder a droga para a polícia e o não fazer uso abusivo da droga – a

menos que a pessoa consiga reverter esse uso em dinheiro. É importante lembrar, conforme já debatemos na categoria “uso de drogas no tráfico”, a própria venda prevê o uso de alguma droga.

Assim, contraditoriamente, um traficante bem esperto – conforme João – “é aquele que entra no tráfico pra não ficar devendo”. A principal contradição está em conseguir enriquecer ao mesmo tempo que a dívida é estabelecida como um dos aspectos centrais que firmam as relações humanas de subordinação no tráfico. A disputa de poder reside aí, numa esperança de inverter essa hierarquia, porém essa se funda na própria subordinação dessas pessoas. Em outras palavras há um comando totalitário revestido ilusoriamente por uma falta de comando, a qual leva as pessoas envolvidas no tráfico a se imaginarem sós, cada uma por si.

5.2.2.3 Ocupação no tráfico e cotidiano

A categoria “cotidiano” no tráfico reflete a relação das atividades do tráfico dentro da vida dos entrevistados, posição que ocupa, tempo investido e relação com outras práticas. O que aparece nas entrevistas é a sobrelevação da atividade no tráfico, em especial pelo tempo investido nessa atividade. Vejamos nesses quatro relatos:

- “Trabalhava, ficava a noite todinha morrendo de sono onde os traficante ia, eu ia atrás porque eu tava segurando droga dele pra ganhar uma micharia”;

- “Quando eu dormia, porque tinha vez de eu ficar uma semana acordado de cabo a rabo noite e dia, noite e dia, a droga me mantinha acordado sempre na mesma rotina. Rodoviária, Setor Sul e Norte. Aí ficava o dia todo no corre. Como eu era mais aviãozinho de noite, tinha uns para vender forte também. Eu sempre vendia mais de dia porque de dia dava pra mim fazer um dinheiro mais alto porque os patrão de noite botava um pedaço pros cara por dez conto e eu não podia botar senão não fazia o dinheiro, nem do patrão. Aí de dia eu rendia mais, matava na unha os cara aí, era a mesma rotina sempre era mais de dia. [...] Todo dia quando eu tava acordado. Era todo dia, tinha vezes que eu dormia dois dias, acordava mesmo só comia. Tinha vezes que eu, por ficar acordado muitos dias, tava almoçando no restaurante e caía com a cara no prato o trem é feio né? Fácil não.”

- “É tipo assim umas dez horas eu já levantava já e já ia pro corre. Ficava lá aí com o dinheiro que eu ganhava. Eu ia lanchava comia alguma coisa e voltava de novo até umas seis horas, ia em casa tomava um banho e voltava até umas dez horas onze horas”.

- “Eu vendia o dia todo na rua chegava em casa só de noite. [...] [começava] umas nove horas, tinha dia que eu chegava em casa umas quatro horas da manhã. [...] [pra virar a noite] usava cocaína. [...] E rápido demais. Em uma hora eu vendia vinte gramas, rapidão”.

Esse cotidiano no tráfico demanda também tempo para conhecer os pontos de venda e sem a abordagem da polícia. Esse tema será debatido mais amplamente na categoria “aprendizagens no tráfico”. Além disso, em diversas entrevistas apareceram a vinculação entre essa exaustiva jornada do tráfico com o uso de drogas ilícitas e lícitas

(álcool e cigarro) para suportar esse ritmo. A contradição que reside aqui é entre o desejo de melhoria das condições vida e as péssimas condições de vida que o tráfico provoca.

5.2.3 Trabalho e tráfico de drogas

A terceira categoria levantada no agrupamento por conceitos foi a relação entre trabalho e tráfico. Nas entrevistas categorizamos três elementos para compreender essa categoria: O que é trabalho?; O tráfico é um trabalho?; Trabalho legal.

5.2.3.1 O que é trabalho?

A categoria trabalho foi heterogênea nas entrevistas. Dois sentidos contraditórios apareceram com destaque. Por um lado, o conceito de trabalho é associado aos conceitos de trabalho digno e dinheiro suado. O trabalho digno está vinculado a uma concepção de um trabalho que não faz mal a ninguém, contrário ao tráfico. A questão do dinheiro suado se relaciona ao salário valorizado via trabalho formal ou informal lícito. Abordaremos essa concepção de trabalho formal adiante como categoria específica. Esse sentido de trabalho é vinculado também a uma modalidade de trabalho valorizada pelas famílias (“Hoje eu trabalho, vou ter filho pra criar”), por não oferecer riscos e, ao mesmo tempo, não provocar danos para ninguém. Embora esse trabalho digno seja valorizado, ele também é tido como uma obrigação ou necessidade que não traz prazer.

A outra face de trabalho que aparece nas entrevistas é mais ampla, pois abarca tanto os trabalhos lícitos como ilícitos. Trata-se da compreensão de trabalho como servidão. Conforme Rodrigo, “[trabalho] É servir alguém, alguma pessoa, você tá trabalhando quando você tá servindo alguém e no tráfico é a mesma coisa”. O trabalho como situação de servidão prevê uma subordinação com intuito de prover dinheiro como forma de garantir os bens de consumo para sobrevivência e, ao mesmo tempo, marca uma hierarquização de poder: “Se você não tiver num patamar grande você tá pra servir os outros”.

5.2.3.2 O tráfico é um trabalho?

Ainda dentro da categoria trabalho, identificamos sentidos diferentes relacionados à comparação deste com o tráfico. O tráfico é identificado como trabalho por alguns entrevistados por figurar como um meio de vida, que perpassa uma escolha e um estilo de vida. Conforme essa posição, todo o trabalho – seja legal ou ilegal – é uma

escolha dentre vários outros meios de garantir a vida. Carla compara o trabalho do tráfico ao trabalho de qualquer ambulante. Para a entrevistada o que diferencia o trabalho no tráfico, não é a atividade, mas a mercadoria ou produto que está sendo vendido. A mercadoria do tráfico é nociva e todos têm consciência disso. Porém é uma empresa que se estrutura como outras e o trabalho ou atividade realizada é a mesma.

A separação de um julgamento moral da atividade e da mercadoria é vista no relato de Carla de sua vivência na venda de drogas quando era criança: “Eu tô falando pra você que pra mim era tão natural, tão natural que era como se eu tivesse no sinal vendendo água”. Como vimos anteriormente, o desenvolvimento do sentido dessa atividade para Carla passou por três momentos: 1) identificação enquanto brincadeira e diversão; 2) identificação como trabalho e, tendo malícia, como forma de ter acesso a dinheiro e bens de consumo básicos e supérfluos, além de status dentro do tráfico; 3) identificação como um trabalho ilegal, não aceito socialmente por ter uma mercadoria nociva e por impossibilitar a construção de sua família. Esses três sentidos da mesma atividade demarcam a contradição da concepção da venda de drogas.

Ainda, Carla ressalta o tráfico como trabalho porque compreende que os traficantes sustentam uma economia e pela valorização do esforço dessas pessoas. Conforme Carla “Por isso que eu te falo que é um trabalho, é um trabalho sim, velho, porque querendo ou não, a sociedade dizendo que não, é um trabalho. Olha o esforço que o moleque tem, quantas noites o moleque não ficou acordado pra ter um tênis bom, quantas noites o moleque não ficou correndo da polícia, apanhando de polícia, as polícia forjando coisa em cima dele pra ele. Tipo, mesmo que seja uma coisa meio que imaginária da cabeça dele, ilusória da cabeça dele, olha o percurso que ele fez pra ele consegui chegar na casa dele, pagar um aluguel mesmo que tenha uma casa. Porque de qualquer forma o moleque usa aquele dinheiro pra alguma coisa ou bem só dele ou pro bem coletivo da família dele. É muito difícil você vê um traficante que ele tá pegando o dinheiro só pra ostentar, só pra usufruir não é, entendeu, ele vai usufruir ele vai, vai comprar as coisa, massa, pra ele vai querer crescer dentro da periferia, ele vai querer ser o bonitinho que anda sempre com os mizuno [marca de tênis] aí de dois mil reais. Mas ele também coloca alguma coisa dentro da casa dele, ele vai lá e faz uma cesta pra mãe dele, ele faz uma coisa pro filho dele, os filhos dele são muito bem tratados. Eu conheço filho de traficante que tem plano de saúde, eu não tenho plano de saúde”.

Por outro lado, alguns entrevistados relataram que o tráfico em alguns contextos pode ser um trabalho e em outros não. Para Paulo, o tráfico é um crime e não é visto pela sociedade como trabalho. O entrevistado associa o tráfico ao crime, pois o traficante sabe que a droga está destruindo várias famílias. Por outro lado, dentro do tráfico essa prática pode ser reconhecida como trabalho devido ao esforço é que empreendido pelas pessoas. A fala de Paulo demarca uma divisão de mundos: entre mundo do tráfico e a sociedade.

Para André, o tráfico pode ser um trabalho quando você está desempregado. Ao mesmo tempo, o entrevistado afirma que o tráfico era um “corre” [atividade pontual para gerar dinheiro] e não um trabalho. A diferenciação do jovem residia na diferença entre dinheiro digno e dinheiro fácil. Essa diferenciação também esteve presente na fala de João, porém equivalendo dinheiro digno com dinheiro suado. A dicotomia entre dinheiro digno/suado e dinheiro fácil relaciona-se, nesse caso, com os fins da atividade. Enquanto o dinheiro suado destina-se a garantir os bens de consumo para sobrevivência da família (reconhecendo o tráfico como trabalho justificável quando se está desempregado, o dinheiro fácil se relaciona com gastos visando bens de consumo “supérfluos” para status, desejo e drogas (“Dinheiro de droga, se pega ele e, no outro dia, você não tem nada. Você gasta rapidão no mundão”). João ainda associa o dinheiro fácil aos riscos em relação a ser preso ou sofrer alguma violência por conta do tráfico ser reconhecido como crime.

5.2.3.3 Trabalho legal

O trabalho formal, conforme vimos, é associado ao dinheiro digno e suado que não oferece riscos à pessoa e sua família, nem aos consumidores de seus produtos. Paulo conceitua esse trabalho como a vida do trabalhador com liberdade, na qual “você pode sair e ir para qualquer lugar, ir e voltar a hora que quiser”. Em todas as entrevistas está presente a incompatibilidade de ter uma família estando na vida do tráfico. O trabalho formal traz a possibilidade para a construção de uma família.

Contudo, o trabalho legal também é visto negativamente pelos entrevistados. Em primeiro lugar, pela diferença do dinheiro recebido pela atividade (“se eu trabalhasse [legalmente], eu ia trabalhar o mês inteiro pra ganhar menos da metade do que eu ia ganhar em uma noite [no tráfico]”). Em segundo lugar, relata-se a questão de autonomia no trabalho. Conforme já apresentamos, a questão de cobrança no tráfico é essencialmente dada pelo endividamento e violência, mas confere uma certa autonomia

da organização da própria atividade. O trabalho legal, principalmente o formal, determina regras mais fixas (“Eu vou querer trabalhar pra quê? Ficar ouvindo esporro [broncas e cobranças, associadas a humilhação], ter que cumprir com horário. Não. Quem fazia meu horário era eu, uai”). A questão da contradição do trabalho legal está sintetizada em um relato de Carla: “Esse trabalho formal pra mim é uma merda e uma coisa muito ruim. Eu não gosto, não vou mentir. Por mim, eu não trabalharia, mas também não queria viver à toa. Ao mesmo tempo eu queria um trabalho porque eu preciso me manter de forma legal, porque pra eu ser vista como uma pessoa legal e na lei certinho eu preciso de um trabalho legalizado. Não posso viver no tráfico porque é um trabalho ilícito. Eu não gosto de falar de trabalho, dá trabalho [a entrevistada ri]”.

Dessa forma, percebemos que o trabalho legal, ao mesmo tempo em que é visto positivamente – por possibilitar que seus trabalhadores sejam reconhecidos como cidadãos e possam constituir família –, é visto negativamente – pois sua organização, tempo, função e compreensão de autonomia são totalmente diferentes do foi vivenciado por esses jovens no tráfico.

5.2.4 Trabalho infantil no narcotráfico

Como categoria fundamental para nossa pesquisa, o conceito de trabalho infantil apareceu nas entrevistas com quatro elementos motivadores e duas concepções de relação adultos e crianças. Encontramos os seguintes elementos: motivo exemplo dos adultos; motivo pagar menos; motivo medida socioeducativa ineficaz; fuga do controle dos pais; crianças como “menores” e “robozinhos”; trabalho infantil fora do tráfico.

5.2.4.1. Motivo exemplo dos adultos

Nos relatos analisados, encontramos como primeiro elemento motivador do trabalho infantil a influência dos adultos. Conforme Rodrigo, “Por dois motivos [as crianças e adolescentes estão no tráfico]. Primeiro por influência de maiores e segundo porque eles mesmos querem”. Assim, os adultos que estão no tráfico convivem com crianças e adolescentes e atuam como modelos para elas. Esse é um elemento fulcral para a decisão dessas crianças entrarem no tráfico, seguirem modelos de adultos que tenham sentido com sua história.

5.2.3.1 Motivo pagar menos

Um segundo elemento motivador está na preferência dos adultos do tráfico por contratarem a força de trabalho de crianças e adolescentes pelo menor custo do serviço

prestado por elas. As crianças e adolescentes desconhecem o funcionamento interno, os valores desse trabalho, o veem como brincadeira e percebem os adultos como modelos. Conforme João, “o dinheiro que os menor cobra é mais barato”. A diferença do valor recebido na venda é aparente, conforme Paulo: “70% é do patrão e 30% é do aviãozinho”. Lembrando que esses 30% recebidos podem chegar a zero quando o aviãozinho é usuário, pois esse dinheiro será utilizado para pagar dívida de uso da droga. Nesses casos, efetivamente o aviãozinho não ficará com nenhum dinheiro.

5.2.3.2 Motivo medida socioeducativa ineficaz

Segundo quatro dos entrevistados, o terceiro elemento motivador para as crianças e adolescentes entrarem no tráfico reside na ineficiência do Sistema Socioeducativo e no pequeno tempo de internação. Segundo esses entrevistados, o tempo de permanência na internação não corrige e transforma os jovens, reforçar a permanência no tráfico e ampliar a sensação de impunidade de crimes (“gente, se eu soubesse que se eu fosse presa por tráfico, eu ficaria(?) menos de um ano, eu tinha sido traficante bem mais cedo”; “É muito mais fácil [colocar criança e adolescente para traficar] e também porque os de menor pode matar, fazer o que quiser que não dá nada”). Embora essa argumentação possa nos levar para a compreensão da necessidade do aumento do período da pena de internação, os entrevistados enfatizam a ineficiência do próprio sistema socioeducativo em oportunizar outras escolhas. Conforme Paulo, “Na internação tinha uns, não sei que ideia de jerico era aquela deles de mandar o menor ir pra escola, tinha uma escolinha deles improvisada lá dentro. Mas o menor que vai ficar 45 dias lá vai aprender o quê? Vai aprender nada”.

5.2.3.3 Fuga do controle dos pais

O elemento motivador para as crianças e adolescentes de fugir do controle dos pais esteve presente apenas nos jovens que tiveram vivência em situação de rua. A questão dos conflitos familiares, como no caso de Paulo – que apanhava da mãe – ou nos casos relatados por Carla – no qual os pais exploraram as crianças – leva a uma fuga de casa e no distanciamento da relação com os pais. Isso é constado nos dois discursos dos entrevistados que fugiram de casa e foram morar na rua. O tráfico figura, nesses casos, como uma oportunidade de sustento sem um controle direto de adultos, conferindo certa autonomia às crianças. Frente ao abandono de cuidado dos adultos, as crianças e adolescentes vêm uma forma delas mesmas proverem suas necessidades e fugir de qualquer forma de controle e violência constante dos adultos.

5.2.3.4 Crianças como “menores” e “robozinhos”

Para analisar essa concepção de crianças como “menores” e “robozinhos” precisamos novamente separar nossa análise de acordo com a posição que os entrevistados ocupavam no tráfico. As concepções de criança e adolescente serão apresentadas primeiro advindas do entrevistado que é dono de boca e, em um segundo momento, as dos aviõezinhos ou repassadores. Optamos por essa separação, pois a posição hierárquica estabelecida possivelmente muda o olhar sobre crianças e adolescentes.

Conforme Rodrigo, dono de uma boca, as crianças são vistas no tráfico “como robozinhos, aquelas pessoas que você manda. Se você manda eles matar, eles vai lá e mata. Se você manda ele passar droga, eles vai lá e faz. Se você manda eles roubar, ele vai lá e rouba”. O principal motivo, segundo o entrevistado para elas estarem ali é conviverem com os adultos no mundo do tráfico: “Só pra tá ali ao lado usando droga, vivendo disso, que a vida é isso quando tá nesse mundo. A vida é isso, vender droga ficar usando gastando dinheiro por aí”.

Conforme Rodrigo, as crianças têm atividades diferentes no tráfico: “o de doze vai tá na rua passando a droga, porque o menor vai tá mais ali na rua mais na atividade”. A posição ocupada pelo “menor” aqui é de maior risco e de trabalho direto, a posição do “maior” é organizativa.

Um conceito essencial trazido por Rodrigo é que a concepção de menor ou maior não diz respeito à faixa etária, mas à posição que a pessoa ocupa no tráfico: “existem várias posições, tem cara de vinte, de trinta, que tá na posição de garoto de quinze, então varia muito”. Para o entrevistado, “uma posição de doze seria o robozinho. Tem muito de vinte e três sendo robozinho também. Um maior coloca a arma na mão de um menor e manda matar, o maior não vai fazer isso, ele não vai atrás de ninguém não”. Os conceitos no tráfico de criança, adolescente e adultos são substituídos pelos termos “de maior” e “de menor”, uma apropriação dos conceitos da doutrina menorista do Código de Menores que – embora tenha sido superado há mais de duas décadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – continua sendo um vocabulário operado pela mídia e principalmente pelas políticas de segurança pública. Nessa apropriação, os termos “de maior” e “de menor” passam a não ser representados somente por idades, mas significar principalmente posições hierárquicas de poder. O

mundo do narcotráfico regula esse conceito, deixando de lado a concepção de proteção à criança e ao adolescente.

O cerne da questão se centra nas relações estabelecidas entre essas pessoas, o que é expresso na palavra “robozinhos”. Quando questionado sobre qual a sensação de ter robozinhos trabalhando para ele, Rodrigo responde: “Na verdade, assim eu nunca senti nada, nem de gratificação nem nada, pelo contrário... Mas pelo fato dessas pessoas estarem sempre ao lado, você querendo ou não, ela tá do teu lado, não sei se é porque você tem as drogas, se você tem o dinheiro, mas é isso. Ela tá ali ou porque gosta ou porque quer só participar [...] O ‘pelo contrário’ porque eu sempre preferi fazer eu mesmo do que ficar pedindo pra alguém, porque se dá errado o prejuízo é só meu”. A relação que se estabelece aqui é entre uma pessoa e seus instrumentos. Os menores tornam-se instrumentos que o rodeiam e perde-se qualquer sentido de convivência com eles: “eu nunca senti nada”. Ao fim, o sentimento restante nesse espaço é a solidão de só poder contar consigo mesmo.

Buscando mudar de posição, quando o entrevistado é perguntado se já foi “robozinho”, ele relata que não tem ideia, pois naquela “idade/posição” ele via a situação de outra forma, não tinha consciência sobre isso. Essa relação de ser posto enquanto robozinhos é sentida pelos demais entrevistados que ocuparam posições de “menores”. André relata que um dos seus aprendizados no tráfico é sobre essa relação: “É que tu chega. Tu começa. Tu tá com dinheiro. Aí tu gasta com todo mundo ali. Aí quando os mais velho tem dinheiro, os cara some. Tem que aprender isso aí tudo, a malandragem, as conversinha. Assim eu não gosto não. Eu chegava na roda com dinheiro, pegava mais de cinquenta reais de maconha e botava pra todo mundo. Aí os cara, quando tinha, deixava eu na mão”. Para o jovem a relação entre pessoas se reduz a estratégias de alcançar lucro (“Eles não quer é se sujar, eles bota os de menor que é pra vender pra eles, fazer tudo pra eles, querem é ganhar dinheiro”). Essa questão aparece de diversas formas no relato de todos os entrevistados que ocuparam posição de “menores” (“Aí depois eu comecei a trabalhar, ia ficar trabalhando pros outros, velho?”; “na verdade quem traficava era o patrão. Eu só era o aviãozinho, eu só vendia droga pra ele.”; “É os bicho ganha em cima de nós né? Se cresce em cima de nós porque sem nós, eles não é nada. Eles não vai se arriscar ficar vendendo droga pra ficar na cadeia”; “Pode ver se for um maior, mesmo o maior é o que tá fornecendo a droga. Mas eles não mexe não, ele só entrega pro de menor e o de menor trabalha. Ele só quer saber do

dinheiro dele.”). Percebe-se nesses relatos, que os jovens possuem consciência da exploração que estão submetidos nas posições de subordinação que ocupam. Contudo, essa subordinação se transforma em uma objetificação generalizada, fazendo com o que reine no tráfico seja a competição e a violência tirânica.

5.2.3.5 Trabalho infantil fora do tráfico

Em apenas uma entrevista apareceu o conceito de trabalho infantil fora do tráfico. Na entrevista, fica clara uma posição contrária à exploração do trabalho das crianças e adolescentes por parte dos pais (“Porque os pais exploravam as crianças. Forçavam as crianças a irem trabalhar, aí o moleque não queria trabalhar, fugia dos pais”).

Contudo, a entrevistada aponta que se a criança for impossibilitada de ter acesso a dinheiro para adquirir seus bens de consumo desejados, ele irá procurar uma forma de adquirir “dinheiro fácil”. Caso a criança seja atraída para o tráfico pelo acesso ao dinheiro de uma noite de “corre”, a criança ou adolescente verá um meio real de adquirir os objetos de seu desejo e se vinculará ao tráfico. Assim, o afastamento da criança do trabalho só intensifica sua relação com o tráfico. Carla pontua que é a favor de programas como Aprendiz ou Projovem que buscam construir de forma educativa a relação do adolescente com o mundo do trabalho. Para a entrevistada, é essencial que o adolescente não seja lançado diretamente no mercado de trabalho, mas que haja uma prática educacional que o faça compreender as relações entre dinheiro e consumo, fazendo com ele desenvolva uma “estrutura psicológica” para continuar no trabalho.

5.2.4 Vida, Violência e Criminalidade

Esta categoria se refere as concepções de vida e convívio com a violência no tráfico. Para apresentá-las, elencamos os relatos desses temas nas duas categorias seguintes:

5.2.4.1 Valor da vida/morte

Os conceitos de vida e morte apresentam intrínseca relação e por isso os abordaremos como unidade. O tráfico traz a banalização da morte como um fato cotidiano. O ato de matar, conforme já mostramos anteriormente, é realizado como uma operação mecânica praticada por instrumentos, os “robozinhos”. O ato de matar pode advir de ordens distantes e tirânicas e por motivos fúteis e banais, sem eco nenhum além da propagação da violência. A morte, assim, perde seu sentido e, ao mesmo tempo,

transforma o valor da vida. Na “vida do crime” ou no “mundo do tráfico”, expressões usadas pelos entrevistados, a vida se reduz a “vender droga, ficar usando e gastando dinheiro por aí”.

Diversos relatos dos entrevistados expressam essa despreocupação com o risco à vida. Observamos isso nos seguintes relatos: “As pessoas, elas não tão preocupadas se elas vão levar um tiro aí no meio da madrugada vendendo droga. Ela não tá preocupada se a polícia vai pegar ela de madrugada vendendo droga. Ele simplesmente vai pegar as drogas e vai vender”; “Eu tava disposta a meter a cara, mesmo pra correr os riscos de ser presa, neguinho arrumar casinha³⁸ pra mim, morrer pelas mãos dos próprios usuários de drogas, pelos mesmos traficantes que compravam droga, isso era a coisa que mais acontecia aqui”.

Ao se tornar “robozinho” o adolescente é instrumentalizado para a violência, ele passa a ter o poder de matar e esse poder é operado mecanicamente pelo “patrão”. Como diz Paulo, “[o patrão] botava revólver na mão e tal. Falava que se mexesse, podia sentar o dedo mesmo. Graças a Deus, eu nunca tive que fazer isso não”. Esse jovem conta que, quando adolescente, teve acesso a várias armas: “Uma não, várias. Tinha vez do patrão chegar com duas pistolas na cintura, moço. Duas .40 [revólver calibre .40, pistola mais utilizada pela Polícia brasileira] e falar para nós matar.” O jovem também relata a presença da troca de tiros entre grupos rivais e do risco à vida, bem como de situações em que o adolescente precisa atirar em alguém que ele sequer conhece – por ordem do patrão – sendo que é ele que sofre as consequências. “Sempre tinha uns rival e tal. Aí rolava aquela troca de tiro de vez em quando. Inclusive, teve uma garota que morreu por conta disso. Ela deu uns tiros na reta [em direção] de uns cara. Não conhecia os cara. Na mesma noite os cara voltou e sentaram nela oito tiros de 380 [pistola calibre .380 Auto]”.

O entrevistado aponta que, embora os adolescentes do tráfico queiram se diferenciar dos adolescentes que são usuários de drogas, ambos precisam ter as mesmas atitudes: roubar, matar e destruir. “A maioria das pessoas que usa crack já é discriminado e tal, chamado de noiado, e os traficantes, entre aspas, [o entrevistado retoma que os adolescentes apesar de se considerarem traficantes, são apenas aviãozinhos], que quer ser os bonzão, quer entrar numas com [provocar] os moleque

³⁸Nas palavras da entrevistada, “Arrumar casinha é você fazer uma emboscada para pessoa, entendeu? É que acontecia muito. Eu sei de duas pessoas que morreram por casinha. Mas muitas pessoas foram agredidas por casinha”.

que usa o crack, sendo ele que não sabe que os moleque que usa crack tem as mesmas atitudes que ele de matar, roubar e destruir.” Essas atitudes fogem da intenção dos adolescentes e por isso os aproximam do descontrole dos “noiados”. Ambos submetidos às drogas – uns à adicção, outros ao controle do patrão. “O cara que está na vida do crime, às vezes, ele tem essas atitudes. Não estou dizendo que ele quer aquilo para ele, mas ele tem essas atitudes.”

O risco de morte é constante. Com diz o entrevistado Paulo “Acontecia um monte de coisa né? De morte à facada, tudo. Quem pegava e não pagava era mal, não tinha conversa. Os cara não perdoava, já vi uns camarada levar uns tiro, outros morrer, levar facada, esses tipo de coisa.” O adolescente João também fala sobre a experiência de perder amigos no tráfico: “Um amigão meu mesmo é finado. [...] De tiro.[...] hoje de manhãzinha moço. Aqui na Comunidade, aqui não tem como não saber. Sei lá, senti pena demais do meu amigo nessa vida do crime. Ele era novinho, dezesseis anos, minha idade, ele tinha e ainda deixou um filho. Eu acho que eu fiquei sabendo que a mulher dele tava grávida.”

A morte não está somente relacionada ao confronto e à vingança. Segundo Carla, pode ocorrer por qualquer motivo no tráfico. Inclusive, por inveja: “acabava fazendo casinha porque via que você tava sobressaindo. Pelo fato de eu não usar droga ainda, eu acabava me sobressaindo em vista de outra pessoa. [...] então aquilo já gerava uma inveja, e assim ia, tudo era motivo de briga, tudo era motivo de morte.” Carla já sofreu duas tentativas de homicídio por esse motivo: “eu já sofri duas tentativas de homicídio, mas graças a Deus, Deus foi muito bom comigo e eu me livreí das duas, mas tem pessoas que andavam comigo que morreram em casinhas justamente por isso”.

No entanto, conforme afirma Rodrigo, embora o risco de morte pese e seja cotidiano, o adolescente não se preocupa com isso: “As pessoas, elas não tão preocupadas se elas vão levar um tiro aí no meio da madrugada vendendo droga.” Carla também aponta para a ausência de medo no cotidiano do tráfico: “Eu tava disposta a meter a cara mesmo pra correr os riscos de ser presa, neguinho arrumar casinha pra mim, morrer pelas mãos dos próprios usuários de drogas, pelos mesmos traficantes que compravam droga. Isso era a coisa que mais acontecia aqui.” No entanto, relaciona essa ausência de medo à imaturidade adolescente, afirmando que, hoje, adulta, não se exporia aos mesmos riscos. “Hoje em dia, eu sou muito medrosa, por incrível que pareça. Hoje em dia, eu tenho medo até de andar de noite. Mas antigamente não, eu enfrentava.” Ao

narrar sobre a experiência de entrar em bocas de tráficos em locais perigosos e escuro, espanta-se que tinha tido coragem de entrar nesses espaços. “Hoje em dia, eu para e falo assim ‘gente que diabo eu estava fazendo ali com aquele tanto de usuário de droga, só eu de mulher’. [...] Ninguém ia saber quem matou. Ninguém ia saber de nada, nem eu ia saber que eu não ia conseguir ver. Então assim, hoje são coisas que nem passam pela minha cabeça.” Diz que, hoje, não anda nesses lugares da cidade mais à noite, consciente do risco: “São coisas que, depois de adulta, eu peguei mais maturidade”

O risco de morte também atua impedindo que o adolescente se desvincule do tráfico. É o que aponta Rodrigo: “a pessoa já se vê numa situação onde já não consegue mais andar de boa, andar desarmado porque tem muita gente querendo matar e já não pode mais trabalhar.” O risco de morte constante e a necessidade de continuar no tráfico para proteger a vida acaba atuando como prisão. “É a única opção que tem é essa. Não tem nem mais pra onde correr.”

Os entrevistados apontam que, no tráfico, é necessário enfrentar o risco de morte para sobreviver e ser respeitado. Essa ideia está sintetizada na frase de Paulo: “Ou tu bate ou tu morre”. Carla também revela que, embora estivesse em situação mais vulnerável por ser mulher, precisava responder com violência para ser respeitada: “foi uma das formas que fez eu ficar viva até hoje. Porque eu sempre tive um corpão e os homens visavam muito isso. [...] Então os caras chegavam, se aproximavam e queriam sair comigo. Queriam transar comigo e eu sempre me colocava como eu não queria. E não queria.” Perante o assédio dos homens, Carla os enfrentava e começou a ser respeitada. “Quando tentasse alguma coisa, ia pra porradas e puxava a faca e assim ia. [...] as mulheres ficavam, caraca velho, muito e muito doida, enfrenta os caras. Eu metia a mão na cara. Me chamava de quexuda.” Relembramos que Carla vivia em situação de rua e que, em sua entrevista, apontou que foi para rua para fugir da violência familiar e a que sofria no abrigo. Portanto, não admitia sofrer violência na rua. “Eu falava que não vinha pra rua pra apanhar de ninguém. Já saí de porra de abrigo justamente por isso, porque no abrigo você só era judiada. Sofria violência em cima de violência. Então você sai de uma situação para entrar em outra? Eu não ia aceitar, entendeu?”

5.2.4.2 Polícia e violência

Os entrevistados também narram recorrentes casos de violência policial. Foram recorrentes relatos de violência física, humilhação, ser tratado constantemente como suspeito e ter crimes forjados pela própria polícia: “um belo dia, os polícia tava

maltratando a gente mesmo cabuloso”; “os cana estavam batendo na gente demais”; “assim e do nada saiu os polícia e já veio me enquadrando”; “Uma vez eu tomei uma que eu fiquei três dias de cama”; “Aí os cana [os policiais] veio, aí os bicho começou a bater em todo mundo. Eu fiquei com a costela três dias inchada. Não conseguia dormir não, não podia fazer nada que doía, tinha que ficar só deitado.”; “o moleque não ficou correndo da polícia apanhando de polícia, as polícia forjando coisa em cima dele pra ele”; “quando eles te pegavam [...] sem droga, nenhuma; eles cassavam um jeito de forjar, porque, porque você já tinha outros históricos de abordagem com drogadição”; “ficar passando humilhação lá? Eu não gostei não. Os cara faz um monte de merda.” Essas violências constroem um cenário de intenso medo da polícia: “eu ficava com muito medo. Toda vez que eu via um carro da polícia. ”

A violência policial também impacta na organização do tráfico, ocasionando a migração do tráfico na cidade (“Chegou um tempo que tava impossível vender droga no Setor Comercial, pela quantidade de polícia que estava aí [...]. Então a gente acabava migrando pra outros locais.”) ou provocando a inserção das mulheres no tráfico (“nesse tempo era o tempo que a polícia não abordava mulher, não abordava, ela chegava, se tivesse mulher, deixava de canto e ia abordar o homem. Eu comecei a carregar as drogas dos meninos porque eles tavam vendo que polícia não tava abordando e eu segurava droga de todo mundo.”).

Embora pese o risco de ser preso e de sofrer violência policial, não se trata de uma preocupação que afaste os adolescentes do tráfico. Conforme sintetiza Rodrigo: “Pesa, com certeza pesa. Mas a gente não se preocupa com o risco.”

5.2.5 Relações humanas no narcotráfico

Essa categoria diz acerca de elementos que atravessam as relações humanas no tráfico, dentre as quais: Desconfiança, medo e competição; Solidariedade.

5.2.5.1 Desconfiança, medoo e competição

Com base nas entrevistas, destacamos três sentimentos essenciais para compreender as relações internas do tráfico. São eles, o respeito com base no medo , a des/confiança e a competição.

O tráfico possui uma estrutura hierárquica que se sustenta com base no respeito. O conceito de respeito aqui deve ser melhor detalhado. Conforme Rodrigo “você ter o respeito, o conceito [...] Todo mundo te julga porque você é bandidão [...] as pessoas

[que estão envolvidas com a droga] te têm respeito e consideração”. A lógica do respeito é o reconhecimento via o medo decorrente da posição de poder que cada um ocupa dentro do tráfico. A palavra “bandidão” remete ao status que carrega a tirania do poder no tráfico, no qual subordinados são comandados através da violência e o medo. Outro conceito que expressa o respeito pelo tirano é o de “fodão da rua”. Conforme Carla, “o fodão da rua era aquele que todo mundo pagava pau [respeita e bajula] pra tu. Todo mundo te respeita, seja o mais ralé, o que tá chegando agora, ou o que tá no topo. Todo mundo te respeita, entendeu? Querendo ou não, eu peitava muito os homens. Eu sempre tive certo repúdio a homem, então eu peitava muito isso. Fazia com que eu pegasse visibilidade. Isso fazia com que muitos deles me respeitassem”. Nesse relato, vemos que o respeito é imposto por meio da violência, e não conquistado via admiração.

Com as relações hierárquicas pautadas no medo de tiranos, as relações de interpessoais são permeadas pela competição. Em todos os relatos vemos que as relações no tráfico são interdependentes, porém sempre são permeadas pela desconfiança. Exemplificamos esse sentimento de desconfiança generalizada, na qual cada um só pode contar consigo mesmo, nas seguintes citações: “pelo fato dessas pessoas estarem sempre ao lado, você querendo ou não ela tá do teu lado [...] eu sempre preferi fazer eu mesmo, do que ficar pedindo pra alguém porque se dá errado o prejuízo e só meu”; “você não pode confiar em todo mundo, em praticamente ninguém”;

A base da desconfiança se sustenta no medo de ser delatado, de ser passado para trás devido à dívida, briga ou imposição de poder. Conforme João, confiar é “você falar uma coisa aqui pra ele e ele ficar guardado ali e tem outro que não. Tu fala uma coisa aqui, todo mundo já tá sabendo”. O medo generalizado da delação, uma vez que não existem relações reais de respeito, e sim resoluções pautadas na violência, geram a desconfiança como sentimento estrutural do tráfico. Conforme João, “Não pode confiar nesse que diz ser teu amigo assim. Não. É amigo não, amigo nada. Ele faz é empurrar tu mais pro buraco, faz a casinha. [...] Por isso que hoje em dia você não pode confiar em ninguém, tu tem que ver com quem tu anda”.

Assim, dentro da lógica do cada um por si, o maior ensinamento do tráfico para André foi que, no tráfico, não existe confiança e não existe cuidado. Para o entrevistado, não importa a situação, “no final todos que tem condições de te ajudar te deixarão na mão”. Como resultado dessa competição constante, as relações do tráfico levam ao isolamento e à solidão.

Em alguns casos, essa desconfiança generalizada ultrapassa os limites das relações do tráfico e passa a regular todas as relações dessas pessoas. É o caso de Paulo, que em um momento de sua vida passou a desconfiar inclusive das mulheres que se aproximavam sexual ou afetivamente: “Nem mulher não encostava perto de mim. Era encostar e eu ‘bora mulher, tá querendo fazer casinha [emboscada para matar] pra mim? Vaza!’”. A desconfiança do tráfico torna-se uma paranoia persecutória.

Porém ainda devemos nos perguntar, como uma hierarquia pode existir sem confiança. Junto ao respeito ao tirano, a confiança dentro do tráfico toma um sentido estritamente funcional. No tráfico, confiar em alguém é confiar em sua habilidade de desempenhar sua função, ou seja, é uma operacionalização da confiança. Nas palavras de Carla “Porque assim, é cada um por si. O que qualquer um pode fazer por você é pegar e falar assim, toma essa quantidade aqui, mas você tá me devendo se você não me pagar... então é isso aí, cada um por si e não tem uma organização, não tem um comando”.

5.2.5.1 Solidariedade

Um dos sentimentos mais contraditórios que apareceu em um dos relatos foi referente a uma relação de preocupação e cuidado para com uma pessoa em situação semelhante. A esse sentimento conceituamos como solidariedade. Observamos essa preocupação no seguinte relato: “Se eu fosse vender ela [droga] fechada pra um usuário de droga aqui, eu ia vender ela fechada por 50 reais ou a 100. Dependendo, se eu visse que era morador de rua, que era um coitado que não tinha, saia por 50. Mas como vinha muito playboy [pessoa da classe alta ou média-alta] pegar então acabava saindo por 100 reais”.

Nesse relato vemos uma preocupação para com a pessoa em situação semelhante, o que leva a entrevistada a mudar o preço de venda e lucro sobre seu produto de acordo com as condições financeiras do comprador. Porém, essa solidariedade apresenta uma contradição. Se, por um lado, facilitar o acesso à droga para um semelhante demonstra um ato de solidariedade, esse ato também é resultado mecânico de necessidade de venda da substância, quando se sabe dos efeitos devastadores do consumo abusivo. Afinal, facilitar o acesso a droga não trará nenhum bem para aquele que é alvo do gesto de solidariedade.

Conforme Carla, “a droga ilícita [...] é mais um refúgio pra pessoa, é mais como uma fuga, a pessoa tá fugindo de alguma coisa que foi imposta pra ela e não foi tratada,

não foi feita uma abordagem correta com essa pessoa e essa pessoa não teve. E o que ela fez? Ela se refugiou na droga, porque, querendo ou não, é um momento só seu ali, velho. Tu tá lá na tua lombra [sob efeitos da substância], é o momento em que tu consegue realmente viajar e ser feliz”. Assim, a facilitação de acesso à droga é um ato de compartilhar um momento de felicidade e paz para aquela pessoa que está em situação semelhante a sua. Expressa, portanto, uma ação solidária.

Porém, ao mesmo tempo, a entrevistada afirma “Quando tu volta pra realidade de novo, pra fugir daquilo, tu vai continuar usando aí, a pessoa fica viciada e é triste, velho”, “Não gosto de ver pai de família se destruindo, pegando a comida da boca do filho dele pra comprar [drogas].” Assim, ao mesmo tempo, a ação de facilitar a venda da droga também está associada ao sentido de reforçar o vício da pessoa e possivelmente até destruir pessoas e famílias. Dessa forma, esse sentimento de solidariedade com o próximo também carrega um pesar contraditório que leva a uma imagem negativa do tráfico. Porém esse sentimento não interrompe a necessidade de venda da droga.

5.2.6 Relações humanas fora do tráfico

Essa categoria traz as principais relações destacadas para além do tráfico. Especificamente foram apontadas a relação familiar e a religião.

5.2.6.1 Relação Familiar

Em todas as entrevistas, as relações, entre aquelas que ocorrem fora do tráfico, com maior importância para os entrevistados foram as familiares. Há uma diversidade de sociabilidades com membros familiares que demarcaram impacto na história de vida dos jovens, desde as relações com suas mães, irmãos, filhos e pessoas próximas. Destacamos que família conforme apareceram nos relatos, não significa somente a consanguinidade, mas pessoas de convívio diário, com cuidado e afeto mútuo. Encontramos naqueles entrevistados que tiveram vivência de rua, a marca do abandono paterno/materno e/ou violência, com reconstituição de laços familiares apenas quando tiveram seus filhos. É o caso de Paulo, que desenvolveu no processo de saída da rua, motivado pelo nascimento do filho, uma reaproximação com sua mãe. Para os demais entrevistados, as relações com os familiares são apresentadas como significativas e como elemento que pesa em suas decisões (“É doido é, eu não ia gosta da minha mãe ir lá pra ficar me vendo na cadeia. Muito paia”).

Uma questão relevante para compreender a categoria família dentro do espaço de relações fora do tráfico é trazida por Rodrigo: “Porque em casa eu sou um e na rua eu sou outro. Quando eu entro em casa, eu pratico a educação que minha mãe me deu, que ela me educou. Então em casa eu sou o Rodrigo, filho da minha mãe, que ela criou, que ela viu crescer, que ela viu nascer. Trato ela bem, ajudo ela do jeito que eu posso e tento o máximo não levar as situações pra dentro de casa pra ela conviver com isso”.

O espaço familiar aqui é tido como um espaço radicalmente contrário ao espaço da rua ou do tráfico. O entrevistado, inclusive apresenta que a ética e princípios desses espaços são diferentes: “[O tráfico] Mudou só a forma de me ver, assim, de dar mais valor em mim e na minha família, de não pensar muito no próximo. Eu sempre fui muito de pensar no próximo, isso no meu cotidiano do dia-a-dia. Mudei muito minha concepção. Você faz várias coisas pelo próximo, mas é o próximo mesmo que vai te derrubar, então eu cheguei em um momento que eu penso mais em mim e na minha família do que no da rua, se tu não tá gostando do que eu tô fazendo vira as costas e sai”; já no espaço familiar “[sou] um homem com princípios, com valores. O homem que eu sou, que eu sei que sou”.

A separação do ser nos espaços públicos, vistos aqui como rua, e espaço privado, visto aqui como família, levam a uma fragmentação da personalidade de Rodrigo. Em cada espaço, ele é uma pessoa totalmente diferente, flexível a seguir princípios e valores éticos totalmente opostos. No espaço privado, é solidário e cuidadoso, no espaço público, é competitivo e violento. Na rua, é a pessoa que ele deve ser; em casa, é a pessoa que ele sabe que é. O espaço público aqui demarca uma alienação de si, uma impossibilidade de ser quem realmente é, mas de se apresentar parecendo ser quem ele deveria ser.

Esse conflito que apresenta uma fragmentação desconexa dos modos de ser, faz os jovens quererem ter duas vidas paralelas. Eles buscam incessantemente um distanciamento entre esses mundos – o mundo em que foi ensinado a ser, o da família, e o mundo do que deve querer e parecer, o mundo da rua. No momento em que esses mundos entram em contato, há um conflito gerado e a vivência de um drama. No exemplo de André: “Oxi, eu não gosto não [do irmão mais novo ter começado a traficar]. Eu me sinto culpado porque quem começou fui eu”.

No caso dos jovens com vivência de rua, o corte de relação com a família levou esses jovens à procura por novas relações “familiares” no espaço da rua. Isso pode ser

identificado no relato de Carla: “Eu sempre via ele, sempre via ele e aí, tipo assim, na verdade, é igual o pessoal fala. Acho que foi um amor meio platônico, por eu achava ele muito bonito, só que eu não queria ter nada com ele. Eu só achava ele muito bonito, e a gente começou a se aproximar. Aí eu tive um rolo com a prima dele, aí ficou tudo em família”. O espaço da rua configura-se como único para formação de laços afetivos de cuidado. O que expressa uma busca incessante por essas relações. Nos entrevistados nessa situação, esse conflito só se resolveu com a maternidade.

A questão da maternidade/paternidade aparece com um especial sentido, como além desse cuidado com o outro, mas com a significação de uma nova vida, uma nova possibilidade e uma nova responsabilidade. Carla demonstra o impacto do nascimento de seu filho em sua vida: “Eu acho que se ele [filho] não tivesse vindo na minha vida, cara, eu não estaria mais viva ou então estaria presa pegando sei lá quantos anos de cadeia porque eu era muito... Ele veio pra me centrar mesmo”. A questão do cuidado para com outra vida que tem valor para a pessoa, fazendo com que sua própria vida ganhe um valor, traz um novo sentido para o viver. Esse sentido de vida traz também um comprometimento e responsabilidade com o cuidar da vida. Nas palavras de Carla, “Só dependia de mim reverter a situação[perder a guarda do filho]”. No relato de André, vemos como um filho reconfigura a própria autoimagem, uma vez que se faz necessário, conforme o entrevistado, ser um modelo para esse filho, ou seja, pensar em si mesmo: “Uai, porque eu não quero ver ele do mesmo jeito que eu. O que eu não quero pra mim, eu não quero pra ele também não.”. A natalidade na vida desses jovens, que antes não viam sentido em sair do tráfico, transforma a própria relação com o tráfico. Eles passaram a recusar o tráfico como possibilidade. Conforme Carla: “Eu trabalho pra que isso [o filho traficar] não aconteça, mas se for, cara eu espero em Deus que eu não esteja mais viva”. A relação com o tráfico é uma forma de abdicar de sua relação com a vida. Os laços familiares, em especial a maternidade, foram uma forma de criar novos vínculos com a vida, o que desconstruiu seu envolvimento com o tráfico.

5.2.6.2 Religião

Rodrigo é o único dos entrevistados que apontou a fé como elemento importante em sua vida. Apresenta a relação com Deus com um papel semelhante ao de sua relação familiar: a relação com Deus é a que não o deixa se perder, é um espaço de autopercepção. Como conta Rodrigo: “Eu simplesmente leio a Palavra [a Bíblia] quando eu posso. Quase todo dia, pelo menos, uma palavra eu leio. [...] Eu gosto mais de ficar

só. Curto ficar só e só eu e Deus, aqui no meu pensamento, conversando no cotidiano, no dia a dia, tudo que eu vou fazer. ”

A significação da religiosidade está presente inclusive nos momentos que Rodrigo está traficando, permitindo que ele sinta seus erros compreendidos a partir de uma noção de imperfeição humana. Seu vínculo com Deus é tomado com ponto de apoio e confianças, fazendo com ele foque menos no risco cotidiano de sua atividade. Como podemos observar nesse trecho de seu relato: “Pra mim simplesmente ele é tudo e o que tive minha vida tá nas mãos dele. Mesmo que vou pro caminho errado, mas que eu esteja no caminho errado mesmo saindo de casa pra fazer coisas errada eu sempre falo ‘Deus, minha vida tá nas tuas mãos’, o que tiver de ser vai ser, e nessa hora que falo do risco, pelo menos eu penso mais em Deus do que no risco, por mais que eu esteja fazendo coisa errada. Ninguém é perfeito, eu tenho meu erro da minha forma, mas todas as pessoas erram da forma delas.”

A fé em Deus de Rodrigo foi aprendida de sua mãe – “Deus é o criador. Isso foi umas das coisas que eu aprendi com a minha mãe. Ela acredita muito em Deus e isso veio dela. Essa minha fé veio junto com ela.” Conforme já apontamos, nas falas de Rodrigo sobre o espaço familiar, há uma expressiva cisão entre o mundo do trabalho (do tráfico) e o espaço familiar – “em casa eu sou um e na rua eu sou outro”. Contudo, podemos observar que a religiosidade ultrapassa essa cisão, pois ele leva pra rua, mesmo quando está realizando práticas contrárias à doutrina religiosa e ao ensinamento de sua mãe, uma significação religiosa é levada para seu trabalho – permitindo que ele se sinta mais protegido dos riscos e mais acolhido em seus erros.

Contudo, embora sua religiosidade acolha sua imperfeição, Rodrigo vive sua fé de forma contraditória. Pois afirma que a proximidade com Deus é oposta à vinculação com tráfico, em especial pela lógica incessante do consumo, a qual o jovem opõe a experiência de conexão com Deus. “Porque, pra mim, a pessoa só está satisfeita e não precisa de nada material ou de droga, ou de dinheiro, algum luxo, quanto tá com Deus. E a pessoa que tá nessa merda não tá com Deus. Ela sempre querendo se saciar de alguma forma, ou seja, com dinheiro ou com droga ou gastando com tudo que você tem vontade.” Dessa forma, ao mesmo tempo que, como significador da existência humana, a religiosidade permite que Rodrigo quebre por um momento a separação entre “mundo do tráfico” e “mundo familiar”, rua e casa, drogas e mãe, quando a reflexão religiosa

permite refletir sobre as práticas, o mundo de Rodrigo volta se cindir – quem está no tráfico não pode estar com Deus.

5.2.7 Saída do tráfico

Essa categoria identificada no campo diz respeito a motivos para saída do narcotráfico apresentadas pelos entrevistados. Com base nos relatos, levantamos 3 subcategorias que retratam elementos motivacionais para a saída do narcotráfico, dentre os quais: Motivo relação familiar; Motivo medo de ser preso / reconhecido pelos policiais; Motivo sentir-se enganado.

5.2.7.1 Motivo relação familiar

Todos os quatro entrevistados apontam a família como motivo de saída do tráfico. André, Paulo, Carla ao se tornarem mãe e pais; João por sua mãe.

André saiu do tráfico aos 18 anos, ao se tornar pai. Destaca que não quer que seu filho tenha a mesma trajetória que ele: “Eu não quero ver ele do mesmo jeito que eu. O que eu não quero pra mim eu não quero pra ele também não.” Paulo também aponta como motivo de saída do tráfico tentar ser um exemplo positivo para o filho: “por isso que eu saí do crime, porque eu quero passar um espelho bom pro meu filho”. Ao tomar essa decisão, entrou em um curso profissionalizante com bolsa – “Era pra tentar um trabalho porque chegou um belo dia que eu falei não, não quero viver na porra dessa vida do tráfico.” Contudo, ao receber o primeiro pagamento utilizou tudo em drogas – “Devido eu usar essa porra dessa droga e me destruí de novo”. Contou com o apoio da tia para ser internado em uma clínica e conseguiu se afastar do tráfico e do uso de crack.

Carla credita ao seu filho não apenas o motivo de ter saído do tráfico, da drogadição e das ruas, mas o fato de estar hoje viva ou não estar presa. “Eu acho que se ele não tivesse vindo na minha vida, cara, eu não estaria mais viva ou então estaria presa pegando sei lá quantos anos de cadeia porque eu era muito... Ele veio pra me centrar mesmo.” Carla largou o tráfico ao engravidar e, com o apoio de advogado que lhe ofereceu emprego conseguiu sair das ruas. “Consegui sair da rua, consegui ter meu filho dentro de uma casa e consegui seguir minha vida sem precisar disso. Então não foi uma coisa que eu pensei, a partir do momento que ele [o advogado] chegou lá e disse você vai ser contratada pronto eu nem retornei pra rua.” No entanto, ao perder a guarda do filho, retornou à rua e passou a usar drogas. “Depois retornei também, quando eu perdi [a guarda de] meu filho [...], retornei pior ainda de quando eu não tinha ele”. Foi a

depressão de perder a guarda do filho que a fez voltar para as ruas. Ela não voltou a traficar e se tornou usuária de crack, justamente quando o crack chegava em Brasília, substituindo o tráfico de merla. Carla passou oito meses nessa situação, até começar a lutar para recuperar a guarda de seu filho. “Só dependia de mim reverter a situação [...] Porque, como ele era bebezinho, pra ele ser adotado ia ser num piscar de olhos.”

Carla demorou aproximadamente 2 anos para recuperar o filho. “quando eu falo que o conselho tutelar vem pra pegar seu filho é numa rapidez enorme, quando é pra você restituir a guarda, meu Deus do céu. Demorei quase dois anos pra conseguir fazer com que o Arthur viesse morar comigo de novo, mesmo provando que eu estava trabalhando, exame toxicológico pra constatar que eu não estava mais usando drogas, eu fiz, mostrava pra juíza e nada. Foram quase dois anos.” A entrevistada lamenta que pela burocracia estatal tenha perdido a infância de seu filho – “eu perdi quase toda a primeira infância do meu filho, por questão de coisas burocráticas que poderiam ser agilizadas em menos de oito meses”. Atualmente, mesmo quando passa por momentos de dificuldade e desemprego, a vinculação com o filho a impede de retomar o tráfico. “Quando eu me vejo na situação de não ta trabalhando aí eu falo, mas, caralho velho, eu não vou voltar pro trafico mais! Não, eu não vou.”

O adolescente João se afastou do tráfico por sua mãe. “Eu parei mesmo por que a minha mãe xaropa [reclama, briga] direto. Aí eu não gosto de ver ela indignada não, aí eu parei quietei.” Em especial, João não quer expor a mãe e a casa dela à ação policial: “Ela fica brigando. Ela fica com medo dos cana invadir lá em casa, porque os cana quando invadi eles quebra tudo, estraga a casa todinha, aí ela fica grilada [preocupada]”. No entanto, quando perguntado se conhece alguma pessoa que abandonou o tráfico, afirma que não e “A pessoa nunca para de traficar. Assim, tem nego que se botar na cabeça que vai parar para. Mas tem uns ali que fala que vai para e do mesmo jeito continua traficando porque não dá conta de ficar sem dinheiro.” Diz, contudo, que ele, quando está sem dinheiro, evita sair na rua e fica tranquilo.

5.2.7.2 Motivo medo de ser preso / reconhecido pelos policiais

Três entrevistados também apontam como motivo de saída do tráfico o medo de ser preso e ou de ser reconhecido pelos policiais, tornando-se sempre alvo de abordagem policial. Como afirma o adolescente João, “Agora eu quietei. Tô de boa mesmo. Mexer com isso é doido é. Só fica se aparrando com os cana [passar a ser reconhecido pelos policiais]. Fica queimado né [com imagem negativa, marcado como

traficante]. Onde os cana [os policiais] me ver, aí já quer dar bacu [revista policial]. É paia [ruim]. Aí eu dei uma quietada.”

Carla diminuiu seu envolvimento com o tráfico ao completar dezoito ano e, por já ter “entendimento sobre leis”, sabia que se fosse pega pelos policiais seria presa e não iria mais para o sistema socioeducativo. “Eu já sabia que a partir daquele momento se eu fosse pega, minha pena não seria bem menor [...] Aí eu comecei a ficar com medo e já comecei a diminuir. Até que chegou um tempo que eu não tava mais dependendo do tráfico pra sobreviver, fazia meus bicos em algum lugar: limpava carro, comecei a vigiar carro.” Já André, ao ser detido como usuário e humilhado pela polícia, também passou a temer ser preso.

Contudo, esse afastamento do tráfico não necessariamente é simples. Como já abordamos, passar a ser conhecido no tráfico pode significar uma permanente situação de risco à vida. Por esse motivo, o indivíduo consegue se afastar do tráfico, pois não pode circular na sua cidade sem o uso de armas. Como já apontamos, por meio da fala de Rodrigo, “a pessoa já se vê numa situação onde já não consegue mais andar de boa, andar desarmado porque tem muita gente querendo matar e já não pode mais trabalhar.” Dessa forma é sempre mais difícil sair do tráfico do que entrar. Especialmente após ser preso, o que dificultaria ainda mais o acesso ao emprego formal. “Pra sair é mais difícil do que entrar. Às vezes não tem oportunidade e a última que tinha acaba quando vai preso. Aí, as poucas que tinha já não tem mais.”, afirma Rodrigo.

5.2.7.3 Motivo sentir-se enganado

O adolescente Paulo é o único dos entrevistados que apresenta também como motivo de saída do tráfico a percepção de que era enganado, que outros enriqueciam a sua custa enquanto os adolescentes continuavam sem dinheiro. “Por isso que eu parei de ser burro. Porque aí eu vou enricar os outros, eles tudo de carro, eu de pé.”

5.2.8 Aprendizagem no tráfico

Essa categoria nos traz elementos para compreender os aprendizados desenvolvidos dentro do tráfico. Dentre os elementos apresentados para compreender essa categoria estão: Filosofia do Tráfico; Competências e Habilidades.

5.2.8.1 Filosofia do Tráfico

A noção de “filosofia” nesse tópico não se refere ao campo de estudos, mas a um conjunto de ideias ou atitudes que os sujeitos tomam como um aprendizado para a vida,

uma ou mais condutas que passam a reger a forma de viver desses sujeitos. Tomamos o sentido de “filosofia” próximo do sentido de “filosofia de vida”. Trata-se tanto de noções de modo de vida centrais no tráfico, como de aprendizados que são tomados para além das situações de vivência do tráfico e passam a significar modos de viver e compreensões profundas do ser humanos.

As ideias que apareceram nas entrevistas foram:

- No tráfico você aprende sempre a querer e desejar mais, que para conseguir o que quer você precisa derrubar todo mundo; contudo, você se torna refém dessa situação (“no tráfico você só aprende que você todo dia tem que querer mais, mais, mais e mais e que pra isso se você tiver que derrubar todo mundo, pisar por cima de todo mundo, você vai pisar por cima de todo mundo. Pra você conseguir aquilo, você acaba ficando refém. Não tem como, chega um momento que você não consegue desatar os nós que te prendem a essa situação.”)
- É preciso ser sempre esperto, nunca confiar em outras pessoas e desconfiar de suas companhias (“[aprendi] a ser esperto. Tem que ser muito esperto.”, “Tem que aprender isso aí tudo, a malandragem, as conversinha.”; “eu mesmo não confio em ninguém não. Confio só em mim.”; “Você faz várias coisas pelo próximo, mas e o próximo mesmo que vai te derrubar”; “hoje em dia você não pode confiar em ninguém, tu tem que ver com quem tu anda.”)
- Que o abuso de drogas muda os princípios e a vida dos sujeitos (“a droga muda os seus princípios, muda sua vida todinha quando usa droga.”)
- Que as pessoas podem ser conhecidas a partir do tipo de droga que usa (“Eu aprendi a enxergar o ser humano de outra forma, a conhecer de outra forma, eu comecei a conhecer e a definir as pessoas pelo tipo de droga que elas usam.”);
- A sempre pensar mais em si próprio e na família e evitar a solidariedade (“Mudou só na forma de me ver assim de dar mais valor em mim e na minha família, de não pensar muito no próximo.”, “eu cheguei em um momento que eu penso mais em mim e na minha

família do que no da rua. Se tu não está gostando do que eu estou fazendo viro as costas e saio.”);

- Que o ser humano é ruim (“aprendi foi que o ser humano é sujo, muito imundo e que você tem que viver pra si mesmo, não para servir ninguém, servir somente quem você ama.”);
- Que estamos dentro de um sistema e que todos somos vítimas da sociedade (“somos todos vítimas. Eu sou uma vítima, também eu sou uma vítima do crime do tráfico. Vítima desse sistema que já foi criado, que a gente simplesmente chegou aqui de paraquedas, já não sei quantos mil anos aí depois. Então, é todo um sistema, né?”);
- Que a vida no tráfico não vale a pena (“só me ensinou mesmo que essa vida [do tráfico] não vale a pena”, “quando tu entra, tu não sabe de nada disso e depois que tu está lá dentro e tu vê as coisas, aí tu se arrepende.”).

5.2.8.2 Competências e Habilidades

Esse item se refere às habilidades e competências que os entrevistados destacaram que adquiriram no tráfico. Dois entrevistados apontaram que o tráfico permite que se conheça toda a cidade e adquira a habilidade de mapeá-la, identificando pontos melhores para venda, a diferença do perfil dos consumidores, bem como os locais com maior ou menor abordagem policial. Outro aprendizado destacado por outro entrevistado foi aprender a brigar e a ser rebelde. Como afirma Paulo: “a única habilidade mesmo foi brigar, porque na rua ou você bate ou os cara maior sempre vem pra te bater.” Trata-se de habilidade diretamente associada à sobrevivência: “se eu não tivesse aprendido a ser um pouco rebelde, eu tinha apanhado pra caramba ou então estava até morto”.

5.2.9 Sentido da Escola

Essa categoria reflete a relação entre esses jovens e sua vivência escolar. Os principais elementos identificados no campo dentro dessa categoria são: Objetivo na escola/motivo do abandono; Outros aprendizados na Escola.

5.2.9.1 Objetivo na Escola / Motivo do abandono

A categoria escola é trazida para compreender o significado dessa instituição na vida dos entrevistados. Todos em algum momento de suas vidas abandonaram a escola.

Dentre eles, os que tiveram vivência de rua, passaram por uma instituição chamada Escola de Meninos e Meninas do Parque, que é destinada especificamente para meninos e meninas em situação de rua. Devido a essa instituição apresentar especificidades, abordaremos separadamente o sentido da escola para os jovens que tiveram apenas passagem pela escola tradicional e para os que passaram por essa instituição.

Os entrevistados que passaram apenas pela escola tradicional apontam que o principal motivo de estarem na escola era obter uma profissão focando um título que lhe garantisse empregabilidade (“Sinceramente eu só esperava um diploma, por que aprender mesmo eu não aprendi nada na escola”). Não se trata de um espaço de aprendizagem, mas de uma forma de investimento de tempo que mecanicamente gerará acesso a um emprego que fornecerá dinheiro. Dentro dessa lógica, quando o jovem desenvolve a percepção de que pode obter dinheiro de maneira facilitada e rápida no tráfico, a permanência na escola perde o sentido (“eu comecei a vender lança, eu fui desinteressando pela escola, eu fui vendo que na droga o dinheiro era mais fácil”; “Eu perdi tempo. Fui vender droga”). Outro motivo trazido por João para permanência na escola é o simples cumprir frequência como forma de “estar na linha”, cumprir o que é esperado, ser comportado (“A eu não sei, eu não gosto nem de ir pra escola não. Eu só vou por que minha mãe manda [...]Não, não me obriga não. Pede pra mim ir pra mim não ficar nessa vidinha aí].

O conteúdo da aprendizagem não ganha destaque nenhum nas falas. Pelo contrário, como afirma João: “Sei lá, eu nem gosto de falar de negócio de escola, não. Eu não gosto nem de escola. [...] Ah, sei lá, os professor é muito chato. Tem professor que é chato, eu mesmo já não gosto de fazer continha, negócio de matemática eu não gosto não”.

Para os entrevistados com vivência de rua, a escola é posicionada de forma diferente. Ambos denotam o impacto da escola em suas vidas. No caso de Paulo, essa instituição contribuiu com um fator específico: “Aprendi a ler e a escrever, [o entrevistado ri] e somar várias coisas. Eu aprendi o básico, que, meu irmão, é triste e foda, viu? Quem não sabe ler, nem escrever tem que depender dos outros pra tudo”. Para Paulo, a escola trouxe alguns instrumentos para desenvolvimento de sua autonomia, o que reconhece como positivo. Porém, a escola não teve nenhum impacto fora dessa questão funcional.

Já no caso de Carla, à vivência na escola é atribuída um impacto significativo em sua vida (“Se hoje em dia eu sou quem eu sou é por causa da escola”). Para a

entrevistada, a experiência da escola foi contraditória. Vejamos seu relato: “Então, assim, pra mim era meio que eu ia pra escola, meio que tipo eu não consigo entender porque na verdade eu era muito confusa, porque eu não queria sair da rua, mas ao mesmo tempo eu ia em busca de... A partir do momento que você vai pra dentro de uma escola, você conclui toda a sua trajetória escolar, seu currículo escolar, aí você vai embora. Você quer alguma coisa, aí ao mesmo tempo, eu me renegava isso. Eu sempre falava que eu não queria nada, então quando vinha essas questões meio que sociais aí ‘você tem direito disso, você tem direito daquilo’.”

Conforme seu relato, sua vivência escolar abordou dois aspectos. Primeiro, o que a entrevistada chama de matéria básica ou cumprir o currículo e o segundo, a formação cidadã. Em relação a esses aprendizados, Carla afirma: “eu aprendia o básico das matérias, mas o outro lado da escola era muito difícil de entrar na minha cabeça, porque assim, a professora vinha com uma história que você tinha que ser um cidadão direito. Como é que você vai ser um cidadão direito morando na rua? Como você vai ser um cidadão direito se todos os seus direitos foram violados? Não tem como você ser isso.”

A formação para a cidadania, desenvolvida pela entrevistada tanto no espaço da escola, quanto em outros movimentos sociais, demarcou o desenvolvimento de uma posição crítica e reflexiva de sua situação. Carla enfatiza em seu relato a importância da aprendizagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal na sua vida: “foi quando a gente começou a estudar mais sobre o ECA, estudar mais sobre a Constituição. Para mim era um processo tão chato, mas depois de um tempo eu comecei a ver que quando o policial vinha e dizia ‘a porque você pode fazer eu falar não posso fazer isso’, quando um policial vinha me abordar eu falava ‘você não tem direito de fazer isso comigo’” O policial virava e perguntava como eu sabia. Eu respondia: tá escrito em tal lugar e em tal lugar que você não pode fazer isso comigo a não ser uma policial feminina. Então eu tirava meio que uma onda com isso aí. Aí neguim ficava ‘porra essa guria mora na rua e tem todo um entendimento disso’. O pessoal fala que morador de rua é burro, e se quiser ser burro velho tem muitos aí. Que, tipo assim, tem uma megaestrutura hoje em dia, você tem escola, hoje em dia você tem uma biblioteca dessa [a entrevista foi realizada ao lado da Biblioteca Nacional, que compõe o Conjunto Cultural da República, localizado ao lado da Rodoviária, principal local de vivência de rua de Carla] que você pode vim aqui acessar alguma coisa, ler alguma coisa. Aí neguim tá pouco se lixando. Aí você torna-se burro se você quiser”.

Essa relação que a educação tomou com seu contexto de vida, impulsionou a jovem a permanecer no processo escolar. Verificamos esse ímpeto a partir de uma mudança em seu cotidiano e na gradativa transformação de sua relação com a Escola. Inicialmente, Carla somente ia para Escola dormir. No entanto, passa a ampliar seu comprometimento de aprender e se desenvolver. “Eu sempre ia atrás de conhecimento, quando as pessoas vinham trazer informações. Eu sempre buscava receber mesmo se eu tivesse ruim, porque você passar a noite todinha acordada usando droga e no outro dia você ir pra dentro de uma sala de aula tá ouvindo o professor falar um monte de coisa que você não entende bulhufas de nada é chato, mas eu sempre fazia um esforço de presta atenção, me esforçava e era isso.”

Outro ponto a ser destacado são as relações estabelecidas na escola para a aprendizagem. Embora a entrevistada afirme que “quem faz a escola é o aluno [...]quando você coloca na cabeça que você vai conseguir suas coisas, você vai em frente”; Carla também destaca a importância dos educadores em sua história. Relatando de maneira genérica, porém trazendo as referências de sua vivência, Carla apresenta a seguinte visão: “Tem profissionais bacanas. Tem, mas são profissionais que só tão empenhados em dar o básico que te pede. Eu acho que quando você é professor, você pode ser muito além de só passar lição pro aluno. Professor é meio pai, meio mãe, ele e meio médico e meio psicólogo. Ele tem que ser meio tudo. Que você chega lá e fica uma coisa tão fria. O moleque vai aprender o conteúdo o outro não, se tiver dúvida vai lá tira uma duvidazinha e acabou. Então você não tem uma relação com o aluno. Então quando encontra profissionais que tão dispostos a te abraçar mesmo, a te dar atenção, quando você precisar de atenção e te dar bronca quando você precisar, eu acho que na educação de verdade falta isso porque os profissionais estão visando mais e salário, mais bem estar pra eles que do que para os alunos. Eu não vejo nenhum professor desses aí reivindicando uma sala de aula digna, eu vejo eles reivindicando salários. Isso pra mim é meio estranho.” Nesse relato, Carla demonstra de maneira indireta, a importância que educadores tiveram em sua vida. Os educadores que impactaram sua trajetória foram aqueles que tanto estabeleciam um encontro autêntico entre duas pessoas, como também apresentavam uma posição de autoridade, de referência moral e de conhecimento.

Para a entrevistada a escola não teve como objetivo ensinar tudo, “as coisas que eu não aprendi na escola, é a vida que vai ensinar mesmo”, contudo, afirma que “ao

mesmo tempo dentro da escola eu aprendi a ser mais forte, a querer buscar mesmo, quando tudo tá contra você.” Assim, o espaço escolar, que na vida de Carla se mesclou com diversos espaços de educação social, foi fundamental para o desenvolvimento de uma posição crítica e reflexiva sobre seu contexto de vida. Esse espaço estabeleceu relações diretas com a vida – não foi somente uma promessa de diploma.

5.2.9.2 Outros aprendizados na Escola

Dois entrevistados destacaram a relação do espaço escolar com as drogas. Rodrigo, ao ser perguntado se aprendeu algo sobre o mundo das drogas na Escola, afirma que somente a utilizá-la: “A usar sim, pois na escola você aprende a usar. Todo mundo leva maconha, lança [lança-perfume] e lá se vai. Tu conhece tudo.” André afirma que quase não aprendeu nada na escola, já que sempre saía da escola com colegas para namorar, beber e usar maconha próximo à Escola. É importante destacar que ambos não possuem vivência de rua.

As vivências escolares de Carla e Paulo se opõe a de Rodrigo e André. Para os primeiros a inserção na escola possibilitou aprendizado fundamental para se impor na situação de rua (ao aprender a ler e escrever para não ser enganado, no caso de Paulo, e aprendendo sobre leis para se proteger da violência policial, no caso de Carla), bem como, especialmente para Carla, a escola foi fundamental para desenvolver uma postura crítica e reflexiva perante a vida. Já para Rodrigo e André a escola os aproximou do mundo do tráfico. Não se tratou de uma vinculação pela apresentação de conteúdo sobre drogas no espaço educacional, mas efetivamente pelas relações do mundo das drogas que já estarem presentes no espaço escolar.

5.2.10 Sentido da Educação

Apenas dois entrevistados expressaram em seus relatos reflexões diretas sobre educação: André e Carla. O adolescente André define educação como “comportamento e ficar quieto” Associa a educação ao espaço escolar, considerado por ele um lugar entediante e aversivo.

Já Carla, que enfatiza a escola como fundamental em sua trajetória, apresenta reflexões mais amplas. Em primeiro lugar, aponta a necessidade de articulação entre teoria e prática, considerando essa articulação imprescindível para a educação: “a molecada só aprende coisas na prática. Não adianta você vim querer colocar coisa na

cabeça do moleque que ele não vai conseguir.” Assim, defende um tipo de educação que se articule com a vivência do adolescente.

Carla exemplifica sugerindo a possibilidade do que chama de “laboratório”, que permitiria ao adolescente experienciar situações extremas e “dar um choque de realidade”. Em suas palavras: “acho que se você elaborasse um projeto de vivência, mesmo fizesse tipo um, aí como é que é o nome da palavra ... ah esqueci agora, ... tipo um laboratório com o moleque. Pegava aqueles bem cabulosão [arrogante, agressivo], metido a maloqueiro, fizesse um laboratório do que é ser um traficante, do que e ser um morador de rua, o que é ser um vendedor de bala, tudo aquilo que ele fala que é doido, que é isso e aquilo outro e fizesse tipo um laboratório”. Para Carla, uma educação mais próxima da vivência permitiria o adolescente compreender os riscos e as dificuldades de suas escolhas: “Eu boto fé que tipo assim, ia dar um choque na realidade. Porque uma coisa é você ver lá, porque o moleque que vende isso, vende aquilo outro. Tá só no pano [com roupas boas, ainda não precarizado pela situação de rua], anda todo equipadão. Outra coisa, é você viver aquilo, você vê a dificuldade do moleque.”

Outro ponto importante enfatizado por Carla é a necessidade dos profissionais da educação desenvolverem uma preocupação afetiva com o bem-estar dos alunos. “Então você não tem uma relação com o aluno. Então quando encontra profissionais que tão dispostos a te abraçar mesmo a te dar atenção, quando você precisar de atenção e te dar bronca quando você precisar”. Carla também critica a ausência de foco nos alunos: “Eu acho que na educação de verdade falta isso porque os profissionais estão visando mais e salário, mais bem-estar pra eles que do que pros alunos”.

Carla também aponta que a vivência é o mais importante espaço de educação. “As coisas que eu não aprendi na escola é a vida que vai ensinar mesmo. Não precisa de escola pra aprender não. [...] Cara, eu acho que tudo que eu tinha que aprender eu aprendi com a vida.” Carla destaca a aquisição de habilidades necessárias à sobrevivência, à convivência com os outros e a aprender a ouvir e a debater. “A questão de sobrevivência, a questão de respeito, a questão de se impor quando for preciso, a questão de você ouvir, muitas das vezes ficar horas e horas ouvindo porque você só pode argumentar alguma coisa quando você tá por dentro daquilo que está sendo argumentado, você não vai abrir sua boca pra falar qualquer coisa, então assim, isso você não precisa de escola pra aprender.” Embora Carla aponte que a escolha permitiu-lhe “ser mais forte” e “querer buscar mesmo quando tudo tá contra você”, foi no

contexto de rua, sua vivência, que aprendeu a “ser gente”. Em suas palavras: “Eu aprendi a ser gente não porque eu estava na escola. Eu aprendi ser gente dentro do meu contexto de vida”

5.2.10 Autopercepção no Tráfico

Por fim, trazemos como última categoria a autopercepção dos entrevistados acerca de sua trajetória no narcotráfico. Esta categoria foi elencada para analisar o processo reflexivo e de juízo que os entrevistados desenvolveram sobre sua vivência no tráfico. A autopercepção é trazida aqui como forma de compreender o espaço reflexivo possível dentro da atividade do tráfico. A entrevista mais emblemática sobre essa categoria é a de Rodrigo. Para o jovem, que inicialmente posicionou o tráfico como o modo de vida optado por ele, no fim relata desejar estar “longe das drogas, de toda forma, tanto vendendo quanto usando”. O jovem percebe que o tráfico mudou sua vida, porém, a questão-chave trazida por ele é que o espaço de sentido que a droga preencheu hoje ele não deseja mais. A droga “abriu um buraco” em sua vida. Conforme o jovem: “o que eu quero da minha vida, você diz?[...] sinceramente, eu nunca me imaginei de outra forma. Como eu tô te falando que quando eu peguei a noção, a coisa assim da realidade já com 16, 17 anos. Tô hoje aqui, com 23 e conversando com você rápido e uma página assim, então acaba que você nem para pra pensar, às vezes. Mas eu nunca nem parei pra pensar nisso, no que eu poderia fazer se eu não tivesse”. A lógica programática do tráfico, que bombardeia os jovens com desejos de consumo e de poder e os insere em um cotidiano no qual são sempre instrumentos para o lucro do tráfico, apaga e inviabiliza um espaço contemplativo sobre suas vidas. A individualidade e alteridade aqui não existe porque só sobra ao jovem um vazio de não saber nem o que deseja. O jovem é simplesmente abandonado à sua sorte, e aqui qualquer forma de contato com a história de seu mundo que possibilita uma resposta criativa de engajamento, uma posição enquanto alteridade, não existe.

Carla contribui com a reflexão sobre autopercepção demarcando que, embora sua vivência no tráfico tenha sido violenta, o que a entrevistada demonstra por meio do desejo de ter sido mais cautelosa em seu passado, ela foi fundante para o como ela se vê hoje. Essa vivência traz uma marca de sua alteridade. Para a entrevistada, sua história de vivência de rua e no tráfico não pode ser apagada, mas é extremamente importante porque marca suas escolhas e os motivos que sustentam elas.

5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SENTIDO DO TRABALHO NO NARCOTRÁFICO

À luz do levantamento de informações sociohistóricas que realizamos no capítulo sobre o trabalho infantil no narcotráfico e das reflexões teóricas sobre o sentido do trabalho na modernidade, bem como da análise das categorias extraídas nas entrevistas dos cinco jovens, podemos agora tecer sínteses para a compreensão da estrutura e dinâmica do sentido do trabalho no narcotráfico. Ainda que nem todos os entrevistados percebam suas atuações no tráfico como trabalho – ao associar a noção de trabalho a de “trabalho decente” –, os relatos permitem evidenciar que o trabalho no narcotráfico possui a característica central do trabalho nas sociedades capitalistas: ele está submetido à lógica hegemônica do mercado, que transforma os homens e as mulheres em mercadorias, em coisas passíveis de serem trocadas.

A compreensão do trabalho unicamente como trabalho “decente”, legal e lícito (seja formal ou informal) possui um efeito ideológico. Mascara a centralidade do tráfico na economia capitalista contemporânea, estigmatiza seus trabalhadores e os condena como moralmente responsáveis pela sua marginalização. Ao apresentar a centralidade do narcotráfico para a economia capitalista, buscamos enfrentar qualquer noção de marginalidade desses trabalhadores. A ideologia da marginalidade é somente instrumentalizada para manter uma exploração central para o sistema capitalista. Justamente por esse motivo, todos os entrevistados – mesmo aqueles que não se percebem como trabalhadores – se reconhecem em uma rede de exploração.

As entrevistas gravitam em torno de uma constante contradição, esses adolescentes e jovens se percebem ao mesmo tempo como parte da sociedade (partilhando os mesmos valores de consumo, desejos e aquisição de bens e se vendo como explorados em uma rede maior do que eles) e como alijadas dela. Esse alijamento se expressa pela fragmentação da significação da experiência em constantes cisões (família X tráfico, sociedade X mundo do tráfico), no isolamento do sujeito em redes de permanente risco à vida e desconfiança do próximo, em lógicas de consumo que mascaram a permanente precarização e a impossibilidade de acúmulo financeiro real etc. Dessa forma, para analisar o sentido do trabalho no narcotráfico, precisamos considerar como sua estrutura de funcionamento é parte e expressa a lógica de exploração do trabalho na contemporaneidade. Simultaneamente, é imprescindível considerar o impacto da ideologia da marginalidade e da própria estrutura de exploração

do tráfico para construção desse sentido. Dessa forma, poderemos compreender melhor essas permanentes contradições entre isolamento e participação em uma rede, fragmentação e reconhecimento, precarização e consumismo, risco e poder.

Talvez, a imagem mais reveladora em todas as entrevistas para significar esse lugar é a imagem do “robozinho”, utilizado como metáfora da posição social ocupada pelos adolescentes, os “menores”, na economia do tráfico. Sabemos que as imagens das máquinas sempre povoaram o imaginário do capitalismo, tanto de sua afirmação e defesa, como o de sua crítica. Podemos relembrar a célebre cena do trabalhador protagonizado por Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos* de 1936, quando ele é engolido por uma máquina. Aqui, contudo, é o próprio trabalhador que é tomado como máquina, como autômato instrumentalizado. A situação se complexifica quando a atividade realizada se dá em um contexto em que consumidores e traficantes se confundem (como já apontamos ao abordar a reorganização produtiva expressa no tráfico do crack). São principalmente para outros robosinhos que robosinhos vendem drogas. Quando robosinhos precisam matar são outros robosinhos que eles matam. Quando o jovem Paulo, numa tomada de consciência, afirma que adolescentes não traficam e quem trafica é o patrão, há a revelação dessa instrumentalização. No entanto, quem faz os robosinhos? Se Chaplin via a máquina que o engolia, a ideologia da marginalidade mascara a fábrica. Ora se vendo como consumidores, ora como empreendedores autônomos, os meninos e as meninas se encontram isolados. Esse isolamento é moralmente percebido como o resultado de uma escolha pessoal – ir para o “caminho errado” –, no entanto, é elemento estruturante da economia capitalista, que torna os seres humanos alheios aos mecanismos de compartilhamento do mundo.

O narcotráfico possui – nos termos de Guerreiro Ramos – uma mesma estrutura de uma organização formal monocentrada no trabalho. Nessa, como já apontamos, a relação estabelecida entre o indivíduo e seu trabalho é inerentemente patológica, pois o que se espera dos indivíduos detentores de empregos é sua despersonalização. A despersonalização – expressa na categoria “robozinhos” – implica uma eficiente submissão a determinações hierárquicas. Nas organizações formais monocentradas no trabalho, o emprego é atravessado por atribuições e cargos estruturados e o papel do trabalhador precisa se conformar em comportamentos estereotipados que não se vinculam às exigências e motivações individuais. Embora os jovens entrevistados não se refiram ao tráfico em nenhum momento como emprego, há a percepção da hierarquia e

da submissão. Ao ser perguntado sobre a definição de trabalho, Rodrigo sintetiza: “é servir alguém”.

A noção de emprego, tal qual apresentada por Guerreiro Ramos, permite-nos compreender o posicionamento das crianças, adolescentes e jovens no tráfico e considerar o seu impacto psicológico. O emprego, nas organizações monocentradas no trabalho, não se torna um meio de engajar os indivíduos em atividades de produção socialmente significativas, pois o capitalismo não se interessa pela necessidade e pelo desejo de significação e de personalização. Nessas organizações, as ações que os indivíduos executam no trabalho são, para eles, de segunda importância e não implicam um aprendizado efetivo e atualização pessoal para além das habilidades necessárias para o exercício das atividades laborais. Os jovens entrevistados, ao serem perguntados sobre o que aprenderam no narcotráfico, apresentam respostas niilistas de desconfiança no outro e ausência de solidariedade ou, quando apontam para aquisições de habilidades, são somente aquelas necessárias para a própria execução da sua atividade no tráfico – mapear e conhecer a cidade, diferenciar tipos de usuários de drogas e, principalmente, sobreviver. Sobreviver – o que implica aprender a brigar, a matar se necessário, a responder à violência com mais violência – não é uma habilidade que permite a atualização do sujeito. Resistência não é *re-existência*. Se o princípio da pluralidade, da política e da educação é a natalidade – como nos ensina Hannah Arendt –, ou seja, a potência do novo em cada nascimento, essas crianças e adolescentes, ao serem tomadas como máquinas, como autômatos, como robôs, são despersonalizados. Máquinas resistem, pessoas reexistem. Só precisamos sobreviver quando nos são tomadas as possibilidades de viver.

Assim, podemos recuperar o argumento de Hannah Arendt que evidencia o processo de transformação do humano na modernidade em *animal laborans*, ser que se limita a sobreviver. Privado da ação, atividade que garante o reconhecimento e a criação do ser na política – esfera da vida cuja condição é a pluralidade –, e privado da fabricação, atividade que se dirige à construção de algo útil e belo para o mundo – esfera da vida cuja condição é a mundanidade –; o *animal laborans* tem somente sua vida biológica inscrita no espaço político. Vida que, despersonalizada, é matável – como nos mostrou Giorgio Agamben. Contudo, se o termo *animal*, utilizado por Arendt, ainda aponta para alguma noção de vida mais espontânea, mesmo que animalizada, a noção de “robozinho” radicaliza a imagem de controle do comportamento.

É pela noção de comportamento que podemos retomar, mais uma vez, a análise de Guerreiro Ramos sobre o que ele chamou de “síndrome comportamentalista”. Como já abordamos, a noção de comportamento se refere à atividade desprovida de conteúdo ético, tornando o trabalhador impossibilitado de escolha e sem consciência das finalidades da sua conduta. A síndrome comportamentalista compõe a política cognitiva das organizações monocentradas no trabalho. Ela contribui com a despersonalização dos trabalhadores ao desprover suas atividades de um conteúdo ético, tornando-as somente comportamentos. Como expressou o jovem Rodrigo ao falar sobre os robozinhos, “Se você manda eles matar, eles vai lá e mata. Se você manda eles passar droga, vai lá e faz. Se você manda eles roubar, ele vai lá e rouba”.

A descrição do jovem Rodrigo nos permite compreender um dos componentes da síndrome comportamentalista – o formalismo. Guerreiro Ramos utiliza esse termo para enfatizar a ausência de conteúdo nas correções de condutas executadas nas organizações monocentradas no trabalho. Não importa uma intencionalidade ética nas ações, o comportamento é corrigido somente em sua forma. Portanto, quando há reconhecimento social é somente o reconhecimento do comportamento. Quando Carla aponta para o reconhecimento que o “fodão da rua” tem no espaço do tráfico, fica evidente que se trata somente de um reconhecimento de um comportamento – a capacidade de se impor por meio da violência. Esse reconhecimento não parte de uma avaliação moral do uso ou dos parâmetros éticos dessa violência, trata-se somente de um reconhecimento da forma de sua conduta. Como podemos observar, essa lógica engendra o sujeito não como uma individualidade consistente, mas como uma criatura fluida preparada para desempenhar papéis convenientes.

A noção de fluidez da individualidade é utilizada por Ramos para apontar o efeito da dissipação das verdades sobre a existência comunal dos seres humanos. Nas sociedades capitalistas, a noção de uma existência comunal é substituída por uma ideia de pacificação negociada entre indivíduos, ancorada em contratos sociais unicamente para acomodar interesses individuais. Como vimos nos relatos dos jovens – em especial dos que ocuparam posições de aviãozinho – há na empresa do tráfico um contrato claro entre as partes e uma subordinação em relação à hierarquia do tráfico. Contudo, essa subordinação é construída por meio da violência e todos os contratos gravitam em torno da constante desconfiança. Trata-se de um contrato precário, no qual os indivíduos são reconhecidos somente ao maximizar a sua utilidade, dentro de uma rede de intensa

competitividade. Segundo Ramos, nesse contexto, o mundo social é sempre estranho ao indivíduo e ele terá duas únicas possibilidades. Ou recolhe-se dentro de si mesmo tentando preservar uma identidade consciente de si mesma – o que vemos na relação de Rodrigo com a religião, ligado a um centrar-se a partir de um isolamento; ou o indivíduo se autoanula passando a atuar em conformidade a papéis que detêm privilégios na sociedade. Nessa última opção, vemos não somente a adequação às condutas do tráfico, mas também às condutas de consumo dos jovens.

As sociedades capitalistas, ao afastarem a ideia de uma existência comunal e ao estruturarem os indivíduos para comportamentos formados por estímulos utilitários, passam a se constituir como sociedades contratuais competitivas. Não há nenhum interesse coletivo, não há solidariedade. Como vimos, os relatos enfatizam que o tráfico se constitui como uma rede de intensa competitividade – a qual significa permanente risco à vida e que, por isso, requer a permanente desconfiança de todos com todos.

Também podemos retomar a noção de “operacionalismo” de Ramos para dialogar com o que, em nossa análise dos relatos, chamamos de uma operacionalização da confiança no tráfico. No tráfico, a confiança, necessária para manutenção da hierarquia, não se constitui a partir de uma avaliação ética do indivíduo. A confiança toma um sentido estritamente funcional. Confiar em alguém no tráfico, como apontamos, é confiar em sua habilidade de desempenhar sua função e o que garante essa execução é o condicionamento a partir da força física, do poder de morte, da ameaça. Ramos aponta que uma das características centrais do operacionalismo é a orientação controlada do mundo que leva a uma concepção utilitarista e funcionalista dele. Não importa nesse caso a ação e o papel político dos sujeitos, basta somente o condicionamento que, no caso do tráfico, se produz pela ameaça, a força, a violência.

Se podemos, contudo, aproximar o tráfico das organizações formais monocentradas no trabalho ao apontarmos para como no tráfico há uma política cognitiva que atua despersonalizando os indivíduos, é fundamental destacar que há também um distanciamento da estrutura dessas organizações. No tráfico, ao mesmo tempo em que há a despersonalização, há também uma ideologia de fortalecimento do individualismo, por meio de uma desagregação comunitária e de uma sensação de autonomia. Em suma, o robzinho não vê a fábrica. Torna-se necessário, portanto, aprofundarmos nossa reflexão sobre a ideologia de marginalidade que compõe o sentido do trabalho no narcotráfico.

Ainda que central para a economia capitalista, o tráfico é um mercado ilícito. Isso faz com que seja aprendido pelas crianças e adolescentes como um ambiente de contracultura. O tráfico se opõe ao disciplinamento da família, da escola e do “trabalho decente”. Nos relatos sobre a aproximação da criança e do adolescente com o tráfico, há a manifestação da adrenalina, da diversão e do status contracultural ligados a esse trabalho. No entanto, como vimos, a estrutura de organização dessa atividade econômica e sua política cognitiva se engendram da mesma forma que as organizações formais, com o mesmo efeito da cultura hegemônica. A ideologia da marginalidade, ao criar essa aparência de contracultura, mascara a centralidade econômica do tráfico, responsabilizando os trabalhadores da mais baixa escala de seu funcionamento pela própria existência desse mercado e do seu dano social.

Como vimos, a chegada do crack implicou uma reorganização produtiva e cultural do narcotráfico. O crack é produzido e comercializado em uma estrutura em retalhos, a partir da fragmentação do crime organizado, uma maior horizontalização das organizações e uma propagação mais intensa do acesso às drogas. No Brasil, vimos como tráfico de crack está ligado a uma transformação cultural da relação dos trabalhadores desse mercado com as comunidades – quando eles perdem a referência comunitária. A criança ou adolescente trabalhadora do mercado flexível do crack não tem compreensão sistêmica da organização do seu trabalho e nem referência comunitária. Vê-se como um empreendedor individual, isolado na sua busca de status (que lhe garantirá acesso a outras relações sociais) e de dinheiro (que lhe garantirá acesso a bens de consumo e ao consumo da própria mercadoria que vende).

Guerreiro Ramos aponta que a política cognitiva das organizações formais se generaliza e passa a organizar toda a existência humana, fazendo com que os padrões do mercado se tornem os padrões gerais de pensamento e linguagem. No caso do tráfico, esse mesmo processo ocorre; contudo, ele se radicaliza com o apagamento do reconhecimento do próprio tráfico como uma organização formal. Esse mascaramento ocorre tanto por seu caráter ilícito – que faz com que a atividade seja avaliada em termos morais e responsabilize individualmente o trabalhador por seu envolvimento com a atividade –, quanto por sua atividade não se centrar em um trabalho, nos termos arendtianos, mas no labor. As crianças e os adolescentes veem, em pouco tempo, a sua atividade reduzida a uma atividade de sobrevivência, manutenção do vício ou de acesso a bens de consumo rapidamente perdidos. Se, quando perguntadas sobre o aprendizado

no tráfico, os jovens se centram em respostas niilistas sobre a natureza humana, o fazem porque a sua atividade foi reduzida a uma esfera de simples reprodução dessa vida, a uma vida sem potência, sem instauração do novo – uma sobrevida.

Nesse desenraizamento radical do humano de sua comunidade, bem como da alienação do humano de seu trabalho, só resta o Espetáculo. Podemos retomar, portanto, as reflexões de Guy Debord sobre a radicalização da dominação da economia sob a vida social. Debord nos aponta que, nessa radicalização, não apenas o *ser* é substituído pelo *ter*, mas o próprio *ter* é substituído pelo *aparecer*. Na dominação da lógica do espetáculo o adolescente passa a se reconhecer nas imagens dominantes da necessidade. Quanto mais se reconhece nessas imagens, menos compreende sua existência e seus desejos. Instrumentalizados para o lucro e bombardeados com desejos de consumo e de poder, os jovens têm um espaço contemplativo sobre suas vidas inviabilizado. Como sintetiza Rodrigo, o tráfico “abriu um buraco” em sua vida. Esse processo se radicaliza quando o crack é uma substância cujo consumo produz adicção e dependência.

Os jovens vivem de maneira mágica sua relação com o tráfico. Essa magia contemporânea funciona como uma hipnose que sustenta o consumismo, a competição por status, o individualismo e a sensação de autonomia. Ocorre aqui o ritual moderno – o espetáculo da irrealidade da sociedade real. As imagens se interpõem em todas suas relações, seja dentro como fora do tráfico e se colocam como imagens reais. Na mediação da relação da sociedade com o trabalhador do tráfico, há a imagem do menor – ou pivete, drogado, marginal, vagabundo – mascarando a centralidade econômica desse trabalhador. Na mediação da relação do trabalhador do tráfico com a sociedade, há a imagem da aquisição de bens de consumo buscando mascarar os estigmas que recaem sob o trabalhador do tráfico. Na mediação entre trabalhadores do tráfico vulnerabilizados, há a imagem do “fodão da rua” que mascara que esse ainda está na mais baixa escala da economia da droga. Entre “maiores” e “menores”, donos de boca e aviõzinhos, há a imagem do robozinho que mascara que o dono de boca também é despersonalizado pela a economia do tráfico. Nenhuma dessas imagens efetivamente transforma a situação das crianças, adolescentes e jovens trabalhadoras do tráfico, mas fazem parte de seu mascaramento.

Frente a tantos mascaramentos, a educação precisa reestabelecer a conexão das crianças e adolescentes com a vida real, enfrentando a despersonalização, retomando o sentido de existência humana comunal e permitindo a esses robozinhos um espaço de

contemplanção que possibilite que eles se percebam novamente como humanos. Apontaremos reflexões sobre o papel da educação no enfrentamento do trabalho infantil no narcotráfico a seguir.

5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL NO NARCOTRÁFICO

“Eu nem gosto de falar de negócio de escola não.” – disse João em sua entrevista, expressando o pouco interesse e significação do espaço escolar em sua vida. Ele e os outros dois jovens que estudaram em escolas tradicionais apontam a mesma questão: a escola para eles não significou um espaço efetivo de aprendizado. O principal motivo para estarem na escola era obter uma profissão pelo acesso ao diploma. No entanto, o acesso imediato ao dinheiro pela vinculação com o tráfico tornou o espaço desnecessário, uma perda de tempo. Sendo a educação somente “comportamento e ficar quieto”, nas palavras de André, o espaço escolar é entediante e aversivo. Percebido como espaço de regulação do comportamento, as crianças e adolescentes sentem-se despersonalizados. O reconhecimento no tráfico – que mascara também sua despersonalização – e o acesso a bens de consumo – que também está ligado a uma regulação mascarada de comportamento – tornam-se preferíveis. Frente a isso, a criança e o adolescente evadem da escola e aprofundam sua vinculação com o tráfico.

Contudo, se por um lado a escola não despertou de forma alguma o desenvolvimento crítico com base em seus conteúdos, os jovens destacaram que o espaço escolar foi central para o aprendizado sobre as drogas. Foi no espaço escolar que conheceram e aprenderam a usar drogas ao compartilhar experiências com pessoas da mesma idade. Como vimos com Hannah Arendt, a escola é o mundo de isolamento criança. (Como assim?) Com autonomia e autogoverno, o mundo de isolamento é um espaço tirânico, onde a criança fica à mercê do poder totalitário do grupo. A criança é duplamente despersonalizada. Primeiramente, pelos adultos que a tratam não como indivíduo mas como parte de um grupo populacional; em segundo lugar, pelas próprias crianças ao estarem em um mundo isolado sujeito à imposição da maioria. Nesse espaço, as crianças e adolescentes aprendem compulsoriamente e sem mediação de adultos sobre sexo, pornografia, namoro, bebidas alcólicas, cigarro e drogas ilícitas. Se achamos que a separação de crianças em um mundo próprio permitiria protegê-las ao evitar o contato com práticas, conhecimentos e substâncias referentes ao mundo dos adultos; é justamente essa separação que faz com que a aproximação com essas práticas,

conhecimentos e substâncias sejam mais tirânicas, sem a mediação de adultos, a partir da imposição de uma maioria. Dessa forma, a escola foi para esses adolescentes o espaço a que o tráfico se tornou preferível e, ao mesmo tempo, a porta de entrada nele.

A jovem e o jovem entrevistados que viveram em situação de rua estabeleceram uma relação diferente com a escola. Diferentemente dos jovens que vivem com sua família em comunidade, Carla e Paulo percebem a escola como positiva em sua trajetória. É importante frisar que ambos estudaram em uma escola com metodologia específica para atender crianças, adolescentes e jovens que moram nas ruas. No caso da trajetória desses jovens, a vivência na escola foi positiva, em especial porque o conteúdo escolar dialogava com suas vidas cotidianas. Nessa escola, o enfoque educacional não se fixou somente no currículo, mas se voltou também para a formação para cidadania, buscando ter como centralidade uma reflexão sobre o contexto de vida das crianças, adolescentes e jovens em situação de rua. Essa articulação entre conteúdo e prática, entre escola e vida, é positivada pelos jovens, como sintetiza Carla: “a molecada só aprende coisas na prática”.

Carla resume o papel da escola em sua vida da seguinte forma: “as coisas que eu não aprendi na escola, é a vida que vai ensinar mesmo [...] ao mesmo tempo dentro da escola eu aprendi a ser mais forte a querer buscar mesmo, quando tudo tá contra você”. O aprendizado na escola não se limitou aos seus muros, mas se mesclou com outros espaços da vida social dialogando com o que a jovem aprendera e desenvolvera até ali. Esse espaço foi fundamental para desenvolver uma postura crítica e reflexiva perante a vida.

Para positivar a experiência nesse espaço escolar, também foi destacada a relação com alguns educadores, que ultrapassava o aspecto funcional de transmissão do conhecimento. Nas palavras de Carla, esses educadores são aqueles e aquelas “profissionais que tão dispostos a te abraçar mesmo, a te dar atenção, quando você precisar de atenção e te dar bronca quando você precisar.” Posto isso, podemos contrapor a experiência de Carla e Paulo com a dos demais jovens que passaram por uma escola tradicional. A reflexão de Hannah Arendt sobre como a escola na modernidade se tornou um “mundo de crianças”, segregando-as dos adultos, é fundamental para evidenciarmos esse ponto. Enquanto na experiência dos adolescentes que moravam em comunidades, ir para o espaço escolar significou estar segregado do mundo de adultos e à mercê da tirania da maioria em um mundo de crianças; para os

adolescentes que viviam em situação de rua a experiência escolar significou entre em um espaço de relações interetárias e passar a ter o cuidado de adultos.

A rua é o mundo de crianças. Desde Charles Dickens com *Oliver Twist*, passando pelos meninos perdidos de J. M. Barrie e os capitães de areia de Jorge Amado, povoa nosso imaginário a significação da rua como um espaço sem cuidado adulto, como um mundo de crianças. Obviamente há relações interetárias na situação de rua. Contudo, como vimos, a noção de idade no tráfico não é somente um dado etário. Qualquer pessoa na base da escala econômica do tráfico é tomada como “menor”. Além disso, a ausência de cuidado adulto reforça essa significação, na rua as crianças estão entregues a si mesmas.

Diferentemente das que vivem com suas famílias em comunidades, as crianças e adolescentes em situação de rua encontram nessa escola um espaço de cuidado adulto e de convivência interetária. Nesse espaço, adultos “dão bronca”, estabelecendo limites que eles não possuem na rua. Essas broncas não são percebidas como uma regulação do comportamento, mas como cuidado. Dessa forma, as crianças, adolescentes e jovens não se sentem despersonalizadas por essa instituição.

No caso dos jovens que moram nas comunidades, também é um espaço de relação com o cuidado dos adultos que é considerado educativo – a família. Mesmo com intensa vivência no tráfico, a família ainda ocupa lugar central na vida desses jovens, sendo destacado como o local de aprendizagem ética. Se o mundo do tráfico é o mundo do *ter* e do *aparecer*, o espaço familiar é o espaço do *ser*, de éticas fundamentais, de princípios e de valores. Os vínculos familiares também foram apontados como principais motivos de saída do tráfico.

Para os jovens sem vínculo familiar e que passaram por situação de rua, a reconstrução de laços também possibilitou-lhes um momento de reflexão crítica e permitiu a desvinculação com o tráfico. Nesse caso, não foi por se verem na posição de crianças cuidadas, mas de adultos que precisavam ser cuidadores, vínculo e referência de outra pessoa – os seus filhos.

Não é o nosso objetivo neste trabalho fazer uma avaliação profunda da trajetória de aprendizagem de crianças e adolescentes envolvidos com o tráfico. Contudo, ao investigarmos o sentido do trabalho no narcotráfico, podemos evidenciar questões importantes para a educação em um contexto de exploração de força de trabalho de

crianças e adolescentes. Assim, dentre os sentidos trazidos por esses jovens sobre suas vivências no tráfico de drogas, podemos destacar como maiores contribuições para a educação a impossibilidade dela ocorrer no modelo de escola formal, cuja crise na modernidade já foi evidenciada por Hannah Arendt. A organização da escola contemporânea expulsa crianças e adolescentes que estão vinculados ao tráfico, ao mesmo tempo em que, ao constituir espaços segregados de convivência tirânica entre crianças, cria condições para aproximação delas desse contexto.

Frente a esse contexto, retomamos as reflexões que realizamos no capítulo “Educação, Natalidade e o Vaticínio da Morte”, para apontar que uma educação que enfrente o contexto generalizado de despersonalização que vivemos na sociedade contemporânea não pode se estruturar a partir da segregação das crianças do mundo. Assim, nos conectamos às reflexões de Hannah Arendt sobre a crise da educação, às de Vigotsky sobre educação politécnica, às de Ivan Illich sobre convivencialidade e às reflexões trazidas pela educação social no contexto da Política de Assistência Social, com o escopo de apontar um caminho para uma compreensão de educação que resida na vinculação com o mundo, que ocorra em múltiplos espaços (públicos e privados), inclusive no espaço de trabalho (educação politécnica) e se baseie na compartilhamento de mundo com adultos. Aqui também é essencial o compromisso dos adultos enquanto educadores – pois sem eles não há educação.

Esses são os princípios básicos da educação social presente na Política de Assistência Social, que vê a educação como parte do processo de proteção social e do cuidado com a vida, considerando que é papel da educação a preparação para a política e a garantia da autonomia. A Política de Assistência Social também toma como base para suas ações a necessidade de fortalecer a convivência familiar e comunitária, compreendendo que essa convivência é o principal espaço de desenvolvimento do sujeito.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta à crise do capital dos anos 1970, as indústrias passaram a adotar um modelo de acumulação flexível. Segundo Ricardo Antunes (2009), se antes as indústrias se centravam no controle massificado da produção, elas passaram a centrar em atender às exigências individualizadas do mercado consumidor. Tendo a imagem do produto como centro da produção, a lei máxima da indústria contemporânea é a necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo e desse modo ampliar a velocidade de troca. A “qualidade total” do produto, tão aclamada pelo mundo empresarial contemporâneo, dita a necessidade de redução de tempo de duração do produto. O essencial para esse produto, que segue essa “qualidade total”, é seu invólucro e sua aparência. Para esse movimento, as indústrias contemporâneas investem no aprimoramento do supérfluo. Isso é evidente nas empresas de tecnologia, nas quais o tempo em que um modelo se torna desatualizado é de menos de um ano. Os produtos devem adequar-se ao sistema metabólico do capital, devendo durar pouco.

A lógica hegemônica contemporânea é a da produção destrutiva, uma vez que o modo de produção capitalista tornou-se inimigo da durabilidade dos produtos. Esse modo de produção desencoraja e inviabiliza as práticas produtivas orientadas para durabilidade. Quanto mais “qualidade” as mercadorias aparentam, menor tempo de duração elas devem efetivamente ter. Desperdício e destrutividade tornaram-se traços fundamentais desse sistema.

Essa lógica de redução de tempo de duração se espalha e afeta além da produção de bens, a produção de serviços, de instrumentos como instalações e maquinarias e da própria força de trabalho humana. Assim, o trabalho humano perde seu sentido enquanto produção de objetos mundanos duráveis. Mas também, é o próprio humano

que, tornado mercadoria e engolido pela máquina, tem sua vida transformada em supérflua e substituível. O que sintetiza essa compreensão é o termo mercadológico vida útil da mercadoria. O ser humano, enquanto mercadoria, tem sua vida completamente controlada e valorizada/desvalorizada pelo sistema. Se o trabalho é – como vimos em Hannah Arendt – o que visa ampliar a durabilidade da existência humana a partir da continuidade dos seus artefatos; quando o trabalho se volta para a construção do destrutível, é a própria continuidade da vida humana que é colocada em risco.

O narcotráfico adotou como modelo a acumulação flexível, hegemônica mundialmente desde a crise capitalista dos anos 70. O tráfico do crack e sua expansão fragmentada é resultado desse modelo, bem como o aumento da exploração da força de trabalho de crianças e adolescentes. Seu caráter ilícito, não impede sua expansão, mas mascara e protege sua organização. Ilícito, como vimos, o tráfico também se reveste de uma ideologia de marginalidade que o pinta como contrainstitucional e impede com que muitos trabalhadores o reconheçam como trabalho.

Se o sistema capitalista se organiza para a produção do destrutível e o do substituível – seja a vida humana ou a mercadoria –; a educação se centra na preservação da vida – tanto a particular quanto a vida pública e comunitária – e a durabilidade do mundo – pela preservação da tradição. Dessa forma, o capitalismo e a educação, não somente se tencionam, mas se opõem essencialmente. Enquanto a última se volta para a acolhimento da vida e preservação e renovação do mundo, o primeiro é uma máquina de morte.

O narcotráfico, integrante central do complexo mundo do trabalho contemporâneo, constitui um espaço vivencial no qual é cada vez mais frequente a presença de crianças e adolescentes. Frente à imposição violenta dessa realidade, o desenvolvimento de crianças e adolescentes é estruturalmente marcado pela socialização nesse espaço. Essas crianças e adolescentes não encontram espaço dentro da educação formal, tal como ela se estrutura hoje. Diante da urgência de enfrentamento dessa situação, é necessária a transformação tanto dos espaços educacionais, quanto dos espaços de trabalho. Compreender o sentido do trabalho no tráfico permite-nos entender melhor as crianças e adolescentes trabalhadoras, suas especificidades, potencialidades e limites, bem como permite repensar a educação contemporânea diante do compromisso ético de enfrentar um sistema que produz a morte de milhares de crianças e adolescentes por ano.

Esta pesquisa partiu inicialmente da constatação de Vigotski de que a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho de forma exploradora gera um reflexo fragmentado dessa atividade no psiquismo. Observamos que, no caso do narcotráfico, a fragmentação de sentido se relaciona com o próprio mascaramento dessa atividade como trabalho – seja por sua estrutura de organização produtiva no modelo da acumulação flexível operada por meio do tráfico fragmentado de crack, seja pela ideologia da marginalidade que reveste o tráfico de uma imagem contrainstitucional e isola o trabalhador. Vigotski, ao observar o impacto da exploração da força de trabalho no psiquismo, aponta como imprescindível para a educação superar a corrupção da personalidade e a limitação do potencial humano que a exploração capitalista provoca. Para esse escopo, Vigotski propõe a combinação do trabalho com a educação, com vistas a realocar a educação dentro do mundo buscando desenvolver os seres humanos com base em seus contextos de vida de maneira omnilateral, e não unilateralmente. Partindo dessas reflexões, essa pesquisa se lançou a compreender o sentido atribuído ao narcotráfico para contribuir com reflexões educacionais interessadas na construção de uma unidade orgânica coesa entre trabalho e educação, nos termos de Vigotski.

No narcotráfico a unidade entre trabalho e vida se impossibilita em um ponto nevrálgico: não só o trabalho se centra em uma lógica destrutiva, mas a vinculação da criança, adolescente ou jovem é atravessada pela afirmação constante de sua matabilidade. As entrevistas com os jovens que vivenciaram a exploração da força de trabalho no narcotráfico apontaram também que a fragmentação do sentido do trabalho era potencializada pela despersonalização, pela desagregação comunitária, pela cisão simbólica do mundo (família x tráfico, casa x rua, valores familiares x lógica do tráfico, trabalho decente x tráfico, certo x errado) e pela alienação do mundo pela ritualização de programas. A criança, adolescente ou jovem é mutilado de seu potencial de desenvolvimento, de sua capacidade de reflexão ética, da afirmação de sua personalidade e de espaço de autocontemplação. Lançado em uma lógica do espetáculo, com desejo de status ancorado em uma lógica consumista, a relação do trabalhador com o mundo passa a ser regido por imagens técnicas. O ser humano, subjugado por essas imagens que tornaram-se barreiras para sua relação com o mundo, ritualiza os programas expressos nelas, vivendo num universo de símbolos sem sentido que o robotiza.

As entrevistas apontaram que essa criança, adolescente ou jovem ao encontrar uma instituição escolar clássica não era capaz de reconhecê-la como um espaço de aprendizagem. Assim, evidenciou-se nessa realidade a crise da educação, tal como apontada por Hannah Arendt em outro contexto. Por outro lado, os jovens que passaram por uma experiência escolar diferenciada apontaram para outras possibilidades. Só era possível a construção de um espaço de aprendizagem quando o espaço escolar se constituía como um local de reconhecimento da singularidade da criança e do adolescente e que, ao invés de segregá-la em um mundo de crianças, constituía o espaço educacional como um espaço interetário de cuidado. Assim, a construção de uma educação omnilateral encontra desafios mais complexos. Mais do que realocar a educação no mundo, é preciso que inicialmente a educação coloque a criança no mundo. Para isso é preciso enfrentar a despersonalização e a sua segregação – presentes tanto na escola formal, quanto no mundo do trabalho –, bem como oferecer a convivencialidade como alternativa à desagregação comunitária do mundo do tráfico e à alienação do mundo nas imagens técnicas da lógica do espetáculo.

Frente a esses desafios, encontramos na Educação Social, tal como está formulada dentro das reflexões recentes da política de assistência social, a principal contribuição para uma educação omnilateral. A política de assistência social toma como princípio do desenvolvimento humano a convivência familiar e comunitária, afirmando o convívio com adultos – significados como educadores – como fundamento da educação (tomada como espaço de aprendizagem e de proteção). Esse posicionamento permite um fértil diálogo com a noção de educação de Arendt que ao mesmo tempo é conservadora e libertária. Conservadora, pois se centra na preservação da continuidade do mundo, e libertária pois se volta para a acolhimento de cada criança como um início, como uma possibilidade de novo. Na noção de proteção social, essas duas perspectivas se articulam. Diferente de noções clássicas de proteção – centradas no isolamento –, a noção de proteção social se centra na afirmação do direito a convivência e ao cuidado nos espaços comunitários.

O fortalecimento do convívio familiar traz a potencialidade de gerar as modalidades comunitárias de vida. São esses adultos que tem laços afetivos e de solidariedade com as crianças e adolescentes que tem função de lhes apresentar o mundo. As relações comunitárias trazem adultos que partilham essa mesma

responsabilidade, porém dentro do espaço público. É premissa para o processo educacional a partilha do mundo.

A base do processo educacional reside, portanto, no encontro entre criança e adulto, com respeito mútuo e valorização de toda forma de saberes – tanto os conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos, como as experiências que compõem a personalidade. Isso compõe o reconhecimento da alteridade, em contraponto a despersonalização. Porém, cabe ao adulto reconhecer as capacidades e potencialidades da criança em realizar ações autônomas para promover assim seu desenvolvimento.

Esse encontro ou vínculo relacional que engendram a convivência, seguindo a concepção de educação social presente na política de assistência social, devem ser olhados sob a luz dos conceitos de afeto e ética. A educação imersa em espaços de convivência consegue superar a lógica mecânica do conhecimento. O intelecto vinculado ao afeto possibilita a formação de um sentido que impulsiona a ação. Assim, a formação dos sentidos nesses espaços, dentre eles o do trabalho, potencializam a ação, contrapondo-se às relações sociais despersonalizadas que geram dependência, subordinação e submissão. Assim, a convivência promove diálogos e desejos em relação ao mundo compartilhado, buscando o restabelecimento de um senso comunitário e de valorização a vida, seja individual como coletiva. Aqui reside o princípio ético vinculado a convivência.

Portanto, uma das maiores contribuições da educação social, que encontra eco no sentido do tráfico apresentado por esse público de jovens em particular, é a da intrínseca relação entre educação e participação na vida social. É essa relação que na modernidade foi impedida por meio do isolamento da educação no espaço escolar, constituindo a escola como um mundo isolado de crianças, em oposição à vida social – o mundo dos adultos. Somente na participação na vida social é que se vinculam os saberes – trazidos pelos adultos com base no passado – com a ação – que se liga a tomada de decisões coletivas e corresponsabilidade na vida pública. Participação é compartilhar poder, é sentir-se pertencente ao mundo, é vivenciar a solidariedade e partilhar um mundo comum, é meio para a educação política e para a formação de um cidadão crítico, ativo e comprometido eticamente com seu mundo.

O compromisso da educação não pode ser reduzido à forma moderna de desenvolvimento do indivíduo. Certamente que a educação é parte do processo de desenvolvimento da personalidade, traço de alteridade que torna a pessoa única; porém,

o compromisso da educação é para que as pessoas possam superar sua condição de subordinação e possam assumir uma posição eticamente responsável para com seu mundo podendo agir politicamente para transformá-lo. A grande contribuição e apelo dos jovens dos trabalhadores do tráfico para a educação, por fim, é um grito que busca reposicionar o compromisso dela para enfrentar a banalização da morte. Para isso, a educação precisa acolher a vida no mundo. O grito desses trabalhadores – crianças, adolescentes e jovens – é um grito para a superação da matabilidade da vida e da destruição do mundo.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGAR, Michael. **The story of crack: Towards a Theory of illicit drug trends**. *Addiction Research and Theory*, 2003, Vol. 11, No.1, p.3-29.
- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2ªEd. 10ªreimp, 2009.
- ARAÚJO, Tarso. **Almanaque das Drogas: Um guia informal para o debate racional**. São Paulo: Leya. 2012.
- ARENDT, Hannah. **A Dignidade da Política**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 3ª edição, 2002;
- _____. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 5ª ed. São Paulo: 2003
- _____. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- _____. **O que é política**. Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara: 1973.
- AWAKE, Wide. **A economia da droga: O mercado de crack e as políticas públicas no Rio Grande do Sul**. S/d. Disponível em: <http://www.coreconrs.org.br/portal/files/TrabalhosPremiados/A%20Economia%20da%20Droga.pdf>. Acesso em: Novembro de 2012.
- BARROCO, Sônia Shima Mari. **A Educação Especial do novo homem soviético e a Psicologia de L. S. Vigotski: implicações e contribuições para a Psicologia e a Educação atuais**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.
- BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito da história. In: **Magia e Técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. Obras Escolhidas. v. 1, pp. 241-252.
- BILL, MV & ATHAYDE, Celso. **Falcão: Meninos do Tráfico**. Documentário. Rio de Janeiro, 2006.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. **Lei Orgânica de Assistência Social: Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Brasília: Senado Federal, 1990
- _____. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador**. 2. ed. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

_____. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2013

CODEPLAN. Retrato da Infância e da Adolescência no Distrito Federal, 2012. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/> . Acesso em: julho de 2012.

CODEPLAN. **Situação do Trabalho Infantil no Distrito Federal**, 2012. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00001472.pdf>. Acesso em: setembro de 2012.

COGGIOLA, Oswaldo. **O mercado das drogas hoje**. O Olho da História, Salvador, v. 4, 1997

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOWDNEY, Luke. **Crianças do Tráfico**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2ªEd., 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do Capitalismo real**. São Paulo, Cortez, 2000.

_____, Gaudêncio. Estruturas e Sujeitos e os Fundamentos da Relação Trabalho e Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; SANFELICE, José Luis. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas, Ed. Autores Associados, 2005.

FOLHA DE S. PAULO. **Tráfico de drogas é motivo de 24% das prisões do país**, 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1089429-traffic-de-drogas-e-motivo-de-24-das-prisoos-do-pais.shtml> . Acesso em: agosto de 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. 1 – A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A Guilhon Albuquerque. 9ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GIANNOTTI, José Arthur. **Trabalho e reflexão: Ensaio para uma dialética da sociabilidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

GOMES, Romeu. A análise de dados em Pesquisa Qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GONZÁLEZ-REY, Fernando Luis. **O pensamento de Vigotsky: Contradições. Desdobramentos e desenvolvimento**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec, 2013.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: www.ibge.gov.br

ILLICH, Ivan. A convivencialidade. Lisboa: Publicações Europa-América, 1973.

IPEC. **Children in Hazardous Work: What we know, what we need to do**, 2011.

Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/relatoriotrabalhodecentetotal_876.pdf Acesso em: junho de 2012.

JANSEN, Ney. **Drogas, Imperialismo e Luta de Classes**. Maringá: Revista Urutágua, Nº12 – Abr./Mai./Jun./Jul. 2007. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/012/12jansen.htm> . Acesso em: junho de 2012.

KLEIN, Lígia Regina. **O embate pelas leis fabris do século XIX e a definição das idades do trabalho:** um estudo sobre a constituição das noções de infância e adolescência. (Monografia de conclusão de curso) – Curso de graduação em Direito, do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, 2009.

KLEIN, Lígia Regina; KLEIN, Bianca Larissa. **Considerações críticas às noções de incapacidade e competência, reivindicadas em propostas curriculares contemporâneas:** relações entre trabalho, direito e educação. In: IV Colóquio sobre questões curriculares: currículo, teorias, métodos. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, 2008.

KOPP, Pierre. **A economia da droga.** Bauru: EDUSC, 1998.

LEONTIEV, Aléxis N. **O desenvolvimento do psiquismo.** Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LURIA, Alexandr Romanovich. **Pensamento e Linguagem:** as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

LURIA, Alexander Romanovich. **Curso de psicologia geral:** linguagem e pensamento. vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. v.I. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2008b.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo, Boitempo, 2007.

MDS. **Orientações técnicas:** Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MISSE, Michel, **Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro,** Tese de Doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.

MONTENEGRO, Eliane Ramos de Melo. **A experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Maceió:** uma análise ancorada na crítica marxista. Tese de Doutorado apresentada defendida em 2006 na UFAL - Maceió, Alagoas.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NETTO, José Paulo. **Análise das Políticas Sociais por meio do Materialismo Histórico Dialético.** In: Anais UNIOESTE, 2003

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Trabalho, Sociedade e Valor. In: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução.** São Paulo, Cortez, 2009.

O GLOBO, **Brasileiros consomem até 1 tonelada de crack por dia,** 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/brasileiros-consoem-ate-1-tonelada-de-crack-por-dia-3224170#ixzz1dxl6y4jl> . Acesso em: janeiro de 2013

OIT. **Crianças no Narcotráfico:** Um diagnóstico rápido, 2002. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/ipec/pub/criancas_no_narcotrafico_334.pdf . Acesso em: maio de 2012.

_____. **Perfil do Trabalho Descendente no Brasil:** um olhar sobre as unidades da Federação, 2012. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/relatoriotrabalhodecentetotal_876.pdf . Acesso em: setembro de 2012.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Nova Ciência das Organizações: Uma Reconciliação da Riqueza das Nações.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Direitos Sociais e Transição para o Capitalismo: o Caso da Primeira República Brasileira (1889-1930). **Estudos de Sociologia**, Araraquara, vol 11, n. 20, p. 23-51, 2006.

SHUARE, Marta. **La Psicología soviética tal como yo la veo.** Editorial Progreso: Moscú, 1990;

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIGOTSKY, L. S; LURIA, Alexander, R. **Estudos sobre a história do comportamento:** o macaco, o primitivo e a criança. Porto Alegre: Artmed,1996.

VIGOTSKY, Lev. **A Construção do pensamento e da linguagem.** Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____.A Transformação socialista do homem 1930. Tradução de Nilson Dória. **Marxists Internet Archive**, 2004. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/atransformacaosocialistadohomem.htm> . Acesso em: setembro de 2011.

VIGOTSKI, Lev Semiónovich. Problemas teóricos y metodológicos de La psicología. In: **Obras escogidas I.** Madrid, Visor, 1991.

_____. “El esclarecimiento psicológico de la educación laboral.”In: **Psicología pedagógica.** Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2005.

_____. **Pensamento y Habla.** Tradução de Alejandro Ariel Gonzáles. 1ª ed. Buenos Aires: Colihue, 2007.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Flacso, 20